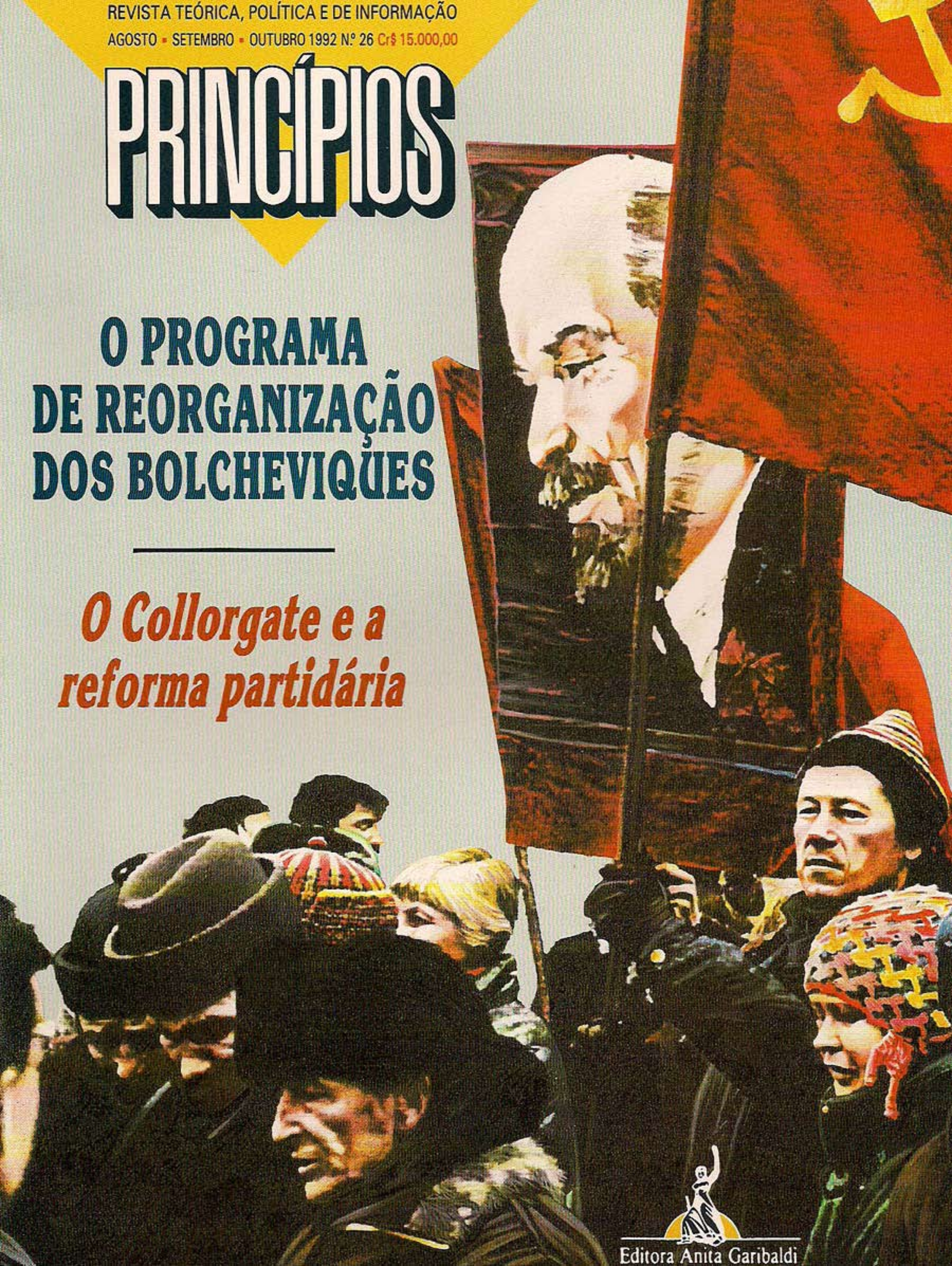


REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO
AGOSTO • SETEMBRO • OUTUBRO 1992 Nº 26 Cr\$ 15.000,00

PRINCÍPIOS

O PROGRAMA DE REORGANIZAÇÃO DOS BOLCHEVIQUES

*O Collorgate e a
reforma partidária*



Revista Teórica
Política e de
Informação

**Diretor e
Jornalista Responsável**
João Amazonas

Editor
Rogério Lustosa

Conselho Editorial
Aldo Arantes
Bernardo Joffily
Fernando Pupo
Haroldo Lima
Helena de Freitas
Jô Moraes
José Carlos Ruy
José Reinaldo de Carvalho
Luís Fernandes
Luís Paulino
Luiz Manfredini
Madalena Guasco
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
Umberto Martins
Walter Sorrentino

Colaboradores
Agenor Silva
Altamiro Borges
Ana Maria Rocha
Ary Normanha
Carlos Pompe
Clóvis Moura
Luis Marcos Gomes
Loreta Valadares

Edição de Arte
Pedro de Oliveira

Revisão
Marília Rodela

Diagramação
Adélia Cukauskas

**Administração, Distribuição
e Assinaturas**
Divo Guisoni

Editoração Eletrônica
Compuart - (011) 36-0412

**Publicação da
Editora Anita Garibaldi Ltda.**
Rua dos Bororós, 51 - 1.º andar
São Paulo - SP

Ler e pensar. Para evitar escândalos:
mais liberdade ou calar os denunciantes?
Democracia socialista é real, com povo.
O computador mexe na consciência do
operário. Ciência controla o gene, a vida.
Libertação da mulher e luta de classes.
ECO 92: Tem gente sobrando no mundo?



INSTITUIÇÕES NA BERLINDA 3

REFORMA PARTIDÁRIA 4
Aldo Rebelo

A SUPERIORIDADE DA DEMOCRACIA SOCIALISTA 9
Décio Saes

DILEMAS DA VOLTA AO CAPITALISMO NO LESTE 21
Umberto Martins

DESEMPREGO: MARCA DO CAPITALISMO ATUAL 30
Agenor Silva

REFLEXOS DA AUTOMAÇÃO NA CONSCIÊNCIA OPERÁRIA 35
Altamiro Borges

A CLASSE OPERÁRIA E A QUESTÃO DE GÊNERO 42
Sara Sorrentino

A VIDA É UMA MOLÉCULA DE DNA MANIPULÁVEL 48
Fátima de Oliveira

QUANTAS PESSOAS SÃO DEMAIS PARA O PLANETA? 57
José Carlos Ruy

BIODIVERSIDADE: NOVO ALVO DO IMPERIALISMO 63
Verônica M. Bercht

**OS CONGRESSOS DA II INTERNACIONAL
(Bäle - 1912)** 66
Edgard Carone

RESENHAS 72

CARTAS 74

Instituições na berlinda

Cuidado com as instituições! A preocupação tem fundamento num país agredido por dezenas de golpes e quarteladas, submetido diversas vezes ao estado de sítio e de emergência, que viveu oito anos sob a ditadura do Estado Novo e duas décadas sob regime militar.

Mas, agora, as instituições sofrem outro tipo de ataque. O presidente da República atropela tudo que interrompe seus passos apressados, no sentido de solapar os fundamentos da nação e degradar a vida do povo.

A privatização de empresas estatais estratégicas foi realizada a toque de caixa, num processo marcado por jogadas fraudulentas. Um juiz que presidiu as eleições presidenciais - cheia de lances duvidosos - tornou-se ministro de Collor e, depois, de forma inusitada, voltou a fazer parte do Superior Tribunal Federal. Decide-se não pagar os 147% aos aposentados, ou protelar o pagamento, em flagrante violação de ordens judiciais. Até em coisas aparentemente menores, como pilotar moto contrabandeada ou dirigir em velocidade acima do permitido, o chefe do governo revela seu desprezo pela legalidade.

Pior ainda, denúncias muito bem fundamentadas apontam uma verdadeira quadrilha em torno da Presidência. Apesar dos esforços - que já se tornaram ridículos - de restringir o mar de corrupção ao tristemente famoso PC, nem mesmo os que padecem de ingenuidade crônica conseguem acreditar que Fernando Collor não seja o chefe de toda a trama.

Como reagem a isto nossas instituições tão sagradas?

O Judiciário é cego. E surdo. Não no sentido da imparcialidade da Justiça. Mas pela insensibilidade quase total aos reclamos populares contra a impunidade dos poderosos. Para a condenação de uma greve - que a Constituição diz ser livre - basta um aceno dos grandes. Mas o julgamento de uma demanda dos trabalhadores perde-se em labirintos impossíveis de desvendar.

A tal ponto as normas jurídicas estão falidas que o promotor do processo contra

fraudadores do INPS, no Rio, diante da suavidade das penas, desabafou: "O crime compensou"!

O Legislativo, dominado por maioria esmagadora de representantes da burguesia e do latifúndio, aparece diante da opinião pública como uma Casa de mutretas e arranjos, emperrada, sem iniciativa, submissa ao Executivo. No próprio episódio Collorgate, apesar da avalanche de provas da impossibilidade de Collor continuar governando, age com revoltante parcimônia. O povo, nas ruas, continua desconfiado. "A CPI não vai dar em nada", é o que dizem as pessoas, revoltadas.

Tudo isso revela instituições incapazes de assegurar um funcionamento harmônico ao país, defasadas com as exigências do Brasil de nossos dias. Instituições que não conseguem assegurar a democracia, débeis diante da ousadia de um aventureiro como Collor, incapazes até para combater a corrupção mais flagrante.

Embora do ponto de vista imediato, na luta contra Collor, seja necessário exigir respeito à Constituição, para evitar soluções arbitrárias de um presidente comprovadamente descomprometido com a democracia, o povo precisa, com urgência, tomar consciência de seu direito e de seu papel legítimo de transformador da sociedade.

As instituições obsoletas, passam a constituir, elas mesmas, fator de instabilidade e insegurança. A batalha por democracia e defesa da soberania nacional encontra-se, nas condições dramáticas de nosso país, inseparavelmente ligada à luta por um tipo de poder mais avançado.

A estrutura construída pelas atuais classes dominantes não permite a retomada do progresso em nossa pátria. Por imposição da vida, são as mãos honestas de quem trabalha que devem estabelecer os alicerces de um novo sistema econômico, político, jurídico, cultural adequado ao ingresso do Brasil no século XXI.



Reforma partidária

(Liberdade do dinheiro x Liberdade do eleitor)

ALDO REBELO

☞ *O escândalo PC Farias pode oferecer ensinamentos ao debate sobre a reforma eleitoral e partidária que se trava no país.*

☞ *A legislação deve restringir a liberdade partidária ou a ação perniciososa dos magnatas na atividade político-eleitoral?*

☞ *Como resolver o conflito entre a minoria que sonega impostos - como disse o senador Ney Maranhão -, e corrupta - como declarou Mário Amato -, e tem o poder; e a maioria que trabalha,*

e que é esfolada pelos tributos e não tem poder poder nenhum?

☞ *A democracia movida a dólar pode ser substituída por outra, baseada na participação popular?*

4.

Quando as labaredas do escândalo PC Farias começaram a chamuscar as cortinas do Palácio do Planalto lideranças conservadoras, como o Deputado Delfim Netto (PDS-SP), aproveitaram para intensificar a propaganda em favor da alteração na legislação partidária existente no país. "O pano de fundo da crise é o exagerado número de partidos", sentenciou o deputado paulista, como se a liberdade de organização partidária tivesse algo a ver com a roubalheira monumental promovida nas cercanias da Casa da Dinda.

No auge da repercussão do depoimento do motorista Eriberto França na CPI, o Presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), outro defensor da reforma partidária conservadora, não deixou passar a chance de declarar à *Folha de São Paulo* que "o país não consegue viver mais sem uma força política dominante".

Os mesmos reformadores de plantão não vêem propriamente um crime na fortuna clandestina que financiou as várias campanhas do senhor Fernando Collor de Mello, mas apenas uma "ilegalidade". Tanto assim que defendem a mudança da lei para legalizar as contribuições às campanhas eleitorais.

Segundo esse raciocínio nada há de politicamente errado ou moralmente condenável no fato de grandes empresários empilharem dezenas de milhões de dólares para subverter o processo político e mudar resultados eleitorais. Para os políticos das classes dominantes esse processo precisa ser apenas legalizado para deixar de ser considerado criminoso.

Do episódio Fernando Collor X PC Farias transparece com clareza meridiana o papel do primeiro co-

mo o chefe do grupo que arrecadou montanhas de dinheiro no pleito presidencial e em tantas outras eleições das quais participou. Basta perguntar se Paulo César Farias chegaria a reunir em torno de sua singular figura, ou conta bancária se quisessem, os magnatas das finanças, as grandes empreiteiras, os Oderbrecht, Monteiro Aranha, Horácio Cherkassky, Léo Cochrane, se não falasse em nome do candidato a presidente Fernando Collor de Mello, que, no segundo turno da eleição presidencial, na opinião abalizada e insuspeita do deputado Roberto Campos, arrecadara mais dinheiro que o Banco Central.

Ao terrorismo desencadeado pelas lideranças empresariais capitaneadas por Mário Amato, que ameaçou com a fuga do país de 800 mil empresários caso ganhassem a eleição a Frente Brasil Popular e Lula, somou-se a providência mais eficiente das classes dominantes: juntar em torno do aventureiro que despontara do nada para a Presidência a fábula de recursos necessários para a deformação do processo eleitoral.

Por esse motivo os capitães da indústria e os barões do capital colocam-se na defensiva diante da CPI, pois o aprofundamento das investigações e do debate em torno das atividades de Collor e PC Farias não teria como deixar de chegar ao acumplicamento dos grandes empresários com os políticos corruptos, tipo Fernando Collor, por eles financiados.

Ao invés de enxergarem estas evidências, os políticos conservadores buscam subterfúgios em explicações falsas - como a do quadro partidário tumultuado pela existência de muitos partidos - e soluções cínicas como a de legitimar a fraude eleitoral pelas fortunas que reúnem clandestinamente nas campanhas e



agora desejam legalizar. Mas se o episódio envolvendo o financiamento da campanha eleitoral do atual Presidente da República suscitou tal celeuma, as preocupações com a legislação eleitoral e partidária carregam razões muito profundas.

Quando o escopo da crise atual que envolve o governo começou a se delinear no ano passado, iniciou-se uma orquestração nacional em torno do tema da legislação partidária e eleitoral. Os figurões dos partidos dominantes, entidades e próceres do empresariado ergueram-se em coro para cantar perante a nação os erros e vícios da realidade partidária nacional. Ao mesmo tempo, prepararam uma série de propostas para uma nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que pretendem votar a toque de caixa, restringindo a liberdade partidária consignada no artigo 17 da Constituição Federal.

A razão contra a sandice nas propostas para cercear a liberdade partidária



O empresariado paulista organizou, através da Fiesp, um seminário em São Paulo e em tom grandiloquente anunciou o resultado do encontro que apontava o exagerado número de siglas partidárias como o problema político mais importante do país.

O Deputado Ulysses Guimarães incorporou-se à troupe dos magnatas paulistas e cunhou o termo "farra partidária" para caracterizar a legislação existente. Na ânsia de alcançar o posto de primeiro-ministro do parlamentarismo capenga que anda a defender,

o ex-senhor diretas tem passado cada vez mais e com maior frequência, "da razão à sandice", no dizer de Machado de Assis.

Para completar o enredo e dar a ele verossimilhança, surgiu, acreditem, o próprio Presidente Fernando Collor no rol dos defensores de partidos sérios e programáticos, talvez para se redimir do fato de ter chegado à Presidência da República por um partido que não tinha nem seriedade nem programa.

Ao apontar ameaças às instituições na existência de pequenos partidos, os operosos defensores das instituições ameaçadas desejam na verdade o banimento da vida política institucional das correntes populares e revolucionárias, o esmagamento das minorias nacionais e a eternização de dois ou três grandes partidos das classes dominantes, ou seja, os mesmos que aí estão.

As legendas de aluguel, outro pretexto para se atacar a liberdade partidária, foram criadas, estimuladas e usadas pelas elites para se golpearem mutuamente e para acomodarem suas dissensões. O próprio Collor elegeu-se por um PRN por ele criado sete meses antes da eleição presidencial, às custas da máquina do governo de Alagoas.

As correntes populares sempre lutaram por uma legislação que coibisse o abuso do poder econômico e a manipulação de siglas em benefício de aventureiros; defenderam e defendem a ampla liberdade partidária, mas construíram seus partidos baseados em programas e orientações definidas.

A verdade é que as elites políticas nacionais jamais foram capazes de desenvolver um sistema democrático de partidos políticos no qual todas as correntes tivessem condições de se organizar livremente. Da

mesma maneira, nunca conseguiram formar partidos nacionais sólidos, constituídos com base em programas e princípios duradouros.

Ao contrário do que pensam os zelosos e interesseiros defensores das restrições à existência e funcionamento dos pequenos partidos, o predomínio de grandes legendas não foi fator de estabilidade política nem meizinha para a saúde das instituições. Um breve exame dos diversos momentos de nossa história política prova apenas que as poderosas legendas organizadas pelas classes dominantes foram fator de desestabilização política e gaiolas de ferro tecidas para impedir o natural desenvolvimento de instituições políticas democráticas.

**A vida desmente os
que ainda
confundem reformas
com
mudanças pacíficas**



Senão vejamos: o equilíbrio entre liberais e conservadores no Império não impediu que a marcha dos acontecimentos no seio da sociedade monárquica conduzisse à ruptura com a Proclamação da República em 1889.

As burguesias da França e das Treze Colônias norte-americanas varreram, com o furor das revoluções, os vestígios da dominação feudal e colonial. O campo de batalha e as armas definiram de uma vez por todas o papel de vencidos e vencedores.

Aqui, as mudanças alcançaram as elites com distinção de forma e conteúdo. Quando as transformações ocorridas no mundo nos chegavam em 1809, Hipólito da Costa escrevia no *Correio Braziliense*: “Desejamos as reformas feitas pelo governo e exigimos que as deve fazer enquanto é tempo para que se evite serem feitas pelo povo”.(1)

Esse reformismo tão precocemente manifestado foi imposto ao povo com sangue violência, para decepção de muitos reformistas atuais (José Genoíno, Roberto Freire, etc), que insistem em confundir reformas com mudanças pacíficas.

O império lavou suas instituições com o sangue das rebeliões. Confederação do Equador, Balaiada, Sabinada, Cabanagem, Praieira, todas as tentativas mais ou menos radicais sufocadas pela espada para que triunfasse o reformismo sem povo.

As tropas do brigadeiro Lima e Silva e depois as de seu filho, o Duque de Caxias, encarregaram-se de esmagar as aspirações de participação popular, reservando o cenário político às querelas intermináveis de liberais e conservadores.

Demorou para que liberais como Tavares Bastos denunciasses, no ocaso da monarquia, o anacronismo do sistema político partidário imperial, clamassem e reclamasses pela modernização das instituições

da época e pela garantia à representação das minorias nacionais.

Ironicamente, a mesma monarquia sustentada por liberais e conservadores buscou, nos seus estertores, responsabilizá-los pela crise que marcava sua decadência. Como hoje, apontou-se na ausência de agremiações sólidas e programáticas, a razão para o impasse da monarquia. O futuro Conde de Afonso Celso assim referiu-se aos partidos da época: “Ficções, meras ficções” (2). O discurso foi feito numa sessão do Parlamento de 1886, e como ficções não salvam impérios, a República foi proclamada três anos depois. Assim terminou a primeira tentativa de busca de estabilidade baseada em grandes legendas, sucedendo-se no governo e na oposição.

Inaugurando o período republicano, mais do que rapidamente os fazendeiros de São Paulo e Minas Gerais consolidaram os partidos que passaram a se alternar no poder até que a revolução de 30 pusesse fim à política do café com leite. Mais de cem anos depois a consigna reformista de Hipólito da Costa era atualizada por outro Andrada, desta vez Antônio Carlos: “façamos a revolução antes que o povo a faça”.

Entre grandes legendas e grandes interesses, a monotonia oligárquica foi quebrada com o surgimento do Partido Comunista do Brasil em 1922, logo posto na clandestinidade. Quando as classes dominantes descobriram, em 1930, que as paredes da República Velha não comportavam mais as inquietações do operariado insurgente e das camadas médias urbanas, escolheram um dos seus, Getúlio Vargas, para empunhar a bandeira da rebelião e dela excluir os verdadeiros rebeldes. E desta forma concluiu-se a segunda tentativa de construção de um regime estável e instituições sadias, apoiada em legendas conservadoras, sem a participação das camadas populares e dos partidos radicais.



**Falência da teoria do
equilíbrio
apoiado em partidos
impostos
artificialmente**

A chamada revolução de 30 produziu mudanças na legislação eleitoral e certas garantias foram asseguradas, mas isso durou até 1935, quando a derrota da insurreição dirigida pelo Partido Comunista desencadeou brutal repressão contra o povo, culminando com o golpe que instaurou o Estado Novo em 1937.

Em 1945, derrubado o regime varguista, franqueou-se o registro para os partidos. PSD e UDN logo despontaram como as grandes legendas ao lado do PTB, criado por Vargas para fazer contraponto à ação dos comunistas, que registravam seu partido assinalando mais de 200 mil filiados nos primeiros momentos da existência legal.

A Arena, "o maior partido do ocidente" e o PMDB desaparecem em 1979...



O Partido Comunista foi cassado em 1947 e cassados também foram os mandatos do seu senador e dos 14 deputados federais eleitos pela sigla, que alcançara 10% dos votos em menos de um mês de campanha. Seguiram pontilhando no cenário político nacional os três grandes, PSD, UDN e PTB, conforme desejam hoje nossos conservadores.

Um deles, a UDN, não tinha propriamente vocação partidária. Mantinha com as urnas um casamento infiel, entregando-se aos braços de qualquer articulação golpista de ocasião. O PSD, com base principal em Minas, situava-se como ponto de equilíbrio entre os interesses das classes dominantes, desaguando no PTB a vocação reformista de parcelas da burguesia e os votos das camadas populares.

A camisa-de-força rompeu-se em 1964. Em 1965 o AI-2 extingue os partidos. Nas esteiras dos tanques ficaram soterradas as legendas e a terceira tentativa de estabilidade política e instituições saudáveis sem ampla liberdade política, partidária e eleitoral.

Mas o dobre de finados soou para a teoria da busca do equilíbrio institucional no apoio de grandes partidos impostos artificialmente com a experiência gerada pelo extinto regime militar. Em meio a artifícios jurídicos criados pela legislação ditatorial, Arena e MDB sobreviveram até 1979, quando os generais de então concluíram que chegara a hora de extingui-los. A Arena, o partido de sustentação da ditadura,

havia sido festejada pouco tempo antes, por seu presidente, Francelino Pereira, como o maior partido do ocidente, título que não lhe salvou a existência.

Só a partir de 1985, com o fim do regime militar, inaugurou-se um novo período de reconquista das liberdades políticas e de livre organização partidária, resultado das poderosas manifestações de rua pelas eleições diretas para Presidente.

O slogan "a liberdade é uma calça velha, azul e desbotada", usado no passado para vender um certo tipo de jeans, não deixa de revelar uma concepção de democracia e liberdade, predominante nos círculos capitalistas dos dias atuais. Aqui mesmo ela foi ensinada pelo presidente norte-americano George Bush quando nos trouxe a chamada Iniciativa para as Américas e sua palavra-de-ordem de "mercados livres, povos livres".

Mas o que a vida e a realidade mostram é que enquanto as potências imperialistas realizam tratados de livre-comércio e derrubam barreiras tarifárias dos países dependentes, suas polícias barram nas fronteiras, portos e aeroportos até turistas de classe média que são despachados de volta para seus países de origem sob suspeita de quererem permanecer nos paraísos de primeiro mundo.

Que circulem livremente, de país para país, os automóveis, os computadores, as mercadorias. As pessoas não podem desfrutar desse privilégio. São prisioneiras dentro das fronteiras de seus próprios países. E quanto mais pobre o país, mais prisioneiras são.

O próprio terremoto, que sacudiu Los Angeles recentemente, questiona até que ponto é livre a sociedade alí organizada, ou resta a hipótese absurda de que testemunhamos uma verdadeira rebelião popular contra a liberdade.

Ainda nos Estados Unidos a ascensão nas pesquisas de um candidato arrivista e de passado sombrio, Ross Perot, expõe as vísceras de um sistema político baseado em dois partidos cujas diferenças podem ser comparadas às que separam a Pepsi da Coca-Cola. Talvez isso explique porque decresce a cada eleição a participação dos eleitores norte-americanos nos pleitos presidenciais e porque as tensões sociais explodem em conflitos como o de Los Angeles ou no alto índice de criminalidade, principalmente entre a juventude.

O que as estatísticas econômicas internacionais indicam de forma clarividente é que, diante da crise em que se debate, o capitalismo só consegue manter seu padrão de acumulação ao preço de espoliação cada vez mais brutal dos povos. Para tanto precisa liquidar conquistas sociais históricas dos trabalhadores, expulsar da esfera do consumo mínimo contingentes sempre maiores das massas de todos os continentes, como forma de assegurar aos monopólios suas margens de lucro e capacidade de expansão.

Numa população de mais de cinco bilhões de almas no planeta, para o capital, o mercado se restringe ao número máximo de 800 milhões de consumido-

res. O resto? Quanto ao resto os campos de famintos da África e os conflitos da antiga Iugoslávia ou dos enclaves da ex-União Soviética já são suficientes para provar que o mercado não foi feito para eles ou eles para o mercado.

A rapinagem promovida contra os povos é incompatível com um ambiente de liberdade e vigência de direitos políticos. Que o digam a Venezuela, o Haiti e o Peru. No Brasil não poderia ser diferente. Quem retira o pão logo vai impedir o protesto contra a fome.

Quando as massas identificam seu grau de sofrimento e as injustiças sociais com determinados partidos, passam a negar o voto em seus candidatos e essas legendas definham inexoravelmente. Arena e PDS conheceram bem esta trajetória. Os demais partidos dominantes sabem que este também poderá ser seu destino.

O problema do Brasil continua sendo democracia de menos e não democracia de mais



A reforma partidária, o voto distrital, o parlamentarismo de fancaria que andam pregando são medidas defensivas das elites para impedir a ascensão de novas forças sociais e políticas. A monobra é antiga. Na Alemanha do século passado, o velho Engels denunciou-a ironizando a burguesia que conspirava contra a legalidade, enquanto o partido operário, subversivo por natureza, assumiu a tarefa de defendê-la.

O mesmo recurso aos artifícios escusos foi usado na França nas décadas de 40 e 50, depois da libertação do jugo nazista, para conter a ampliação da influência eleitoral dos comunistas. Através do sistema distrital a burguesia francesa subtraía representantes do Partido Comunista Francês do Parlamento.

Mas se a articulação antidemocrática exige a nossa determinação para impedir seu sucesso, ela repõe em campo favorável às forças avançadas o debate sobre a questão da democracia e sobre quem são os verdadeiros democratas no Brasil.

Distante do que imagina e apregoa o Deputado Delfim Netto, os problemas nacionais não devem ser debitados aos excessos liberais da Constituição promulgada em 1988, a não ser na opinião dos barões das finanças e da indústria que eles tão bem representam no parlamento.

O problema do Brasil sempre foi e continua sendo democracia de menos e não de mais. As tentativas realizadas pelas camadas populares de uma participação mais efetiva na vida política nacional esbarraram sempre nos acordos de cúpula das correntes conservadoras - vide independência, proclamação da República, revolução de 30, diretas-84, diretas-89, ou foram contidas pela brutalidade das classes dominantes. As camadas mais simples do povo testemunharam por

diversas vezes os líderes de suas aspirações balançando sob a força dos assassinos de plantão (Tiradentes), estrebuchando sob as balas dos algozes (Frei Caneca), chacinados em dezenas de outras ocasiões (Osvaldão, Lamarca, Mariguela). Por estas terras os Robespierre, George Washington, Lênin tiveram sempre como destino a morte ou as masmorras. Nunca o poder. Eis porque, do ponto de vista do povo, democracia verdadeira jamais existiu entre nós.

E continuará não existindo enquanto predominarem os interesses dos monopólios e seus gerentes. Não tem jeito de democrata essa figura degenerada e horripilante que dirige a economia do Brasil e paga bilhões de dólares aos credores internos e externos, enquanto milhões de brasileiros definham pela fome. Essa democracia continuará sendo uma farsa, enquanto o viciado que preside a infeliz República continuar genuflexo diante dos poderosos interesses internacionais, depauperando a nação e o povo com uma política econômica que já seria suficiente para condená-lo diversas vezes por crime de traição nacional.

Por essa razão não se pode falar de democracia verdadeira no Brasil, mas sim de conquistas democráticas, que devem ser defendidas contra o açoite das forças conservadoras, que com elas não querem e não podem conviver. Liberdade de organização partidária, certa liberdade de imprensa, sindical e religiosa são direitos e conquistas que devem ser combativamente defendidos e ampliados.

Longe de restrições aos direitos existentes, o Brasil precisa de uma democratização radical, profunda, baseada num novo regime e sustentada por forças sociais também novas, que reúna os operários da cidade e do campo, as massas urbanas marginalizadas e as camadas médias dispostas a romper com o atual estado de coisas. Apenas um novo regime, baseado nestas forças sociais será capaz de assegurar a ampliação dos direitos democráticos e oferecer um horizonte de desenvolvimento econômico e prosperidade social para a imensa maioria dos brasileiros. ■

ALDO REBELO - Jornalista, líder do PCdoB na Câmara dos Deputados.

OBRAS CITADAS

- (1) - Chacan, Vamireh; *História dos Partidos Brasileiros*, pág. 26, Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- (2) - Idem; pág. 52

BIBLIOGRAFIA

- ARINOS de Melo Franco, Afonso; *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*, Alfa-Ômega (SP), 1980.
- BASTOS, H. C. Tavares; *Os males do Presente e as Esperanças do Futuro*; Companhia Editora Nacional (SP), 1939.
- MARX, ENGELS; *Obras Escolhidas*, Vol. I, Alfa-Ômega (SP); *Ensaio Populares*; Edição S.A. (SP), 1977.
- Retrato do Brasil*; Política Editora (SP), 1984.
- O Esquema Collor*, Raimundo R. Pereira; "Brasil Agora", Ano I, n.º 18, 1992.

A superioridade da democracia socialista

DECIO SAES

*Para prosseguir a luta pelo socialismo,
é indispensável reexaminar
as experiências passadas e refletir
no terreno teórico
a relação entre socialismo e democracia.*

Num momento histórico como este em que vivemos - um momento de ofensiva ideológica capitalista e de refluxo das lutas socialistas proletárias, ambos em escala mundial -, a reflexão sobre a relação entre socialismo e democracia é obrigatória para todas as correntes da esquerda marxista. Se quiser intervir na reorganização, *em novas bases* - sobre os escombros das sociedades pós-revolucionárias -, do movimento socialista das classes trabalhadoras manuais, a esquerda marxista deverá tirar todas as lições políticas possíveis da observação do passado recente. E terá, em particular, de colocar a questão da democracia no centro de sua reflexão sobre o programa socialista.

Não queremos dizer com isto que o fracasso das diversas experiências históricas de construção do socialismo, em nosso século, seja devido apenas à incapacidade dos partidos revolucionários de implementar, após a vitória político-militar, uma política firme de construção de uma democracia socialista e proletária.

Ao déficit registrado nas políticas de construção da democracia socialista acabou se somando, na realidade do processo histórico, outras insuficiências. Tal déficit desempenhou um papel definido na deterioração das múltiplas experiências revolucionárias e por isso é obrigatória, caso se queira que as novas lutas socialistas proletárias evitem os erros do passado, a reflexão sobre a relação entre socialismo e democracia.

Esclareça-se, entretanto, que apontar uma necessidade de tal reflexão não equivale a cair na posição dos intelectuais "liberais" (vale dizer, adeptos do capitalismo), antigos ou recentes. Para estes, não é apenas nas políticas de construção da democracia socialista que se registra um déficit: a própria teoria política marxista, em seu conjunto, lhes parece coerente de uma reflexão sobre a questão da democracia. Ora, esses intelectuais, ao fazerem esse tipo de afirmação (com graus diferentes de sinceridade e de conheci-

mento da matéria), afastam-se da verdade. A teoria marxista clássica contém inúmeras formulações sobre a questão da democracia; os marxistas atuais, portanto, não se encontram teoricamente desamparados no seu esforço para aprofundar a reflexão sobre a relação entre socialismo e democracia.



Os liberais pensam que a única democracia é a que existe no sistema capitalista

Nesse terreno, a referência fundamental ainda é o texto de Marx sobre a *Comuna de Paris, a Guerra Civil na França* (1871). Tirando lições políticas dessa experiência de governo popular, no citado texto Marx propõe um programa de construção de uma democracia proletária. Esse programa deveria ser sempre levado em conta pelos marxistas em suas reflexões sobre a relação entre socialismo e democracia; mas isso não significa que ele deva ser encarado como um programa definitivo, não sujeito a ser atualizado e aprofundado. Ao contrário, deve-se tomá-lo pelo que é: o programa *possível* naquela quadra histórica.

Também Lênin abordou a questão da democracia socialista e proletária em inúmeros dos seus textos políticos - *O Estado e a revolução, A revolução proletária e o renegado Kautsky, As tarefas imediatas do poder soviético*, entre outros. Quando consultamos essas e outras obras de Lênin, constatamos que esse autor não se limita a propor algumas fórmulas político-práticas - de resto, preciosas - sobre a democracia proletária. Ele também levanta, nesses trabalhos, importantes questões técnicas sobre a democracia. Em *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, por exemplo, Lênin detecta o fenômeno do desenvolvimento contínuo e progressivo da democracia ao longo da história da humanidade: a democracia burguesa é supe-

rior, *enquanto democracia*, às democracias pré-burguesas (escravista, feudal); mas a democracia socialista e proletária é superior, enquanto democracia, à democracia burguesa.

A esquerda marxista atual deve, em suas reflexões sobre a relação entre socialismo e democracia, levar em conta as análises e formulações dos clássicos do marxismo, como Marx ou Lênin. Porém, ela não pode se deter aí. Impõe-se também aproveitar, nessa reflexão, as lições da prática social contemporânea: as experiências revolucionárias das massas trabalhadoras e suas formas de luta e organização nas formações sociais capitalistas.

A conceituação da democracia proletária parte do reexame da democracia burguesa



É importante, para o marxistas atuais, começar a reflexão sobre a relação entre socialismo e democracia pela pergunta: por que os intelectuais “liberais” negam que exista na teoria política marxista uma abordagem da questão da democracia no socialismo? A resposta é simples: os “liberais” pensam que a única democracia possível e desejável nas sociedades contemporâneas é o Estado democrático, *tal qual ele existe nas formações sociais capitalistas*. Por isso negam legitimidade ao trabalho de construção do conceito de democracia proletária e de estabelecimento de uma distinção teórica rigorosa entre a democracia proletária e a democracia burguesa.

Qualquer reflexão marxista sobre o lugar da democracia no programa socialista deve tomar, então, esse caminho, contestado pelos “liberais”. Deve-se procurar demonstrar que não é possível construir o socialismo se se mantém um Estado democrático tal qual ele existe no capitalismo e que é necessário construir um *novo Estado democrático*, dotado de características institucionais e funcionais inéditas - uma democracia socialista e proletária.

O trabalho de conceituação da democracia socialista e proletária deve começar, necessariamente, pelo reexame das características essenciais da democracia burguesa. Caso esse reexame não se realize, é possível que os marxistas se submetam à caracterização “liberal” do Estado democrático existente nas formações sociais capitalistas. E nessa hipótese o seu trabalho teórico, marxistas, resumir-se-ia a “trocar o sinal”, de positivo para negativo, da democracia burguesa; isto é, evidenciar o seu caráter de classe e os limites políticos depois de ter aceito (tácita ou explicitamente) a descrição das instituições políticas democrático-burguesas proposta pelos “liberais”.

Mas vejamos como os “liberais” definem a democracia. O *regime político* democrático para eles é

caracterizado pelos seguintes elementos: a) pluripartidarismo ilimitado, expresso no terreno do processo eleitoral (concorrência partidária sem limites no terreno eleitoral); b) plena vigência de liberdades políticas para todos, sem qualquer discriminação de classe ou ideológica; c) vigência efetiva da mais estrita legalidade e, portanto, de um sistema de garantias às liberdades individuais. (1)

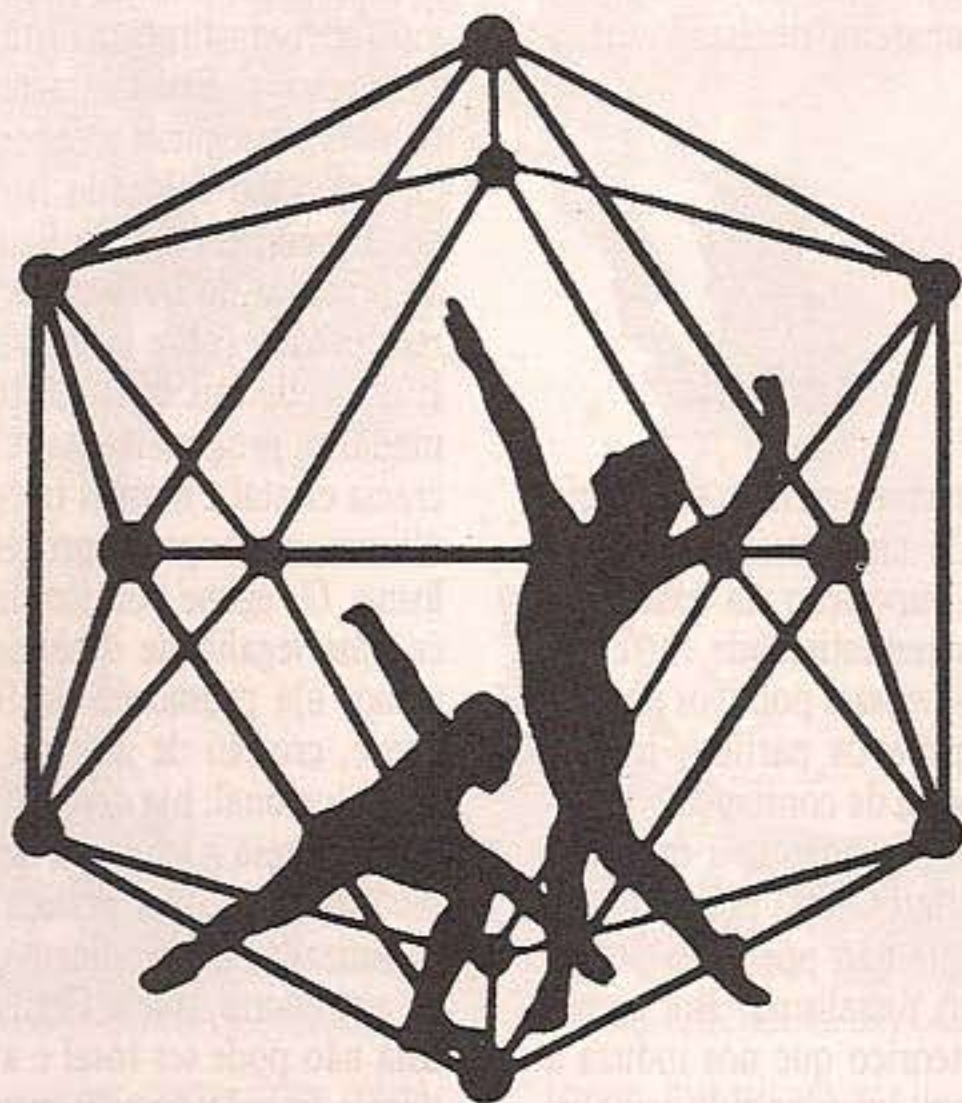
Quando os “liberais” propõem a sua definição de regime político democrático, apresentam-na como se ela fosse a transcrição das características próprias aos regimes políticos democráticos concretamente existentes nas formações sociais capitalistas contemporâneas. Ora, o que um exame - ainda que sumário - desses regimes nos revela é algo bem diferente. Em primeiro lugar, o pluripartidarismo aí vigente é um *pluripartidarismo limitado*; ele permite apenas uma “concorrência partidária capitalista”, da qual estão excluídos os partidos que sustentem abertamente um programa revolucionário de dissolução do aparelho de Estado capitalista e de construção, sobre bases radicalmente novas, de um aparelho de Estado socialista. No caso de tais partidos serem incorporados à concorrência partidária no terreno eleitoral, no plano da ação legal e institucional eles terão de silenciar *sobre essa parte do seu programa*.

Em segundo lugar, o regime político democrático das formações sociais capitalistas concretas permite, de fato, o exercício de liberdades políticas. Porém, essas liberdades políticas são desigualmente usufruídas pela classe capitalista e pelas classes trabalhadoras, dada a crônica desigualdade de forças de uma e das outras. Além do mais, o leque das liberdades políticas efetivamente usufruídas é em si mesmo limitado, dada a ausência da liberdade de se organizar e lutar pela destruição do aparelho de Estado capitalista. E por último, a legalidade e o sistema de garantias aí vigentes, não são incondicionais; eles prevêm a possibilidade de sua própria suspensão - por meio dos dispositivos constitucionais do estado de sítio e do estado de emergência - caso esteja em risco a preservação da ordem social. Essa legalidade e esse sistema de garantias condicionam, portanto, a sua subsistência à preservação da paz social e da estabilidade política, ambas definidas de modo intencionalmente vago. (2)



A burocracia estatal monopoliza o momento supremo do processo decisório do Estado

Os “liberais” também propõem uma caracterização da *forma de Estado* democrática. A seu ver, esta se caracteriza, basicamente, por: a) *soberania do Parlamento*, eleito pelo sufrágio universal; b) *separação, independência e equilíbrio dos três poderes* (Executi-



vo, Legislativo e Judiciário). Ora, a realidade cotidiana dos Estados burgueses democráticos é bem outra. Em primeiro lugar, o órgão de representação política de todos os cidadãos - o Parlamento - está sempre submetido, no terreno do processo decisório estatal, à burocracia de Estado. Esse desequilíbrio (sempre favorável à burocracia estatal) das capacidades decisórias efetivas do Parlamento e da burocracia de Estado é evidenciado pelo fato de que o Parlamento, enquanto "poder Legislativo", está desprovido da capacidade estratégica de *executar* as suas próprias decisões. A burocracia estatal é o "poder Executivo"; que monopoliza, até mesmo no mais "parlamentarista" dos Estados democrático - burgueses, o momento supremo do processo decisório estatal, ou seja, a *execução* da política de Estado.

Em segundo lugar - como consequência do que foi exposto acima -, não há independência nem equilíbrio na relação entre os "Três Poderes" do Estado burguês democrático; no plano do processo decisório estatal o que ocorre é a dominação do órgão de representação política (Parlamento) por um aparelho burocrático hierarquizado e verticalizado, que deriva a sua legitimidade de procedimentos internos de avaliação da competência administrativa, e não de qualquer mandato popular. Essa dominação existe mesmo quando o Parlamento é um órgão ativo e palco de intensos debates políticos, pois a capacidade de executar a política de Estado está concentrada nas mãos da burocracia de Estado. (3)

Colocados agora diante da verdadeira face da democracia burguesa, e não de sua representação idealizada - construída pelos "liberais" -, podemos enfrentar a seguinte pergunta: o processo de construção do

socialismo se compatibiliza com uma democracia desse tipo?

A resposta a essa questão é negativa. O Estado que viabiliza o processo de construção do socialismo - o Estado proletário - tem um caráter democrático. Mas essa democracia tem características institucionais radicalmente distintas daquelas ostentadas pela democracia burguesa.

Examinemos o regime político democrático peculiar ao socialismo. Neste, o tipo de pluripartidarismo limitado vigente no capitalismo cede lugar a um outro tipo de pluripartidarismo limitado - a concorrência partidária capitalista é substituída pela concorrência partidária socialista. E desta estarão alijados todos os partidos que rejeitem o mínimo denominador comum do programa socialista proletário: socialização efetiva dos meios de produção; construção de uma sociedade sem classes; promoção do ataque à divisão capitalista do trabalho, nas suas diferentes dimensões; e implementação da desestatização crescente das práticas administrativas, com vistas a abrir o caminho para o desaparecimento final do Estado como aparelho especializado e separado das massas. É o caso, obviamente, dos partidos representativos de qualquer fração da classe dominante (capital industrial, capital comercial, capital financeiro, propriedade fundiária, etc.); mas também é o caso dos partidos representativos das classes da pequena produção (campesinato independente, artesãos, pequenos comerciantes). Isso não significa que a concorrência partidária socialista implica a supressão dos partidos pequeno-burgueses. Porém, caso se queira avançar - e não recuar - no processo de construção do socialismo, tais partidos devem ser conduzidos a condição de *partidos subal-*

ternos, impossibilitados de participar do mecanismo de rotação dos partidos pelo aparelho de Estado socialista.

Um partido proletário se mantém no poder pela sua capacidade de direção ideológica



No extremo oposto, a concorrência partidária socialista exclui a vigência de um *sistema oficial de partido único*, fundado na suposição da existência de um laço exclusivo de representatividade entre um único partido socialista e os interesses políticos do proletariado. As divergências entre os partidos que se mostram envolvidos no processo de construção do socialismo não exprimem, necessariamente, a oposição entre interesses de classes distintos. Elas podem resultar de diferenças menores, que não põem em perigo o processo de construção do socialismo. Em suma, não há nenhum argumento teórico que nos induza a atribuir obrigatoriamente a um único partido socialista proletário a grande tarefa histórica da construção do socialismo.

Esclareça-se, entretanto, que a concorrência partidária socialista admite a emergência, na prática, de um *sistema de partido dominante* (4). Nesse caso, um dos partidos da frente política socialista (5) governa por um período mais ou menos longo, por ter conquistado espontaneamente o apoio da maioria dos trabalhadores. Em tal sistema, um partido socialista proletário se mantém por um bom período a frente do aparelho de Estado socialista, não como consequência do exercício da força e sim pela sua capacidade de direção ideológica.

Também o leque de liberdades políticas efetivamente usufruídas na democracia socialista não pode ser ilimitado. Se na democracia burguesa está excluída a liberdade de se organizar e de lutar pela derrubada do Estado capitalista, na democracia socialista está excluída, simetricamente, a liberdade de se organizar e lutar pela derrubada do Estado proletário. Essa restrição é necessária porque parte das classes populares - aquelas que não se enquadram numa situação de classe proletária no sentido estrito - tende a se mostrar reticente (senão hostil) com relação ao *projeto socialista* (tais classes podem, entretanto, ser conquistadas posteriormente pelos *resultados objetivos* da política de longo prazo de construção do socialismo). Mas tal restrição não pode, em nenhum caso, servir como pretexto para o empastelamento de partidos e organizações efetivamente integrados à frente política engajada na construção do socialismo.

Quanto à legalidade e ao sistema de garantias: se ambos são flexíveis na democracia burguesa, na medida em que discriminam as condições de sua própria suspensão, também devem sê-lo na democracia

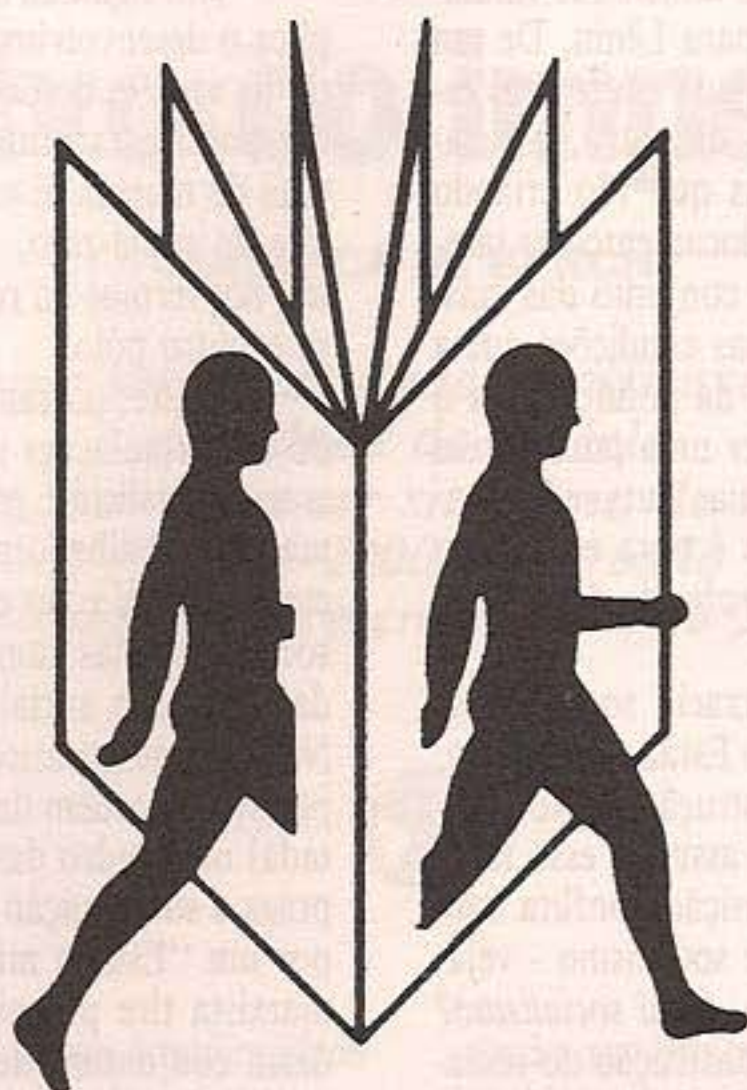
socialista. Esta não se compatibiliza com um legalismo superconstitucionalista e com uma rigidez jurídica excessiva. Essas características parecem, à primeira vista, assegurar a sobrevivência e a incolumidade do indivíduo colocado isoladamente diante do Estado. Porém, elas se configurariam como instrumentos de potência da burocracia de Estado socialista, a serem usados sobre e contra as massas trabalhadoras. E o uso de tais instrumentos bloquearia a necessária mudança progressiva na relação de forças entre burocracia estatal e massas trabalhadoras, em favor destas últimas, ao longo do processo de construção do socialismo. O regime político democrático socialista implica uma legalidade dinâmica, que resulta de práticas como: a) a promoção da flexibilidade constitucional, isto é, criação de maiores facilidades para a revisão constitucional; b) a descentralização das fontes da legalidade (passa a ser fonte de legalidade, além do aparelho burocrático, a prática das massas trabalhadoras organizadas em sindicatos, comitês, etc.). Esclareça-se, entretanto, que a flexibilidade da legalidade socialista não pode ser total e absoluta. Tal legalidade implica a fixação de pelo menos uma *regra do jogo*, que coincide com a própria essência da democracia socialista: a que garante a legitimidade do pluripartidarismo socialista proletário e que proíbe a implantação de um sistema oficial de um partido único, sem no entanto condenar a emergência, na prática, de um sistema de partido dominante.



O novo Estado deve passar as tarefas estatais para as massas trabalhadoras

Examinemos agora a configuração do aparelho de Estado peculiar ao socialismo. Nenhum processo de construção do socialismo pode ser conduzido por um Estado democrático-parlamentar, tal qual ele existe nas formações sociais capitalistas. A dimensão mais profunda desse Estado não é a existência de um Parlamento eleito pelo sufrágio universal, e sim a existência de um aparelho burocrático, verticalizado e organizado de modo despótico, que reivindica o controle monopolítico do processo decisório estatal. Mas isso não significa que as suas decisões são desfavoráveis aos interesses políticos gerais da classe capitalista. Ao contrário, significa que a dominação política desta classe se concretiza, em última instância, por meio da ação da burocracia estatal.

Ora, se esse aparelho burocrático, separado das massas trabalhadoras e armado de privilégios e imunidades, fosse conservado após uma revolução social orientada por um programa socialista, a burocracia de Estado tenderia a se converter numa nova classe dominante e exploradora. Ou seja, a burocracia de Es-



tado subsistente iria se empenhar, de modo organizado ou não, em desnaturar o esforço popular de socialização dos meios de produção. A estatização e a centralização dos meios de produção seriam por ela utilizados como instrumentos para o estabelecimento de um rígido controle burocrático, de cunho antiproletário e antisocialista, sobre a economia nacional.

Por essa razão, Lênin lançou a palavra de ordem revolucionária: "Destruição do aparelho burocrático do Estado burguês" e, do ponto de vista teórico, definiu esse processo de destruição como uma empreitada de construção de um novo Estado - um Estado proletário, ou uma ditadura do proletariado -, que já se configura em parte como um Estado que não é mais Estado. O que é esse Estado? Nele, a burocracia de Estado continua a existir, mas já perdeu os seus privilégios e deixou de estar separada das massas trabalhadoras. Estas exercem sobre ela um estrito controle, por meio de disposições como: a) a realização de eleições diretas para a escolha dos funcionários estatais, sendo votantes as massas trabalhadoras; b) a atribuição de um caráter fechado e imperativo ao mandato desses funcionários, que devem obedecer às instruções estritas das massas trabalhadoras, ao invés de se portarem como burocratas todo-poderosos; c) a fixação do princípio da revocabilidade do mandato dos funcionários estatais; d) a proibição de qualquer tipo de privilégio burocrático, como a superioridade salarial diante das massas trabalhadoras, as imunidades, a vitaliciedade, etc.

Ressalte-se que essa nova configuração do apa-

relho de Estado, no socialismo, decorre da substituição, no processo de organização do aparelho burocrático, do critério burocrático-capitalista da competência administrativa (só suscetível de auto-avaliação), pelo critério democrático-socialista da representatividade política. É também nesse sentido que Lênin, em *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, sustenta que o Estado proletário é infinitamente mais democrático que os anteriores, inclusive o mais aperfeiçoado Estado democrático-burguês.



O elemento-chave é a participação ativa das massas no processo de "desestatização"

Mas esse Estado proletário tem, para Lênin, um caráter democrático também pelo fato de essa nova burocracia, controlada pelas massas trabalhadoras, implementar uma política de simplificação das tarefas administrativas e de democratização do acesso a tais tarefas. Essa política coloca as massas trabalhadoras em contato, por meio da promoção da passagem de todos pelas funções estatais, com o trabalho administrativo. Desse modo, ela cria as condições materiais e humanas para um progressivo deslocamento das tarefas administrativas estatais para o conjunto das massas trabalhadoras. Nessa medida, tal política viabiliza a deflagração de um processo de deperecimen-

to progressivo do Estado, que deve culminar com a sua desapareção (continuando a ser esta uma meta fundamental do marxismo revolucionário).

Essas são, portanto, as duas dimensões fundamentais da democracia socialista para Lênin. De um lado, a burocracia estatal é controlada em termos estritos pelas massas trabalhadoras; de outro, o Estado proletário implementa políticas que vão criando condições para um progressivo deslocamento das tarefas administrativas estatais para o conjunto das massas trabalhadoras. É somente nessas condições que a participação popular na definição da política para o conjunto da sociedade deixa de ser uma pura forma ou princípio - como nas democracias burguesas, onde a soberania popular do Estado é pura encenação - para se converter na realidade profunda do processo político.

Nessa perspectiva, a democracia socialista se confunde com a própria essência do Estado proletário. Não poderá, portanto, haver construção do socialismo se o aparelho de Estado não assumir essa nova configuração democrática. Tal posição conflita com uma certa concepção "liberal" de socialismo - veja-se, por exemplo, Norberto Bobbio, *Qual socialismo?* -, segundo o qual o processo de construção do socialismo pode ser conduzido indiferentemente por um Estado democrático ou por um Estado ditatorial.

O marxista atual, ao analisar a concepção leninista de Estado proletário, deve fazer uma dupla ponderação. De um lado, deve reconhecer que o acervo das idéias de Lênin sobre a questão deve ser preservado. De outro, deve constatar que existe um ponto vazio na teoria leninista do Estado proletário e da democracia socialista, que consiste na ausência da pergunta: Quem - isto é, que grupo social - conduz o processo de deslocamento progressivo das tarefas administrativas para as massas trabalhadoras? Ou ainda: Quem dirige o processo de desestatização progressiva da formação social onde se constrói o socialismo? Experiências políticas recentes - mais especificamente, as derrotas políticas sofridas pelas massas trabalhadoras nas sociedades pós-revolucionárias - ensinam-nos que não se deve depositar uma confiança irrestrita na burocracia do Estado socialista, nem aguardar sua própria iniciativa na promoção de um processo de desestatização da formação social onde se constrói o socialismo. Tal processo é, em última instância, um processo de desvanecimento da burocracia como grupo social particular. Por isso, não é lógico esperar, numa ótica materialista, que ela promova a sua própria extinção.

A resposta correta àquela pergunta parece-nos estar no texto *La rectification du 'Manifeste Communiste'*, do filósofo francês Etienne Balibar (6): são as massas trabalhadoras, organizadas pela base em comitês, que devem assumir a iniciativa de promover o perecimento progressivo do Estado socialista. E mais: o desempenho dessa tarefa histórica pelas massas trabalhadoras implica empurrar a burocracia estatal pa-

ra um espaço de atuação cada vez mais estreito, bem como abocanhar progressivamente as suas competências administrativas.

Isto significa que a construção do socialismo implica o desenvolvimento de uma relação de forças entre os agentes do poder de Estado e os agentes do poder político exercido pela via extra-estatal (organizações de massa). E essa relação só pode ser uma *relação de soma-zero*, onde tudo o que é perdido por um dos termos da relação se converte num ganho para o outro pólo.

É este, portanto, o elemento novo a ser agregado às formulações marxistas clássicas sobre a democracia socialista e proletária: a participação ativa das massas trabalhadoras não apenas na escolha da burocracia estatal e no exercício de um rigoroso controle sobre ela, mas também na desestatização crescente da formação social onde se constrói o socialismo. Num momento histórico em que a burguesia lança a palavra de ordem da desestatização (certamente, limitada) no quadro das formações sociais capitalistas, e prega a substituição do "Estado do bem estar social" por um "Estado mínimo", impõe-se que a esquerda marxista tire proveito, no plano da luta ideológica, dessa conjuntura de esfacelamento do Mito burguês da inevitabilidade da intervenção crescente do Estado nas "sociedades industriais modernas". Para tanto, deve aprofundar a reflexão sobre as formas de luta popular desestatizante possíveis na democracia socialista. ■

DECIO SAES - Professor da UNICAMP.

NOTAS

(1) Não podemos reexpor aqui os conceitos de *regime político* e de *forma de Estado*. Remetemos o leitor a um nosso texto anterior: *Democracia*, São Paulo, Editora Ática, (1987), Série Princípios n.º 112, Capítulo 1, "O conceito de democracia", item "Forma de Estado e regime político".

(2) Essas características da democracia burguesa são apontadas por Lênin num texto que é precioso para teoria política marxista: *Como iludir o povo com os slogans de liberdade e igualdade*.

(3) Esclareça-se que a divisão do Estado democrático em três poderes é mais uma ficção elaborada pelos "liberais". O "poder Judiciário" é, em tudo - como modo de recrutamento, organização e atuação -, um segmento da burocracia estatal.

(4) Esse conceito foi formulado pelo cientista político francês Maurice Duverger. Trabalhando numa perspectiva liberal, Duverger não examina a possibilidade de adequação entre um sistema de partido dominante e o processo de construção do socialismo. Limita-se apenas a detectar a presença desse sistema em formações sociais como a França da Terceira República ou como os países africanos e asiáticos em suas fases de descolonização e de construção da independência nacional. Desse autor, consultar *Os partidos políticos*, RJ, Zahar, 1970, pp. 342-346; e *Sociologia política*, RJ, Forense, 1968, pp. 386-388.

(5) Refirimo-nos, aqui, exclusivamente a frente política socialista; ela é distinta de uma frente democrático-popular, da qual participam partidos (como os pequeno-burgueses) que jamais poderiam desempenhar um papel dirigente no processo de construção do socialismo.

(6) Esse ensaio consta no livro de Etienne Balibar, *Cinq études du matérialisme historique*, Paris, Maspero, 1974.

Programa dos Bolcheviques da União Soviética

Em 8 de novembro de 1991, o I Congresso do Partido Bolchevique da União Soviética (PCBUS) aprovou o Programa do partido e elegeu Nina Andreieva como presidente



Nina Andreieva

O Programa dos Bolcheviques é acompanhado de uma avaliação do processo que, desde o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, levou à restauração do capitalismo na URSS.

Nessa avaliação, os comunistas declaram: “O Partido dos Bolcheviques-Leninistas se esforçará por unir todas as forças sadias, progressistas, socialistas e patrióticas da nossa sociedade, para desfazer a restauração do capitalismo no país, restabelecer a grandeza e a força da antiga pátria socialista, restaurar a gestão econômica e o poder político dos trabalhadores”.

Os bolcheviques afirmam que o socialismo, apesar de construído nas circunstâncias de uma “fortaleza sitiada”, conseguiu transformar o país em uma potência de primeiro nível, que se colocou à frente do progresso social no mundo.

Eles denunciam que a contra-revolução burguesa que cresce na URSS encontra seus pontos de partida na história soviética das três últimas décadas: “O que abriu, ideologicamente, a porta aos processos de restauração foi a campanha anti-stalinista que se desenvolveu após o XX Congresso do Partido”.

“Pouco a pouco”, dizem os Bolcheviques, “a classe operária foi enxotada da política do Estado, o aparelho estatal triplicou o seu volume em comparação com o período precedente, perdeu sua qualidade de organizador da construção socialista e se afastou dos trabalhadores.”

O documento afirma que a perestroika engendrou “a contra-revolução aberta” e que os “liberais radicais” de Ieltsin provocaram uma situação de exce-

ção no país, abrindo caminho, em um bom número de repúblicas, “aos regimes fascistas”.

Os bolcheviques aprovaram esse Programa com o objetivo de “deter a contra-revolução burguesa, restaurar o poder da classe operária e criar um socialismo renovado”.

Programa dos Bolcheviques da URSS

No contexto de generalizada agressão da restauração burguesa, lançamos um programa para o período de transição e para a mobilização, destinado a superar a falência do país. O programa indica as vias fundamentais para tirar o país da crise e formula os principais objetivos e tarefas do PCBUS:

No plano econômico

1 O restabelecimento da propriedade socialista como base econômica da estrutura constitucional da sociedade. A anulação dos atos legislativos que estão em contradição com o conteúdo essencial da ordem socialista. Uma vez que a demanda da propriedade é a demanda do poder, não pode haver nenhuma “privatização”, nenhuma propriedade privada sobre os meios de produção, nenhuma cessão ou venda de propriedade coletiva a empresários privados e ao capital estrangeiro.

A mudança na forma de propriedade, como qualquer outra mudança nos princípios básicos da Constituição da URSS, não pode ser feita senão pela via do referendo de todo o povo, com uma apreciação anterior livre, ampla e equilibrada dos problemas. Caso contrário, é um caminho que leva diretamente a conflitos sociais e à guerra civil.

É necessário reforçar as normas de direito que protejam os fundamentos econômicos do socialismo de ataques, entre os quais os de "caráter parlamentar". É preciso, por todos os meios, apoiar os sindicatos, assim como os movimentos sociais e os coletivos operários que se voltam contra a privatização e contra o uso da propriedade coletiva de todo o povo em benefício de interesses privados ou de pequenos grupos.

2 Está na ordem do dia a reinstauração, no nível moderno e científico, do sistema de economia planificada, o funcionamento sem entraves dos órgãos do plano da União - os órgãos de abastecimento, de formação de preços e os demais órgãos centrais -, a reinstalação e o fortalecimento das relações produtivas e de colaboração, bem como da disciplina no plano e a execução das tarefas e do trabalho. A planificação e a proporcionalidade são objetivamente necessárias para o desenvolvimento da grande indústria moderna. É necessário liberar o plano das cifras de perdas e orientá-lo no sentido do crescimento e do benefício das economias. Não o crescimento artificial dos lucros, mas a diminuição dos custos de produção dos preços no atacado e no varejo. Os aumentos do valor de uso devem ser os principais resultados do progresso econômico. Esse progresso deve ser atingido por um meio da utilização de novas técnicas, a preços baratos, e dos materiais do futuro, ecológicos e que evitem desperdícios industriais, e não por meio de elevações irresponsáveis de preços que inevitavelmente conduzem à estagnação. O sistema de unidade do Banco do Estado deve ser imediatamente restabelecido, assim como a limitação da circulação de títulos e de dinheiro sonante, evitando que os títulos de valores sejam convertidos em dinheiro sonante. É hora de fazer uma reforma monetária regressiva, segundo o modelo da reforma de 1947.

Até a estabilização e a restauração completa do mercado de bens de consumo, não será permitida a conversibilidade do rublo. O rublo não pode, em face das moedas estrangeiras, se encontrar numa posição discriminatória, injusta para o mercado interno.

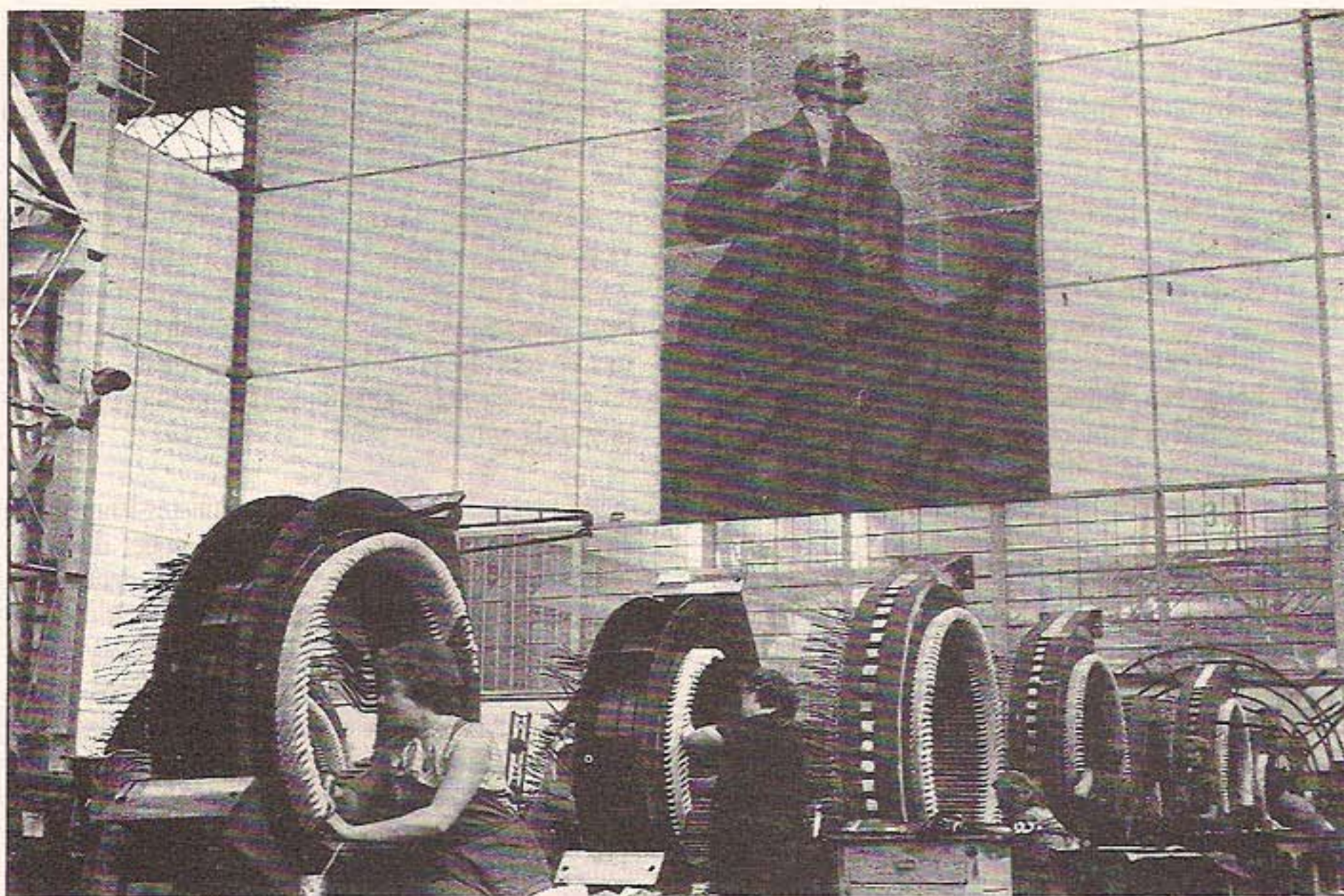
3 É necessário restaurar o modelo de mercado socialista que consiste num só componente, em que os bens são exclusivamente os objetos de consumo para o povo, comprados em dinheiro vivo. Não pode existir o mercado de bens de produção, de capitais e de força de trabalho, com suas respectivas bolsas de trabalho, concorrência e desemprego. Aqueles que querem legalizar o desemprego devem ser severa-

mente chamados a prestar contas. É necessário restaurar a prática da legislação do trabalho anterior à perestroika e encorajar, de maneira sensível, os vencedores da emulação socialista. O objetivo da emulação socialista não é liquidar os concorrentes, mas fazer com que os retardatários cheguem no nível dos que estão à frente e atinjam um nível de produção superior.

É necessário aperfeiçoar o princípio da distribuição segundo a quantidade e a qualidade do trabalho, e não em função da propriedade pessoal e do capital. O trabalho deve ser pago levando-se em conta a qualificação do trabalhador, o grau de dificuldade, as condições de trabalho e a urgência da tarefa a executar. É necessário fechar os canais que permitem o afluxo de rendas sem trabalho, notadamente o enriquecimento injustificável através da herança. É necessário excluir a possibilidade de concentrar nas mãos de indivíduos somas de dinheiro que possam ser utilizados como capital. O controle operário deve ser total sobre as receitas e despesas, em primeiro lugar dos representantes do povo, daqueles que trabalham no aparelho de Estado e no comércio. A justiça social deve ser orientada para os produtores do bem-estar material e espiritual, e não para os comerciantes, os escroques e os especuladores.

4 É necessário controlar as cooperativas e as pequenas empresas e proibir os intermediários especuladores - os parasitas. É necessário apoiar as cooperativas de produção e de construção que fornecem um rendimento econômico elevado. A cooperativa socialista deve ser exclusivamente aquela que possua um forte coeficiente de trabalho, uma esfera de atividade regulada pelo Estado, pelo abastecimento das cooperativas com matérias-primas e pelo controle de preços no comércio cooperativo. Devem ser criadas condições econômicas iguais para as cooperativas e as empresas do Estado. O Estado deve auxiliar as cooperativas que fazem apelo ao trabalho dos inválidos, dos pensionistas e de categorias de cidadãos com capacidade de emprego limitada.

5 Deve-se pôr fim à descoletivização forçada do campo, ao estrago das terras e dos bens coletivos dos colcoses. Também deve-se pôr término à destruição dos colcoses e sovcoses, bem como aos aumentos injustificados dos preços das máquinas agrícolas e dos bens de produção fornecidos ao campo. A estrutura dos colcoses e dos sovcoses é a coluna vertebral da produção socialista de bens em grande escala, que deve ser abastecida continuamente com meios técnicos a baixos preços e se beneficiar do apoio crescente de sua infra-estrutura (eletrificação, gaseodutos, estradas, transportes, etc). Com o objetivo de liberar as empresas mais fracas do peso da manutenção de meios técnicos dispendiosos e prover de pessoal qualificado os colcoses não rentáveis e deficitários, injetando-lhes vida nova, devem ser criados pelo Estado esta-



ções de assistência técnica à agricultura que trabalhem segundo o modelo das antigas Estações de Máquinas e Tratores.

No complexo agrário, deve-se manter o mais estável possível o fornecimento obrigatório da produção agrícola ao Estado, dando inteira liberdade aos produtores de disporem da produção excedente ao plano do Estado. Chegou a hora de um só setor agroindustrial, encarregado de acabar com o declínio das colheitas, organizar a ajuda aos colcoses e sovcoes para a colheita, estocagem, tratamento e transporte para as bases e a rede comercial.

A firma particular do trabalhador agrícola deve ser considerada como um componente efetivo da economia coletiva. O funcionamento de firmas individuais é justificado nos locais onde isso corresponde às tradições nacionais e à necessidade econômica. A atribuição de terras aos camponeses não deve ser um ato de compra e venda. Em caso de utilização individual, o terreno não deve ser grande a ponto de necessitar, para o seu cultivo, do trabalho assalariado. A afirmação segundo a qual a agricultura privada abastecerá o país de produtos alimentícios é uma utopia perigosa ou uma mentira consciente.

6 É preciso parar de trabalhar com capitais estrangeiros na economia soviética, livrando o país da escravidão em grande escala em face dos credores estrangeiros. Também é preciso restabelecer imediatamente o monopólio do Estado sobre o comércio exterior, acabando com a fuga descontrolada para o exterior das reservas de ouro, das obras de arte, das matérias-primas, dos produtos e bens necessários aos soviéticos. Devem ser analisados os mecanismos que per-

mitiram a constituição da gigantesca dívida e punir os responsáveis que levaram o país a uma situação de escravidão a longo prazo. É preciso pôr fim à participação em diferentes organizações econômicas estrangeiras, controladas pelo capital internacional, e renegociar os acordos rapaces.

É necessário advertir os governos e os povos dos países civilizados, assim como os investidores estrangeiros e os agentes da restauração burguesa na URSS, de que o povo soviético não está disposto a pagar as “dívidas da perestroika”, dos dos privilegiados debutantes capitalistas.

É preciso explicar aos nossos concidadãos que a vitória sobre a escravidão estrangeira só é possível pela reconstrução e fortalecimento das relações socialistas.

7 O restabelecimento dos direitos sociais dos trabalhadores, garantidos pela Constituição de 1977 deve ser imediato, dando continuidade ao desenvolvimento do sistema de assistência gratuita à saúde, à educação popular, à seguridade social, à proteção à maternidade e à infância, à rede de instituições culturais e à construção de habitações pelo Estado e pelas cooperativas.

Ao se planificar e promover a elevação do nível de vida, não se pode tomar como ponto de partida a satisfação da demanda do mercado, o que seria fácil com a permissão dos aumentos de preços. Deve-se ter como referência a satisfação das necessidades básicas dos trabalhadores. Essas necessidades, que determinam os bens materiais das pessoas, têm a tendência a serem relativamente estáveis. Para resolver definitivamente os problemas do bem-estar da população,

não se deve apenas defender os direitos dos trabalhadores, mas também lutar pela reconquista do poder para a classe operária e seus aliados.

No plano político e ideológico

1 Nas circunstâncias de aguçamento das contradições sociais, é preciso reinstaurar o Estado soviético que exerce a função de ditadura do proletariado como órgão do poder da classe operária, que atua com os camponeses dos colcoses e todos os atores da produção social, material e espiritual. Um Estado soviético que realize a missão de proteger os interesses fundamentais dos trabalhadores. Não por intermédio de um regime ditatorial e do autoritarismo, mas por meios mais democráticos, mais humanos, que correspondem à experiência em nível mundial deste final de século. O princípio segundo o qual “o fim justifica os meios” não é aceito pelo marxismo-leninismo. De resto, é a essência da solução socialista relativa à questão do poder político que está em condições de restaurar e reforçar a integridade da URSS, garantindo um Poder Legislativo previdente, um Poder Executivo prestigioso e um Poder Judiciário justo, bem como a ordem constitucional e a disciplina do Estado no país. Em outros termos, um poder do povo e para o povo.

•18•

2 Tendo em vista a restauração de um verdadeiro poder popular, deve-se tomar medidas visando:

- à abolição da presidência, do posto de governador, da prefeitura, do morgado e de outras formas de autoritarismo burguês, enfim, de todas as etapas legislativas que apresentem caráter anti-socialista.

- à formação constitucional e à conformação jurídica: a) do princípio de eleições sobre a base de entidades produtivas e territoriais, assegurando a eleição direta da grande maioria dos representantes aos Sovietes pelos coletivos operários; b) do princípio da constituição dos Sovietes superiores quando dos congressos dos Sovietes inferiores; c) do estatuto do Congresso Popular dos representantes de toda a URSS como instância suprema do poder de Estado da mesma.

- à criação, nas empresas das cidades e do campo, de um quadro de representantes autorizados dos Sovietes, representando os trabalhadores como a primeira célula do poder soviético.

- à renovação da estrutura da União Federativa pela realização sistemática dos princípios fundamentais do Tratado da União de 1922, sobre a base das novas realidades.

- à prevenção de catástrofes ecológicas, dando solução ao problema do lago Baikal, Aral e de outras zonas atingidas; a despoluição das águas e do ar das cidades.

A restauração do poder soviético - é este o programa do partido nas circunstâncias da agressão pela reação e pelo anticomunismo.

Somente por meio da restauração dos Sovietes, os trabalhadores podem realizar uma linha construtiva de depuração, renovação e desenvolvimento do socialismo. Podem realizar seus interesses e aportar sua contribuição pessoal à elaboração - bem como à prática e ao controle - das soluções aos problemas do Estado e da sociedade, garantindo o bem-estar e o crescimento da pátria.

3 O partido conclama os comunistas-leninistas a travar o combate decisivo pelo poder da classe operária e de seus aliados, pela paz, pela democracia e pelo socialismo. Com a ajuda dos meios de comunicação, o PCBUS deve exercer uma influência ativa - através das frações de seus representantes nos órgãos representativos - sobre a elaboração e realização da linha política dos Sovietes, promovendo a constituição de uma equipe de quadros do aparelho de direção, em colaboração com os partidos, os sindicatos, as organizações sociais, os movimentos e os cidadãos individuais, que defendem, não por palavras e sim por atos, os interesses dos trabalhadores, assim como a honra e a dignidade da pátria. O partido está convocado a colaborar com os trabalhadores para a eleição de representantes dignos, a elaborar suas diretivas, a controlar a atividade dos delegados e, se necessário, demiti-los.

Entretanto, o PCBUS deve dedicar sua principal atenção às formas de luta extraparlamentares, particularmente às reivindicações políticas das greves, assim como a greve política geral, que constitui o último meio de evitar a guerra civil.

É preciso atualizar, no quadro da Constituição e das leis, os meios e os métodos da luta extraparlamentar, adaptar a tática com flexibilidade, mantendo fidelidade aos objetivos estratégicos. Os comunistas-leninistas devem estar prontos a aplicar os meios e métodos de luta política que a contra-revolução nos impõe. No atual sistema de partidos, somos o partido de esquerda, radical e de oposição. Nossos membros devem vencer o estereótipo profundamente enraizado do “partido no poder”, que foi uma das principais causas do atual afundamento do PCUS e das organizações do partido.

4 O principal objetivo internacional é a restauração da integridade e o reforço da soberania do país, de maneira que ele possa vir a ser de novo uma grande potência mundial. Hoje, a política de coexistência pacífica não é um presente que nos dá o mundo capitalista, mas o resultado do desenvolvimento da luta internacional da classe operária de todo o mundo e dos países socialistas em face do capital monopolista dos Estados “civilizados” que exploram os 150 países do Terceiro Mundo. O preço provável da der-



rota do socialismo nessa luta pode ser uma terceira guerra mundial, que conduziria à destruição da humanidade.

5 Durante setenta anos, as Forças Armadas soviéticas, nascidas da classe operária e fundadas para proteger os trabalhadores, foram uma garantia confiável da independência do Estado e da proteção aos cidadãos. A atual reforma militar tem por objetivo não apenas transformar as Forças Armadas, as tropas do Ministério da Defesa e da KGB num exército de mercenários, estranho ao povo, mas também de colocá-las nas casernas nacionais. Isso só conduzirá às guerras civis.

O primeiro dever dos militares comunistas é garantir a disponibilidade e a "coluna vertebral" dos quadros operários e camponeses do Exército e da Marinha soviética e não permitir que os restauradores os transformem numa instituição repressiva contra o povo. Não está excluída a possibilidade de que, num futuro próximo, as Forças Armadas venham a cumprir uma dupla tarefa patriótica: impedir uma possível ingerência, sob diferentes pretextos, do imperialismo nos assuntos internos de nosso país, e não permitir que nossa própria burguesia criminosa desencadeie a guerra contra os trabalhadores, que não podem suportar o peso desmedido da restauração do capitalismo "selvagem".

Hoje, mais que nunca, as Forças Armadas necessitam do apoio de todo o povo, notadamente para encontrar uma solução para os problemas sociais com os quais se defrontam os militares e suas famí-

lias. A liquidação do potencial militar-industrial é uma traição. Somente uma conversão - e não o debilitamento da capacidade defensiva - pode reforçar a unidade do povo e do Exército. Todos os ataques contra nosso Exército, contra a honra e a dignidade dos defensores da pátria devem ser punidos perante a Lei.

6 É necessário restabelecer o caráter estatal da atividade dos meios de comunicação, das instituições científicas, das escolas superiores, das instituições culturais e das associações de artistas que conheceram as conseqüências negativas da "desestatização" empreendida. É preciso pôr fim à comercialização da cultura e da arte e tomar medidas decisivas para liquidar com a pornografia, com a propaganda da violência, da crueldade, da hostilidade contra as outras raças e nacionalidades e do cosmopolitismo antipatriótico. O trabalho de agitação e propaganda deve ter como ponto de partida que as idéias das quais as massas se apropriam se tornam uma força que influencia imediatamente o curso dos processos sociais.

7 Sobre as bases das lições extraídas das obras fundamentais dos fundadores do marxismo-leninismo, dos dirigentes notórios do movimento comunista internacional (Stálin, Maozedong, Dimitrov, Thaelmann, Thorez, Ho Chi Min, Kim Il Sung, Fidel Castro, etc.), é necessário se apropriar do método da consciência e da ação sócio-política. Mediante a aplicação desses princípios, é preciso estudar as leis que regem a luta de classes, a tática e a estratégia das classes e dos partidos do mundo moderno, o desenvolvimento dos

processos sociais no planeta, para, enfim, desmascarar o anticomunismo e o anti-socialismo e revelar o perigo social que representam as concessões ao oportunismo e ao veneno espiritual que provém dos liquidadores do PCUS e dos coveiros do socialismo em nosso país. Não se pode ceder às falsificações da história da pátria: deve-se lutar contra a histeria anti-stalinista e a campanha anti-leninista.

Devemos nos habituar a tomar gosto pelo trabalho ininterrupto de estudo da teoria marxista-leninista e imprimir na consciência dos trabalhadores a convicção de que, qualquer que seja a maneira como os acontecimentos evoluem hoje, as leis da história trabalham objetivamente no caminho do socialismo e do comunismo e que, no que diz respeito aos problemas políticos e sociais, a palavra final estará com o povo.

Por um partido de vanguarda

O PCBUS reúne, à base do voluntariado, os trabalhadores, os camponeses, os intelectuais conscientes e todos aqueles que aprovam seu Programa e seus Estatutos. O Partido assume o papel do antigo POSDR, do PC russo, do PCUS(b) e da linha leninista no seio do PCUS. O estágio para os membros do partido, inclui um estágio no seio do PCUS.

O princípio dirigente da vida no seio do PCBUS é o centralismo democrático, liberado dos vestígios do centralismo burocrático e do anarquismo que rejeita a disciplina do partido e as tradições bolcheviques. O partido confirma o direito de todo comunista poder criticar qualquer órgão e qualquer dirigente do partido e garante, em seus estatutos, a proteção em face de qualquer perseguição em razão dessa crítica. O PCBUS rejeita categoricamente não só toda representação nos órgãos superiores do partido, em função das atribuições profissionais, mas também a manutenção, por longo prazo, de pessoas nos postos mais elevados - assim como toda prática que conduza ao bonapartismo, ao autoritarismo e ao culto à personalidade. O partido zela na prática pelo respeito estrito às normas: a liberdade de qualquer um manter seu ponto de vista até o momento da tomada de decisão; a obrigação, extensiva a todos os membros do partido, de aplicar as decisões tomadas, inclusive aqueles que não estão de acordo. A liberdade de discussão, no seio do partido, de qualquer questão teórica e política, mas, ao mesmo tempo, a interdição de frações que são a expressão do revisionismo e do oportunismo, e que são estranhas à doutrina revolucionária do marxismo-leninismo.

O comunista não deve buscar privilégios nem vantagens pessoais dentro do partido. No seio do PCBUS é preciso aumentar sistematicamente a responsabilidade pessoal e condenar aberta e firmemente os atos incorretos dos membros do partido. No quadro dessa educação, à guisa de controle da atividade do

pessoal e dos órgãos dirigentes. É útil proceder a depurações e atrair camaradas sem partido. O partido tem todo o interesse de aglutinar, em suas fileiras todas as forças politicamente mais maduras, patrióticas, corretas, moralmente sadias e vivas.

O PCBUS constitui uma parte essencial do movimento comunista internacional e estabelece relações políticas com os partidos comunistas irmãos e com os partidos operários, aceitando a tendência crescente em suas fileiras de reconstituir a Internacional Comunista.

Os pontos de vista e as conclusões do Programa do PCBUS devem ser concretizados e desenvolvidos em programas específicos, anticrise e outros, bem como nos desenvolvimentos teóricos, e devem ser popularizados através do material de propaganda.

Conclusão

Com este programa, o PCBUS dá o testemunho de que rompe com a política antipopular da direção do PCUS de restauração do capitalismo e de deslocamento da URSS e propõe um caminho graças ao qual se pode evitar a catástrofe que se anuncia, superar a crise, restabelecer, sanear e reforçar a construção do socialismo. Só será possível obter êxito nesse caminho sob a direção de um partido de tipo leninista.

Um partido que não limite seu papel à elaboração e ao julgamento de inumeráveis projetos, apresentados como planos visando um "socialismo humanitário", mas que trave o combate pelo poder dos trabalhadores. Um partido que esteja em condições de compatibilizar o marxismo-leninismo revolucionário com a luta atual da classe operária por um futuro digno. Um partido que retome as tradições do bolchevismo e que esteja em condições de subordinar seus atos à disciplina proletária consciente.

O PCBUS é um partido assim. Seu objetivo atual é a mobilização das forças socialistas, patrióticas e internacionalistas do país para colocar o socialismo como o pilar central do desenvolvimento da civilização atual.

As posições da contra-revolução burguesa no país são fortes, mas não todo-poderosas. Seu caráter antipopular limita seu poderio e sua perspectiva histórica. Em avalanche, o descontentamento e a oposição das massas em face da restauração aumentam, e os esteriótipos pseudodemocráticos são desbaratados na consciência social. É preciso dar um caráter organizado a esses processos ainda espontâneos. Somente nós, os bolcheviques-leninistas, o faremos.

Comunistas! Soviéticos! Chegou a hora de cada um de nós fazer a sua escolha! A roda história é inexorável com todos os traidores e retardatários! Levantai a bandeira triunfante de Lênin e da Grande Revolução de Outubro! Nossa causa é justa, a vitória pertencerá ao socialismo e ao comunismo!

Dilemas da volta ao capitalismo no Leste

UMBERTO MARTINS

A história recente reservou grandes vitórias à burguesia. Mas ao retornar ao poder, na URSS e no Leste europeu, essa classe defronta-se com problemas inesperados

A história final da transição do socialismo ao capitalismo é a história de uma respeitável crise, que com certeza começa pelo colapso econômico da região. Compreende, ainda, a explosão de conflitos nacionais e, de certa forma, a própria fragilidade relativa da burguesia que foi ali restaurada. Esses fatores, combinados, têm por resultado a instabilidade política dos novos governos.

Esta crise se move nos marcos de uma crise maior - a que abala as atuais estruturas do imperialismo -, tendo o seu desenvolvimento condicionado por esta ao mesmo tempo que a influencia. Ela coloca em xeque o projeto burguês e permite imaginar que este dificilmente chegará a bom termo.

As mudanças políticas e econômicas operadas desde a *perestroika*, mas principalmente durante os últimos três anos, no Leste europeu e na então União Soviética, já vinham provocando um bocado de anarquia na região. As dissoluções do Comecon e, depois, da URSS, sacramentaram o rompimento (que já havia ocorrido) dos laços de solidariedade econômica entre as nações integradas nas duas instituições. Com isto, pode-se dizer que foi formalmente concluída a obra de desestruturação da produção planejada que, embora já degenerada, resistiu até a morte dos regimes revisionistas.

Na esteira desses acontecimentos, a burguesia conquistou o poder, ou, dito de outra forma, governos abertamente burgueses (diferentes daqueles que caracterizavam os regimes revisionistas) foram instalados, num acontecimento que teve momentos muito festejados, como a queda do Muro de Berlin e o contra-golpe de Yeltsin na Rússia. Em anos diferentes, conforme o país em foco, começaram a ser tomadas

iniciativas mais radicais para executar o projeto capitalista, centrado num conjunto de medidas destinadas a tornar irreversível e completar, no prazo de poucos anos, a transição à chamada "economia de mercado".

As potências imperialistas, ainda tendo à frente os EUA, tomaram a direção desse processo, passando a orientá-lo e fiscalizá-lo, enviando seus especialistas para a região e acionando os serviços das instituições-guardiãs da ordem econômica internacional, destacadamente o FMI.



O caminho de volta resultou num dos maiores desastres econômicos do mundo

A Polônia foi um dos primeiros países do Leste europeu a iniciar a execução do plano burguês para a economia. Durante o primeiro governo do Solidariedade, em janeiro de 1990, o ministro da Economia, Leszk Balcerowicz, anunciou e começou a aplicar um programa de estabilização que objetivava, a um só tempo, conter a inflação e "aderir a economia" ao domínio pleno das leis do mercado. Entre as medidas adotadas, constaram a liberação dos preços, drástico corte nos gastos públicos, contenção (arrocho) dos salários, desvalorização cambial e aumento dos impostos. As primeiras privatizações foram efetivadas em janeiro de 1991.

Em março do ano passado, o governo dos EUA buscou retribuir a boa vontade da administração do Solidariedade, perdendo 70% da dívida polonesa em suas mãos e forçando o Clube de Paris (apesar da

resistência japonesa) a promover um desconto de 50% sobre os débitos daquele país geridos pela instituição. A contrapartida foi o monitoramento do FMI, sendo ainda que o economista norte-americano Jeffrey Sachs é um dos principais orientadores do programa, cujo caráter neoliberal surpreendeu até o ex-ministro de Sarney, Bresser Pereira.

Nas ex-repúblicas soviéticas, as medidas mais radicais neste mesmo sentido começaram a ser tomadas por Gorbachev. Ele tentou instituir um plano cujo conteúdo coincidia com o estudo do FMI sobre a "Economia soviética", divulgado em dezembro de 1990. Porém, as resistências políticas ainda eram ponderáveis e foi só depois do contragolpe liderado por Yeltsin, em agosto de 1991, que o programa burguês ganhou velocidade pretendida pelo imperialismo. Depois de dirigir a liquidação formal da União Soviética, em dezembro do ano passado, Yeltsin começou a tomar iniciativas mais drásticas na área econômica, determinando a liberação de preços a partir de janeiro de 1992, redução dos gastos públicos e anunciando um ousado programa de privatizações. O economista Jeffrey Sachs é hoje também um dos principais assessores do governo russo.

Os componentes centrais do projeto econômico (liberação dos preços, privatização, com redução dos gastos públicos e sucateamento das estatais, ao lado de fortes desvalorizações da moeda) são comuns aos diferentes países da região. O fato é que, aliadas à desestruturação da economia planificada, tais medidas já resultaram, até este momento, num dos maiores desastres econômicos da história contemporânea, com um retrocesso social talvez inigualável.

Na Polônia, até junho de 1991 a produção industrial havia declinado 43%, tendo a revista *The Economist* estimado uma queda de 40% no padrão de vida do povo. Pelo menos dois milhões de pessoas foram desempregadas (mais de 10% da força de trabalho) e os serviços públicos na área de saúde e educação estão em liquidação, sendo substituídos por outros, pagos, movidos pela iniciativa privada.

A ex-URSS tinha registrado uma queda de 4% na renda nacional, em 1990, segundo o Comitê Estatal de Estatística. Em 1991, estima-se que o PNB sofreu uma redução de 13%. As medidas adotadas por Yeltsin neste ano mergulharam a Rússia num abismo econômico ainda maior. Parece que ainda não se chegou ao fundo do poço em nenhum dos países que outrora formaram o campo socialista, mas este já se mostra muito profundo.

Estima-se que no conjunto do Leste europeu, a produção tenha caído 18% em 1990, 11% em 1991 e, conforme projeções feitas por especialistas da ONU, deverá experimentar novo declínio, de 12%, no decorrer deste ano. Índices equivalentes só podem ser encontrados em períodos particulares da história, como os anos da depressão pós 29 e o segundo pós-guerra na Europa.

Em um artigo onde propõe um "Plano Marshall para URSS" (publicado no *Estado de São Paulo*, 17/07/91), o líder do Partido Trabalhista Britânico, Neil Kinnock, ressalta que a "situação atual no Leste europeu é muito pior do que a que existiu nas economias assoladas pela guerra na Europa Ocidental", inclusive porque na região inexistem as condições propícias para o desenvolvimento de sua economia de mercado.

Mesmo na Alemanha, que constitui um caso à parte devido às particularidades decorrentes da unificação (que parece ter viabilizado, por exemplo, o programa de privatização), o processo tem sido doloroso, computando mais de 4 milhões de desempregados na ex-RDA, vertiginoso crescimento da criminalidade, dos suicídios e de uma insegurança que estimulou o desenvolvimento de grupos neonazistas.

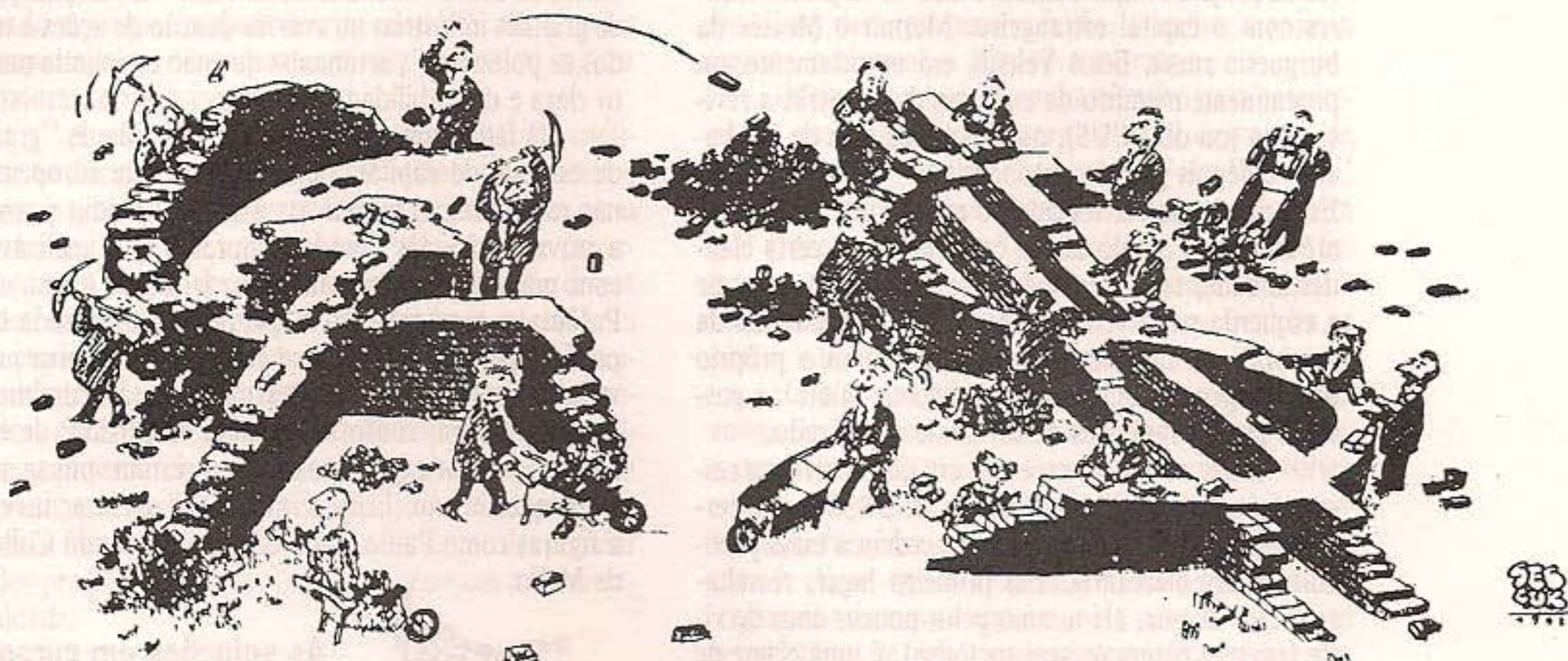


Há quem diga que a ex-URSS ainda pode virar uma grande Iugoslávia

Conforme reconhecem alguns intelectuais burgueses (como o norte-americano Peter F. Drucker no livro *As novas realidades*, no capítulo "Quando o império russo se for"), a restauração da burguesia significou também a ressurreição das ambições nacionalistas e dos conflitos étnicos. Entrelaçada com a crise econômica e com a conseqüente queda (substancial e brusca) na qualidade de vida dos cidadãos, a explosão de tais conflitos é outro fator que condiciona o desenvolvimento da conjuntura e as perspectivas da região.

Na ex-URSS, este nacionalismo (que também atinge países como a Tchecoslováquia e outros do Leste europeu) fez sentir os seus efeitos no Báltico (acabando na separação da Lituânia, Estônia e Letônia), no Cáucaso (principalmente com as violentas lutas entre armênios e azerbaijanos pelo controle do território de Nagorno-Karabakh) e em outros locais. Resultou na liquidação da união e sua substituição pela chamada Comunidade de Estados Independentes. Mas isto, longe de solucionar o problema, viabilizando um relacionamento pacífico entre as nações, elevou a temperatura dos conflitos étnicos, que chegaram ao próprio interior da Federação Russa.

Atualmente os focos principais de conflitos étnicos situam-se, dentro da ex-URSS, às margens do rio Dniester, envolvendo moldavos e russos num conflito em que também já se meteram a Rússia e a Romênia, e no território de Nagorno-Karabakh, na guerra ainda não resolvida entre Azerbaijão e Armênia, com a participação cada vez menos discreta da Turquia e do Irã. A este quadro também deve-se acrescentar a guerra civil na Geórgia, que também tem componentes nacionalistas, e violentas lutas na parte asiática da



ex-União Soviética, onde as forças do islamismo também jogam importantes cartas. No dia 27 de junho mais de 100 pessoas morreram num ataque contra a fazenda coletiva Leningrado, no Sul do Tajiquistão (próximo à fronteira com o Afeganistão), promovido por 1.500 homens armados, inclusive com um tanque, sob a direção de religiosos.

Não é exagero classificar a situação por ali como explosiva. Observando-a, muita gente tem levantado a possibilidade, que já não parece tão remota, de que a ex-URSS venha a se transformar numa grande Jugoslávia, com a diferença de que, neste caso, a guerra não se limitaria às fronteiras da região.

A história que estamos comentando é, ainda, a da transição ao capitalismo na União Soviética e no Leste europeu. Embora talvez ela já esteja consumada do ponto de vista político, uma vez que a burguesia chegou de fato e de direito ao poder, só agora seus efeitos econômico-sociais estão se fazendo sentir em toda dimensão. A travessia a uma economia de mercado ainda não se completou.

O ator principal nesses episódios é a burguesia restaurada naqueles países. Trata-se de uma classe cujas características e particularidades influenciam consideravelmente a situação política, determinam importantes aspectos da transição à economia de mercado e dificultam a viabilização do radical projeto de mudança capitalista que está em curso.

A transição ao capitalismo, com a concomitante restauração da burguesia, foi sinalizada já na década de 50, sob o governo soviético de Krushev, desenvolveu-se de maneira envergonhada e contraditória com Brejnev, tendo amadurecido e ganhado nitidez na *perestroika* de Gorbachev, para, enfim, resultar

na situação atual. Ainda que se devam questionar os métodos de implantação das relações de produção socialista na União Soviética, inegavelmente elas tiveram o mérito de liquidar com as classes exploradoras, particularmente com a burguesia, o que se consumou no decorrer da década de 30. A figura do capitalista, proprietário dos meios de produção e explorador da mão-de-obra alheia, praticamente deixou de existir. O mercado de trabalho (tal como existe nos países capitalistas) foi abolido e mesmo proibido pela Constituição. Evidentemente, subsistiram vestígios e germes da burguesia nos setores em que predominavam a produção mercantil, porém como fenômeno marginal, residual.



Uma burguesia frágil e mafiosa pratica assaltos de fazer inveja a PC Farias

A ressurreição da burguesia por ali é coisa recente e não teve por base imediata, nem poderia, aquela que existia antes da revolução de 17 na Rússia e que foi derrotada e liquidada pelos bolcheviques. Ela se origina das camadas médias, pequeno-burguesas, que existiam sob o socialismo e se desenvolveram de forma privilegiada a partir das reformas implantadas por Krushev.

Entre essa gente, destacam-se os que provêm da corrompida burocracia do PCUS, gerentes de fábricas, altos agentes da KGB, ao lado de pequenos comerciantes e fazendeiros. A mãozinha do imperialis-

mo evidentemente cumpre papel fundamental. São fartos os casos de novos empresários, especialmente ex-burocratas, que se transformam em sócios menores de projetos implementados através de *joint-ventures* com o capital estrangeiro. Mesmo o Moisés da burguesia russa, Boris Yeltsin, era notoriamente um proeminente membro da corrompida burocracia revisionista (ou do PCUS), que vôou nas asas de Gorbahev e depois ganhou autonomia.

Essa classe não foi forjada no melhor dos ambientes, até há pouco tempo esteve constrangida a certa clandestinidade, tendo crescido e se consolidado no que a esquerda russa vem classificando de “economia da sombra”, o mercado paralelo que, como o próprio nome sugere, é também uma atividade muito ao gosto de grupos mafiosos ou do crime organizado.

Essas condições especiais em que ocorrem a ressurreição e glória da burguesia na ex-URSS (e, em certa medida, no Leste europeu) concedem a estas particularidades marcantes. Em primeiro lugar, ressalta-se o fato de que, até mesmo pelos poucos anos de vida (em que pesem os seus métodos), é uma classe de capitalistas que não teve oportunidade e tempo para uma acumulação prévia de capital comparável à de seus amigos, por exemplo, na Europa.

Este fator coloca sérias restrições ao projeto burguês. Entre outros, restringe o processo de privatização de economias caracterizadas pela predominância de grandes empresas estatais. O economista Jeffrey Sachs dá notícia de empecilhos neste sentido na Polônia, num recente artigo intitulado “Construindo um mercado econômico na Polônia”, publicado na revista *Scientific American*.

“Ainda que os esforços de liberalização e estabilização da economia da Polônia tenham tido sucesso”, (resta saber qual), “a privatização, em especial de grandes empresas, ainda é perigosa”, diz. “Esta é a chave dos problemas da nação”. Depois de assinalar que sob o regime anterior “3 mil empresas dirigidas pelo governo somavam 90% da produção industrial. Outras 5 mil operavam em áreas como transporte, comunicações e comércio”, ele acrescenta: “A privatização de pequenas empresas, com menos de 500 empregados, tem sido feita rapidamente. Empreiteiras e pequenas indústrias estão agora em mãos privadas, a maioria leiloada ou nas mãos de seus empregados. Até a metade de 1991 mais de 40 mil lojas tinham sido vendidas ou passadas a operadores privados: juntamente com o crescimento da privatização de firmas no setor de serviços, estão privatizadas entre 80 a 90% de todo o comércio.”

“Em constante, somente uma pequena fração das grandes indústrias polonesas foi privatizada. A magnitude do problema é assustadora (...) Sem um histórico de performances no mercado aberto, é difícil estimar o valor das empresas estatais e sem um grande histórico de capital privado poucos podem comprar a preços plausíveis. Ainda que investidores estran-

geiros tenham recursos para aproveitar a barganha de firmas polonesas (e eles têm essa vontade) este curso seria politicamente inaceitável.” A solução encontrada, de acordo com Sachs, tem sido “a privatização de grandes indústrias através da doação de ações a todos os poloneses”, artimanha que não está ainda muito clara e de viabilidade duvidosa.

O fato é que sem o que Sachs chama de “grande estoque de capital”, em todo o Leste europeu e nas ex-repúblicas soviéticas, a curto e médio prazos a privatização das grandes empresas só é realizável com massiva desnacionalização, jeitinhos (como na Polônia) e sucateamento e apropriação descarada do patrimônio público pelo que existe de “iniciativa privada”. Frequentemente esses métodos são combinados. Na Rússia, conforme acusam os partidos de esquerda, a privatização transformou-se numa pilhagem, o enriquecimento ilícito e imediato é de fazer inveja a figuras como Paulo César Farias e Fernando Collor de Mello.



As soluções em curso são sempre no sentido da total submissão ao capital estrangeiro

Tendo se desenvolvido na chamada “economia da sombra” e nas condições especiais dos regimes revisionistas, essa burguesia tem também por traço uma ligação muito estreita com o crime. Traz de berço, por assim dizer, um caráter meio mafioso, embora não se possa afirmar que todos os ilustres membros dessa classe sejam criminosos.

Não é sem sentido que a notícia divulgada pela imprensa em março deste ano dando conta de que o programa de privatização das lojas em Moscou ficou suspenso durante alguns meses, enquanto os grupos mafiosos se reuniam para decidir como repartiriam entre si as propriedades que iam ser “leiloadas”.

É por isso que a professora Nina Andreieva, secretária-geral do Partido Comunista Bolchevique da União Soviética, em entrevista ao jornal *Hora do Povo* (27/06/92), denunciou: “O poder hoje na URSS está nas mãos de criminosos, não apenas pelos crimes que estão cometendo contra o povo, mas porque se enriqueceram com base no crime. Eles enriqueceram se apropriando de grandes recursos materiais através da economia paralela (que chamamos economia da sombra). Essa ‘economia’ do mercado paralelo, de açambarcadores, cresceu de tal forma que no ano de 1985 superava o orçamento nacional em toda a URSS. É uma soma colossal. São esses que chegaram ao poder.”

Mas a relativa fragilidade dessa burguesia, que sob o critério da acumulação de capital se equipara a seus pares do século passado, embora tenha vindo à luz no final do atual (caracterizado pela produção monopolizada dirigida pela grande burguesia), tem

outras sérias conseqüências. Torna inevitável uma inserção em tudo e por tudo subalterna àquelas nações na ordem capitalista internacional.

Isto tem se tornado evidente desde Gorbachev, na enganosa fórmula de troca de canhões por manteiga, na drástica mudança da política externa soviética (que tornou-se vassala dos interesses da burguesia monopolista norte-americana e abriu campo, entre outras coisas, para a covarde guerra contra o Iraque). Com o russo Yeltsin, apesar dos arroubos chauvinistas, o servilismo da Rússia diante das potências imperialistas se agravou. Sem falar da dissolução da URSS, o último acordo firmado entre ele e Bush, sobre redução do arsenal bélico, que dá nítida vantagem estratégica aos EUA e reduz a posição de seu próprio país à condição de potência militar de segunda categoria, diz mais sobre o sentido da política externa russa do que as encenações críticas de Boris Yeltsin contra o FMI (que nos faz lembrar a expulsão de um funcionário do Fundo do Brasil pelo "patriota" Collor de Mello).

A oposição a este comportamento vem crescendo, os acertos com Bush foram classificados de "rendição" e forças anti-Yeltsin chegaram a exigir sua imediata renúncia, conforme relata *O Estado de São Paulo* (19/06/92). "Os Estados Unidos nos arrastam à destruição da parte melhor de nossos arsenais", sentenciou o jornal *Sovietskaya Rossiya*. Por sinal, a fragilidade do governo Yeltsin parece tão flagrante que inspirou o surgimento de um novo jogo nos Estados Unidos, intitulado "Crise no Kremlin", de acordo com *O Estado de São Paulo* (19/06/92) "um videogame que põe o usuário no papel de Boris Yeltsin, enfrentando os problemas da ex-URSS. O jogador pode também escolher o papel de Gorbachev. A meta é a mesma: sobreviver."

Os problemas que as particularidades da burguesia na ex-URSS e no Leste europeu acarretam ao projeto de transição ao capitalismo naturalmente não têm a mesma conotação na ex-Alemanha Oriental. Neste caso, o processo de unificação facilitou as coisas, uma vez que a grande burguesia da Alemanha Ocidental vem se encarregando diretamente da economia de mercado, comprando a preço de banana as estatais do Leste. Ainda assim o custo lá também tem se mostrado muito elevado.

Crise do capitalismo impõe novas dificuldades à realização do projeto burguês



Apesar das particularidades pouco louváveis que caracterizam os novos burgueses da região, é com esta turma que o imperialismo conta para atravessar o "vale de lágrimas" atual (conforme Sachs, no artigo citado); é das relações econômicas e sociais que esta classe estabelecer que, promete-se, será alcançada

a eficiência econômica e a prosperidade. Assim falou o ideólogo burguês. A realidade, porém, só acena com tragédias maiores.

A proporção do colapso econômico nos países em questão é considerável e faz prever que, se o poder burguês for mantido, será necessário provavelmente bem mais do que uma década para que os níveis de produção que precederam a implantação do plano capitalista sejam alcançados. Além disto, o processo de acumulação (de certa forma primitiva) de capital pelos capitalistas nativos exigirá ainda durante um bom período a contrapartida de um empobrecimento ainda maior dos trabalhadores. Como diz Nina Andreieva, até agora "80% da população da URSS caiu na miséria. Dos 240 milhões de habitantes, 3% ficam super-ricos e os trabalhadores estão sendo submetidos a uma pauperização acelerada" (*Hora do Povo*, 27/06/92).

É também evidente que não está reservado àquelas nações, no cenário de um futuro capitalista, um lugar ao lado da grande burguesia na mesa do chamado Primeiro Mundo. Elas já surgem como Terceiro Mundo, com papéis subordinados, dependentes, tanto do ponto de vista político-diplomático quanto econômico, e uma realidade miserável.

Ainda que consideremos apenas as perspectivas a curto prazo da transição em curso para a chamada economia de mercado, é difícil enxergar motivos de otimismo para a burguesia. Desde Gorbachev, os governantes da ex-URSS e Leste europeu têm reiterado dramáticos apelos para uma maciça ajuda das potências capitalistas, sem a qual, alertam, não será possível fazer frente à crise social, econômica e política decorrente das medidas adotadas com a finalidade de implantar o capitalismo.

Aparentemente os apelos sensibilizaram lideranças de países imperialistas, que organizaram conferências internacionais, reuniões do Grupo dos Sete e tomaram outras iniciativas com o objetivo de efetivar o auxílio financeiro solicitado. Entretanto, muitas contradições e obstáculos reduzem expressivamente a dimensão desses esforços, inviabilizando, por exemplo, uma nova versão do "Plano Marshall para a URSS", sugerida pelo líder do Partido Trabalhista Britânico.

O obstáculo principal é a própria crise econômica do sistema imperialista que, ao contrário das primeiras décadas pós-segunda guerra, não vive uma fase de prosperidade, mas de decadência, caracterizada por índices de crescimento econômico medíocres e em declínio em praticamente todo o mundo (com possível exceção do Japão), o que redundará no aumento do desemprego e agravamento da crise social (visível, por exemplo, nos recentes acontecimentos de Los Angeles), no ressurgimento de uma maré grevista na Europa, na exacerbação da intolerância racista, entre outros fatos).

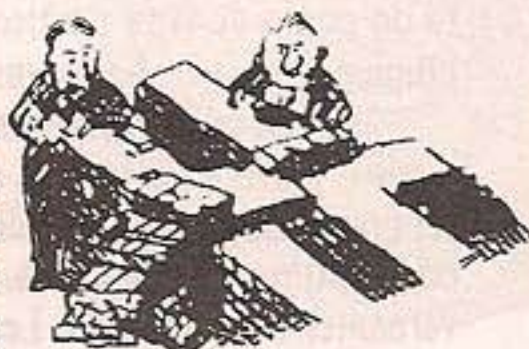
Essa crise tem como um dos seus principais componentes os enormes déficits públicos e nas contas cor-

rentes da maioria dos países imperialistas (EUA à frente), cuja cobertura reduz a quase nada a disponibilidade de capitais para os investimentos demandados pela ex-URSS e Leste europeu.

Este problema, agravado pela unificação e evaporação do superávit externo da Alemanha, mereceu um comentário dramático do presidente do FMI, Michel Camdessus, na reunião anual do órgão, de 1991, realizada em Bangcoc, na Tailândia.

Eis algumas indagações do presidente do FMI. "Como encontrar uma estratégia eficaz para enfrentar problemas históricos que nos estão sendo colocados? O que fazer quando a poupança dos países industrializados diminui e quando uma grande quantidade de recursos públicos está sendo desperdiçada em gastos improdutivos?; quando a Rodada do Uruguai não se completa e a assistência oficial ao desenvolvimento está estagnada em termos reais?; e quando nossos mecanismos de apoio são frequentemente paralisados por intermináveis discussões sobre distribuição orçamentária? Como, quando não estamos confiantes na nossa habilidade de solucionar os desafios de antes podemos assumir outros novos?"

26. **Chefes de Estados agem como mendigos diante das grandes potências ocidentais**



Ao lado da crise econômica, o desequilíbrio geopolítico, decorrente do declínio econômico dos EUA relativamente a outras potências emergentes e o novo quadro diplomático internacional que este fenômeno espontaneamente impulsiona, dificulta uma ação conjunta dos países imperialistas. É sintomático que a primeira conferência de 60 países para discutir o auxílio à ex-URSS, realizada nos dias 21 e 22 de dezembro do ano passado, sob a liderança do governo Bush, tenha sofrido duras críticas da França e Alemanha. Estas denunciaram a intenção dos EUA de tirar proveito da iniciativa (reafirmando sua hegemonia política no planeta), sendo que a Europa, conforme autoridades alemãs fizeram questão de sublinhar, responde pelo grosso dos recursos alocados para a região e os norte-americanos, atolados na crise, praticamente não entraram com dinheiro na brincadeira.

O Japão, por sua vez, na verdade o único país capitalista a dispor de um volume significativo de excedentes financeiros para exportação (a única potência em condições de conceder um auxílio maior para minorar os efeitos da transição ao capitalismo), nega-se a adotar qualquer iniciativa neste sentido enquanto não lhe forem desenvolvidas as ilhas Kurilas, capturadas pela então URSS no final da Segunda Guerra.

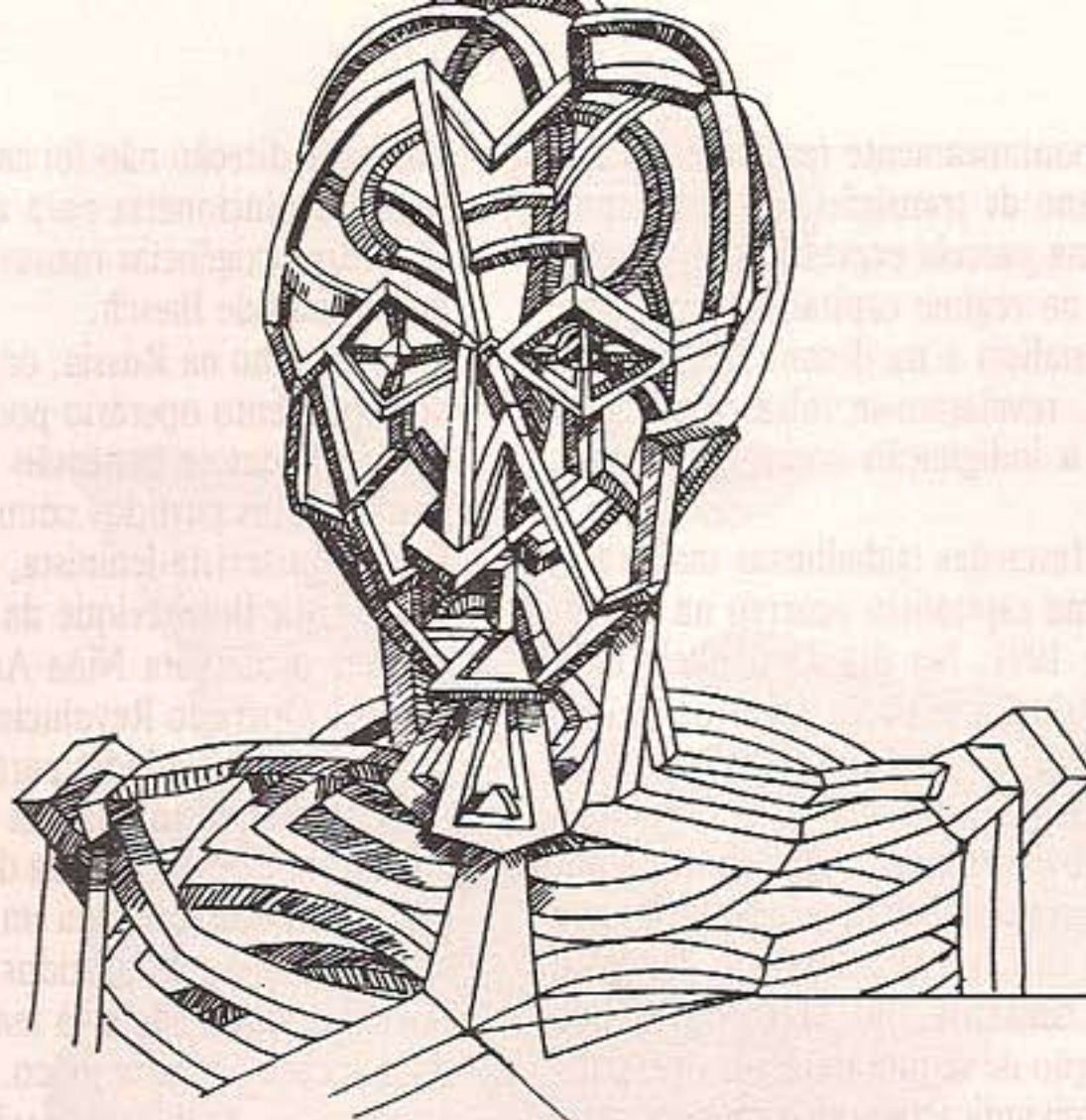
Há poucos dias Yeltsin esbravejou contra essas condições, afirmando que o Japão está boicotando

as reformas em seu país, pois ainda não contribuiu "nem com meio iene" (*O Estado de São Paulo*, 3/07/92). No final das contas, a ajuda internacional, em torno da qual faz-se muita propaganda, tem se revelado bastante tímida face às necessidades da região. Os chefes de Estado, transformados em mendigos frente às potências imperialistas, aparentam decepção. "Hoje temos problemas terríveis, enormes, de desemprego e paralisação do maquinário. Estou decepcionado pela falta de compreensão da Comunidade Econômica Européia e sua lentidão. Sei que isto é da essência do capitalismo. Fomos ingênuos, acreditamos em slogans e fomos embrulhados", desabafou o presidente da Polônia, Lech Walesa.

O Grupo dos Sete prometeu uma ajuda escalonada de 24 bilhões de dólares à Rússia, mas Yeltsin, numa recente visita ao Canadá, ainda buscava negociar uma moratória de dois anos sobre 50% da dívida externa russa. Se é verdade que a travessia do "mar de lágrimas" depende de maciça ajuda do imperialismo, a realidade não autoriza otimismo, pois este, em crise e envolto nas contradições políticas que lhe são próprias, parece impotente frente à situação. "A Primeira cúpula das potências capitalistas, desde o desmoronamento da União Soviética, instala-se hoje no antigo palácio real de Baviera, a Resindenz, num clima de pessimismo nunca visto nos 18 anos desses encontros anuais dos líderes das nações mais ricas do planeta", constatou o jornalista Paulo Sotero no *O Estado de São Paulo*, em 6/07/92).

A posição pouco cômoda de Boris Yeltsin ("é melhor que ele venha sem apresentar nenhuma pré-condição", vociferou o chanceler alemão Helmut Kohl), foi descrita pelo jornalista William Waack no mesmo jornal. "No caso de Yeltsin a tragédia se repete. No plano político ele está de costas para a parede, pressionado pela primeira oposição efetivamente consistente desde que a União Soviética se desintegrou, há seis meses. Ela é formada por um grupo desta vez bem organizado de militares e de políticos conservadores, não necessariamente comunistas. Boa parte do Parlamento russo apóia essa tendência chauvinista, à qual Yeltsin já fez diversas concessões verbais - além de nomear um vice-presidente e um ministro de Defesa totalmente identificados com o que já se chama de neonacionalismo russo."

"Os militares russos", continua, "têm importância central nas decisões de Yeltsin sobre a Geórgia, a Moldávia e a Ucrânia. Eles agem quase sem controle algum na distribuição de armas e na intervenção nas dezenas de conflitos locais, dos quais o da Moldávia é descrito como guerra aberta dessa república contra a Rússia. No Plano econômico Yeltsin também está diante de um fracasso. A terapia de choque do FMI aparentemente faliu. A tentativa de solucionar o gigantesco déficit no orçamento público russo em um só golpe desestabilizou profundamente o país. A brutal redução das subvenções e a restritiva política



de créditos sufocou a circulação monetária, ao mesmo tempo em que a liberação dos preços provocava uma fortíssima inflação (...).

Os trabalhadores, ainda desnorteados, reagem contra o arrocho



Não sem boa dose de razão, a oposição argumenta que parte da receita prescrita pelos países industrializados - a venda barata de matérias-primas e recursos como gás e petróleo, por exemplo - vai apenas ao encontro dos interesses próprios, entre eles o de conseguir de qualquer maneira a amortização do principal e o pagamento de parte dos juros da dívida externa de 65 bilhões de dólares da antiga URSS, dos quais a Rússia é responsável por cerca de dois terços. Até o ponto de se tornar ridículo, o FMI abrandou ou tolerou desvios no cumprimento das metas estabelecidas para as ex-repúblicas soviéticas (com a Rússia à frente). Yeltsin vem a Munique, porém, dizendo que não tem condições de cumprir nenhuma delas, e nem de pagar o principal ou juros da sua dívida nos próximos cinco anos. Refém de uma situação política e econômica que já se considera uma catástrofe, dúbio em sua atitude frente a conflitos étnicos regionais, pressionado por uma forte oposição nacionalista, Yeltsin não parece blefar quando diz que sem ajuda ocidental não terá condições de sobreviver. Gorbachev dizia exatamente a mesma coisa."

Naturalmente a burguesia não é a única personagem desta história. O futuro da região depende igualmente da posição e conduta que a classe operária e as massas populares assumirem diante da política capitalista de transição a uma economia de mercado. Não é segredo para ninguém que este processo reacio-

nário tem um custo social, econômico e político elevadíssimo e vítima basicamente os assalariados, ao mesmo tempo em que propicia o enriquecimento rápido dos novos empresários (uma minoria), ou seja, desenvolve a miséria num pólo e a opulência noutro, enquanto resulta num empobrecimento nacional sem paralelo.

As reformas capitalistas pressupõem a liquidação de direitos e conquistas muito caras aos trabalhadores, asseguradas pelo sistema socialista. A necessidade de criar "um mercado de trabalho flexível", como propõe a revista *The Economist*, de junho de 1991, com o surgimento do famoso exército industrial de reserva (indispensável à acumulação capitalista), tem implicado no fim do direito ao emprego e o desemprego para milhões de trabalhadores. Na Rússia, esta condição ainda não está de todo dada, mas conforme a revista inglesa, antes ainda da dissolução da URSS, "calcula-se que o total de desempregados na União Soviética esteja atualmente entre 3 milhões e 6 milhões de pessoas", sendo que as reformas ditadas pelo FMI poderiam elevar este número para "mais de 20 milhões".

As iniciativas visando uma drástica redução dos déficits públicos, o enxugamento da máquina governamental e o sucateamento das estatais, também implicam no fim de vários benefícios "não salariais - que na União Soviética vão do fornecimento de alimentos e bens duráveis às férias e aos serviços de saúde, bem como o fornecimento de alojamentos", conforme o mesmo artigo da *The Economist*, para quem tais "privilégios" representavam "cerca de 30% dos rendimentos" dos trabalhadores e constituíam "enorme obstáculo a uma verdadeira mobilidade de empregos". Soma-se a isto um arrocho brutal dos salários, que vem sendo promovido principalmente através da inflação.

O conjunto dos trabalhadores da região defronta-se, desta forma, com um retrocesso apreciável, e

também óbvio. E espontaneamente reagem contra as consequências do plano de transição ao capitalismo. As esperanças que uma parcela expressiva das massas populares depositou no regime capitalista, com base na propaganda imperialista e na desmoralização dos regimes revisionistas, revelaram-se falsas e cederam lugar à indiferença, à indignação social e protestos generalizados.

Uma das manifestações trabalhistas mais radicais contra o programa capitalista ocorreu na Romênia, em setembro de 1991. No dia 25 daquele mês, cerca de 10 mil operários, a maioria mineiros do Vale Jiu, tomaram a capital do país, Bucareste, de assalto, invadiram o Palácio Presidencial e, durante dois dias, mantiveram o governo literalmente contra a parede. Foi uma explosão de caráter revolucionário, que contou com o apoio dos trabalhadores da capital e dos estivadores de Constanza, no Mar Negro, que anunciaram a disposição de se juntarem aos operários em Bucareste se suas reivindicações por aumentos salariais não fossem atendidas. O presidente Iliesch inicialmente apelou para a repressão, mas acabou cedendo às principais exigências dos trabalhadores: destituiu o primeiro-ministro Petre Roman, determinou o congelamento dos preços de alimentos e produtos básicos (até este ano), reajustou em 50% os salários dos mineiros e prometeu rever o programa de privatizações. "Foi um golpe letal nas reformas", constatou, à época, o jornal inglês *Financial Times*.

28.

É grande a tendência da nova burguesia recorrer aos métodos fascistas de governo



Na Polônia, até mesmo os sindicalistas vinculados ao Solidariedade enviaram uma carta aberta ao presidente Lech Walesa e organizaram manifestações contra as privatizações, argumentando que essas estavam resultando num desemprego massivo que os trabalhadores não poderiam suportar passivamente. Greves e manifestações contra as reformas tornaram-se um lugar-comum nas ex-repúblicas soviéticas e no Leste europeu. Em vista deste clima, o escritor francês Guy Sorman faz observações desoladas e pessimistas sobre a carência de "uma cultura política capitalista" que torna difícil "*Sair do socialismo*" (como constata no título do seu livro).

Se esta disposição espontânea e lógica dos trabalhadores contra as reformas capitalistas é uma realidade, de outro lado também não se pode ignorar que o movimento operário na região carece de uma direção mais conseqüente, assim como de uma tática e uma estratégia claras para opor uma alternativa viável e imediata ao projeto burguês. Isto ficou patente, por exemplo, no levante patrocinado pelos mineiros romê-

nos, cuja direção não foi capaz de apresentar uma solução revolucionária para a crise do país, limitando-se a fazer exigências razoavelmente tímidas ao governo burguês de Iliesch.

Mesmo na Rússia, onde as condições subjetivas do movimento operário podem ser consideradas mais desenvolvidas, a confusão teórica e política ainda é grande. Dois partidos comunistas, que reivindicam a herança marxista-leninista, foram criados: O Partido Comunista Bolchevique da União Soviética, presidido pela professora Nina Andreieva, e o Partido Comunista Operário Revolucionário. Andreieva, que nota imensas dificuldades para a população sair do "estado de choque ao qual foi lançada pela histeria anti-comunista" desencadeada desde Gorbachev, afirmou, em conferência realizada em Bruxelas (2/05/92) durante uma reunião de partidos marxistas, que a "União Soviética ainda não está madura para criar um partido marxista-leninista único. Mas, com o tempo, seguramente, os problemas serão resolvidos e suas soluções vão conduzir ao renascimento de um só partido que será dirigente em nossa sociedade para resolver os problemas ligados à construção do socialismo."

Assim, provavelmente o movimento operário ainda terá de passar por algumas experiências antes de se restabelecer do golpe que a rigor vem sofrendo desde a ascensão de governos revisionistas na região. Entretanto, como resultado da oposição dos trabalhadores, a frágil burguesia que dirige as ex-repúblicas soviéticas e o Leste europeu acaba ficando com uma base social muito estreita para levar adiante seu radical projeto. Cabe acrescentar que a oposição de forças patrióticas, especialmente entre os militares da antiga URSS, é mais um sério obstáculo aos propósitos capitalistas. A tendência dos novos governantes burgueses em apelar para métodos fascistas é grande, embora aparentemente a base social restrita em que se apoiam não favoreça tais propósitos. Nina Andreieva, na conferência citada, destaca: "Como comunistas soviéticos, consideramos que em todo o mundo é necessário compreender que a evolução dos acontecimentos em nosso país é orientada para a reação e o fascismo e que deter esse processo é o dever de toda pessoa de boa vontade."

A transição ao capitalismo na ex-URSS e Leste europeu está se revelando uma tragédia e tem por perspectiva, segundo todos os indícios, uma barbárie ainda maior do que a atual. Ela está sendo implementada ao mesmo tempo em que amadurece, no interior do sistema imperialista mundial, uma crise explosiva (tanto por seus aspectos econômicos quanto políticos) que também exige solução. A história parece convulsionada e à beira de um parto. Objetivamente se impõe uma saída revolucionária, socialista, em que pesem as dificuldades dos fatores subjetivos, como a única alternativa à barbárie, que já está a caminho. ■



Defesa de Lênin

Após a vitória do contragolpe de Yeltsin, em agosto de 91, as lideranças russas passaram a estimular a destruição dos símbolos, estátuas e monumentos construídos em homenagem aos revolucionários socialistas.

Esta ofensiva concentrou-se contra o mausoléu de Lênin. Houve um projeto encaminhado à Câmara pela Prefeitura de Moscou para que o corpo do revolucionário russo “fosse enterrado ao lado da mãe”, entre outras iniciativas do gênero.

Assim que começou essa onda histórica, milhares de populares acorreram espontaneamente a Moscou, de diversos pontos da União Soviética, para visitas diárias ao monumento, formando longas e concorridas filas na Praça Vermelha.

Foram realizadas manifestações massivas em defesa do monumento e, num ato promovido por comunistas no local, a multidão gritou: “Não toquem em Lênin”. O resultado é que o mausoléu ainda está de pé.

Esses episódios simbolizam a resistência na memória dos trabalhadores de vestígios de uma consciência socialista. É como um osso na garganta da burguesia, que usou e tem usado de todos os meios para apagar da consciência popular todos os sinais de espírito comunista. A mídia burguesa registrou esses acontecimentos com calculada prudência e economia de palavras, como se se tratasse de coisas insignificantes. Os trabalhadores, porém, não devem exergar as coisas sob esta ótica.

Desemprego: marca do capitalismo atual

AGENOR SILVA

“A população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua”

•30•

Assiste-se a uma tremenda degradação da sociedade capitalista em sua totalidade. Cresce a marginalização de enormes parcelas da população. O sistema vigente funciona para pequena parte da comunidade humana. Não tem condições de envolver em atividades produtivas grande número dos que habitam o planeta, muito menos de garantir a sua sobrevivência”.

Esta tese, apresentada na resolução política do 8.º Congresso do PCdoB, corresponde à realidade objetiva. De fato, nos países imperialistas e em alguns outros, chamados industrializados, o desemprego é crescente. Na Europa, por exemplo, não são mais somente os jovens que não conseguem entrar no mercado de trabalho; há uma grande massa de pessoas com mais de 30 anos que nunca conseguiu trabalhar, muitas inclusive com formação técnica e mesmo universitária. “No Terceiro Mundo”, destaca o documento do 8.º Congresso, “observa-se o cerco não formal das grandes metrópoles pela periferia habitada por milhões de carentes de qualquer recurso, dispostos a tudo”.

A resolução, além de alertar para os principais fenômenos que se observam atualmente, faz a sua generalização, corroborando a lei do desenvolvimento social descoberta por Marx para o capitalismo. E acentua: “Esse quadro sempre mais degradante reflete a lei absoluta, geral, da acumulação capitalista”. Este artigo procura discutir as formas de manifestação da lei geral da acumulação capitalista nos dias de hoje, no que diz respeito à exclusão de parcelas crescentes da espécie humana da produção e distribuição da riqueza material.

Marx, com o objetivo de descobrir a lei geral de desenvolvimento da sociedade capitalista, estudou

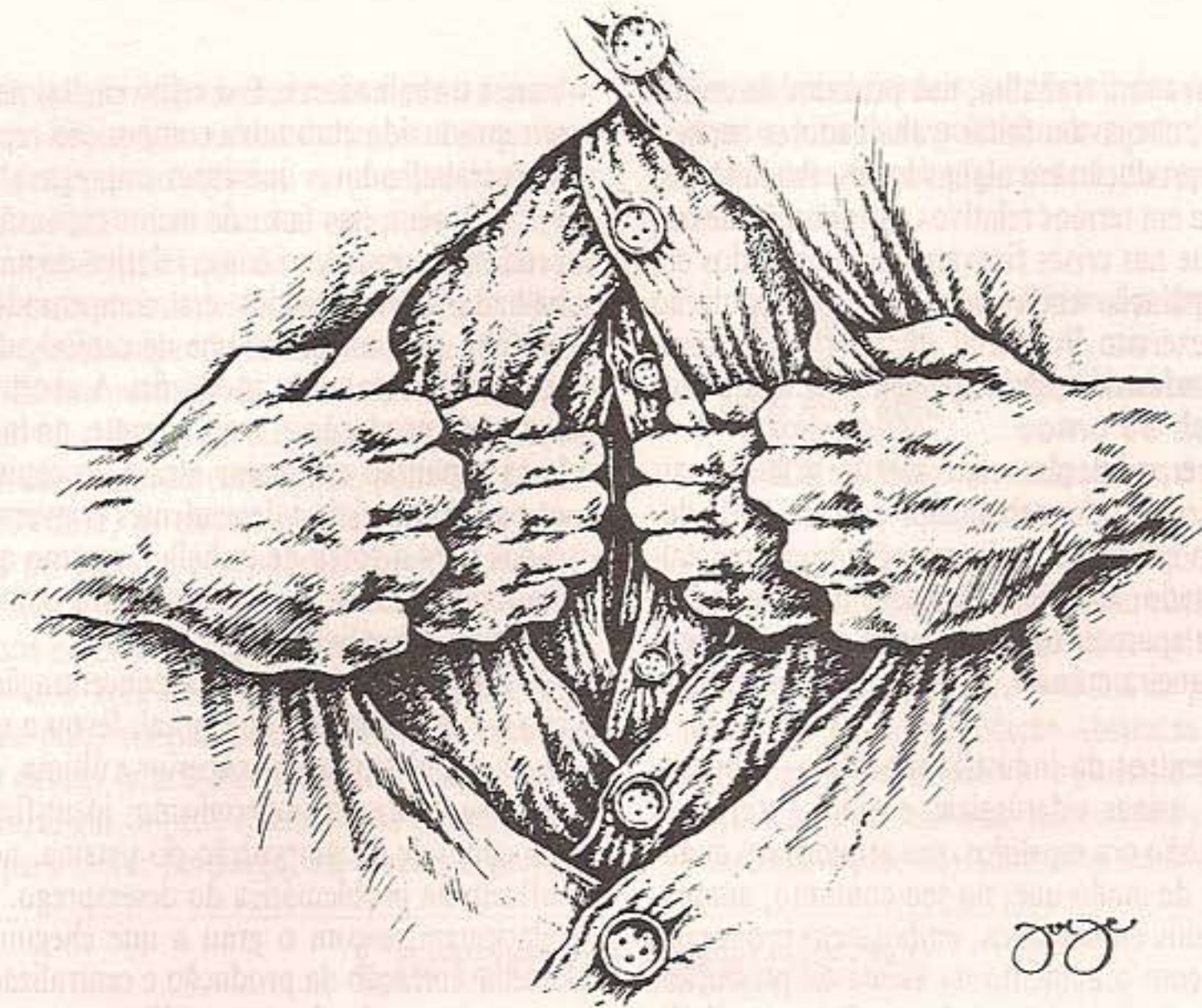
a forma simples e elementar da riqueza no capitalismo - a mercadoria -, bem como suas contradições. Mostrou como essas contradições se desenvolvem com a transformação da força de trabalho em mercadoria e também as leis gerais desse desenvolvimento. Formulou a lei geral da seguinte forma: “Quanto maior é a riqueza social, tanto maior é a superpopulação relativa, ou o exército industrial de reserva. E quanto maior é esse exército de reserva, em comparação com o exército operário ativo, tanto maior é a massa de superpopulação consolidada (permanente) ou as camadas operárias cuja miséria está na razão inversa de seus tormentos no trabalho”.



Economizar trabalho colide com o objetivo do capital de extrair mais-valia

É que no capitalismo o objetivo da produção é a valorização do capital, o lucro. O processo de trabalho é ao mesmo tempo um processo de valorização. As relações entre os seres humanos visam a auto-expansão dos valores já criados constituem um “...modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, em vez de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Na religião, o ser humano é dominado por criações de seu próprio cérebro; analogamente, na produção capitalista, ele é subjugado pelos produtos de suas próprias mãos”.

Numa sociedade comunista a palavra desemprego perde significado já que tal questão não se coloca.



O desenvolvimento das forças produtivas e da consciência humana é tal que o trabalho passa a ser entendido como necessidade vital, da mesma forma que respirar, comer, etc... Assim como não fazia sentido uma tribo da comuna primitiva proibir algum membro de ir pescar ou caçar, no comunismo científico não haverá obstáculos sociais para que alguém exerça suas necessidades vitais.

Além de o capitalismo ser um regime explorador e opressor o seu desenvolvimento, manifesto no avanço das forças produtivas, é contraditório. A contradição consiste no fato de o objetivo da produção colidir com os meios empregados para esse objetivo. O meio - economizar trabalho através do avanço da produtividade - é contraditório com o objetivo, que é extrair a mais-valia, o trabalho não pago. As crises econômicas não são mais do que a materialização periódica dessa contradição.

A teoria marxista mostra e a prática comprova que o capitalismo tem um caráter cíclico. Periodicamente e de forma regular, ocorrem quedas na produção, queda nos lucros, aumento do desemprego, queda nos salários, queda no consumo, principalmente o produtivo.

Analisando as metamorfoses por que passa o capital industrial, Marx mostrou, que durante seu movimento, o capital percorre um caminho cíclico, passando por três fases e adquirindo três diferentes configurações concretas. Na primeira fase, o capital movimenta-se na esfera da circulação, toma a forma de capital-dinheiro e, através de atos de compra, transforma-se em capital produtivo, meios de produção e força de trabalho. Na segunda fase, o capital opera na esfera produtiva, constituindo-se em capital na for-

ma produtiva. Na terceira fase, o capital apresenta-se como mercadorias e, mediante atos de venda, retorna novamente à sua forma de dinheiro. A crise é a interrupção das metamorfoses do capital em uma de suas fases.

As crises econômicas, como acentuou Marx, repetem-se de maneira periódica. Elas se manifestam em determinado intervalo de tempo. Isso dá ao capitalismo um caráter cíclico. O ciclo econômico ou industrial, que abrange o período entre a eclosão de uma crise e a eclosão de outra é constituído de quatro fases: crise econômica, depressão ou estagnação, recuperação e crescimento ou florescimento industrial. A periodicidade dessas fases sucessivas vincula-se ao processo de renovação do capital fixo: aquela parte do capital que fica presa na forma produtiva (edificações, máquinas e equipamentos).

Marx chamava a substituição massiva do capital fixo de base material da eclosão das crises e do caráter cíclico da reprodução capitalista.

“Desde já está claro que em virtude desse ciclo de rotações conexas, que abarca uma série de anos e no qual o capital está preso por sua parte fixa, forma-se uma base material das crises periódicas em que os negócios passam por fases sucessivas de depressão, animação média, auge, crise. São bem diversos e dispares os períodos em que se aplica capital. Entretanto, a crise constitui sempre o ponto de partida de grandes investimentos novos e forma assim, do ponto de vista de toda a sociedade, nova base material para o próximo ciclo de rotações”. (2)

Assim, no capitalismo pré-monopolista o desemprego adquiria uma forma principalmente oscilante. Na crise, quase todos os trabalhadores passavam fome,

a maioria ficava sem trabalho; nos períodos de crescimento e auge, chegava a faltar trabalhadores em certos ramos da produção em alguns locais. Ao lado disso, aumentava em termos relativos a proporção de trabalhadores que nas crises ficavam desempregados em relação à população empregada. A superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva, aparecia nos centros industriais, principalmente sobre a forma flutuante:

“A superpopulação relativa existe sob os mais variados matizes. Todo trabalhador dela faz parte durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado. As fases alternadas do ciclo industrial fazem-na aparecer ora de maneira aguda, nas crises, ora de maneira crônica, nos períodos de paralisação...”

“Nos centros da indústria moderna - fábricas, manufaturas, usinas siderúrgicas e minas, etc. -, os trabalhadores são ora repelidos, ora atraídos em quantidade maior, de modo que, no seu conjunto, aumenta o número dos empregados, embora em proporção que decresce com o aumento da escala da produção. Aí a superpopulação assume a forma flutuante.” (3)

O monopólio aumenta o exército industrial de reserva em relação ao exército ativo



Ao lado do ciclo econômico e vinculado a ele, avança a produtividade do trabalho, assim como o processo de concentração da produção e centralização do capital.

Quanto ao primeiro aspecto, entende-se que ...“o grau de produtividade do trabalho, numa determinada sociedade, se expressa pelo volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, num tempo dado, transforma em produto com o mesmo dispêndio de força de trabalho.”

Assim, “a massa dos meios de produção que (a força de trabalho) transforma aumenta com a produtividade de seu trabalho”. (4)

No capitalismo, à medida que aumenta a produtividade do trabalho, aumenta a proporção entre trabalho pretérito, morto, materializado nos meios de produção, e o trabalho vivo, o dispêndio de força de trabalho. Além disso, a proporção entre os meios de produção e o trabalho vivo, que coloca em movimento esses meios de produção, sempre aumenta em termos materiais - a chamada composição técnica do capital - como também em termos de valor - a chamada composição orgânica do capital. Dessa forma, é sempre menor o número de trabalhadores empregados em relação ao volume de mercadorias produzidas. De fato, Marx acentuava:

“O capital adicional formado no curso da acumulação atrai, relativamente à sua grandeza, cada vez

menos trabalhadores. E o velho capital periodicamente reproduzido com nova composição repele cada vez mais trabalhadores que antes empregava”. (5)

Porém, nas fases de maior expansão das forças produtivas, esse decréscimo relativo do número de trabalhadores empregados era compensado, em certa medida, pelo maior volume de capital adicionado no sentido de expandir a produção. A abertura de novos ramos da produção e, mais à frente, no início do século, a expansão em maior escala do capitalismo para os países coloniais e dependentes criavam novos mercados para a força de trabalho, mesmo que os trabalhadores tivessem que emigrar para outros países na luta pela sobrevivência.

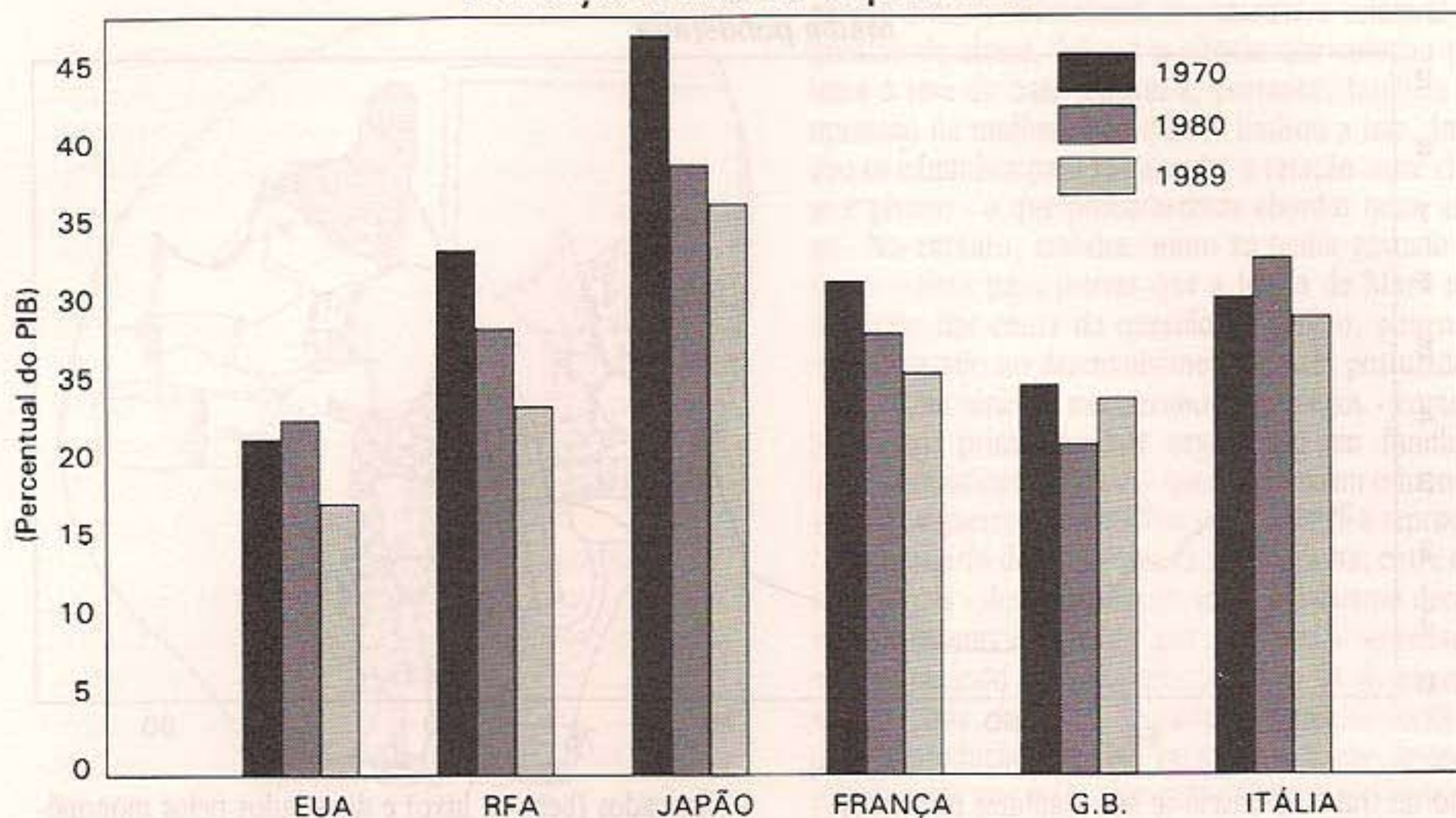
O segundo aspecto, a concentração da produção e a centralização do capital, levou a que o capitalismo atingisse sua fase superior e última, o imperialismo. Na época do imperialismo, identificada por Lênin como de decomposição do sistema, novos fatores influem na problemática do desemprego. Tais fatores relacionam-se com o grau a que chegou o processo de concentração da produção e centralização do capital e a formação dos monopólios.

A lei descoberta por Marx a respeito do aumento relativo do exército industrial de reserva em relação ao exército ativo torna-se evidente com o advento dos monopólios. Na atualidade, três elementos se destacam no que diz respeito à relação entre os monopólios e o desemprego:

Em primeiro lugar, há um encurtamento do período do ciclo econômico. Se no século passado o período entre uma crise e outra era de dez a doze anos, hoje assistimos a uma crise a cada quatro ou cinco anos. A revolução técnico-científica aliada ao acirramento das contradições entre os monopólios leva a um menor período de vida útil das máquinas e equipamentos. Hoje, as tecnologias produtivas ficam mais rapidamente obsoletas. Tal fato implica incertezas quanto ao retorno esperado para os novos investimentos, dificultando a renovação do capital fixo em maiores proporções. O gráfico a seguir ilustra esta situação de decréscimo relativo da chamada *formação bruta de capital fixo*.

De fato, uma das particularidades da economia mundial na atualidade é o permanente desajuste entre a produção de meios de produção e a produção de meios de consumo. Nas últimas crises, a queda na produção de meios de produção tem sido muito maior que a verificada na produção de meios de consumo. Nos fracos períodos de recuperação, o crescimento da produção de meios de produção, ilustrado pela formação bruta de capital fixo, além de iniciar mais tarde, é menor do que o verificado na produção de meios de consumo. Mais ainda, durante toda a década de 80 ocorreram muito poucos investimentos em novas unidades produtivas e mesmo na ampliação das já existentes. Os investimentos produtivos voltam-se fundamentalmente para a modernização dos parques indus-

Formação Bruta de Capital Fixo



triais já estabelecidos. Esse fenômeno manifesta-se com força no mundo dependente devido ao seu esforço para se enquadrar nas estratégias de especialização impostas pelos grandes monopólios internacionais.

O desemprego tende a crescer em todos os países capitalistas após a década de 70



O Brasil, por exemplo, há mais de onze anos que não experimenta grandes investimentos em infraestrutura ou mesmo em abertura de novos parques industriais. Tanto as importações quanto a produção da indústria pesada, de máquinas e equipamentos, não avançam. Isso acirra a tendência à redução na base sobre a qual o capitalismo opera. Parcelas da população, particularmente no Terceiro Mundo, vão ficando total e permanentemente excluídas do processo de produção e distribuição das mercadorias.

Em segundo lugar, ocorre uma duração mais prolongada das fases de crise e depressão. Se no século passado a fase de crise perdurava por cerca de seis meses ou menos, hoje as crises chegam a durar quase três anos como foi a de 1980 ou a atual, que já vai para mais de dois anos nos Estados Unidos, na França, na Itália, no Canadá e no Reino Unido. Os monopólios, vão estreitando seus horizontes de investimentos, passando a investir somente na modernização dos parques produtivos já existentes, e não na construção de novas plantas industriais.

Em terceiro lugar, nas crises do capitalismo pré-monopolista ocorriam violentas quedas nos preços, o

que viabilizava o retorno, sobre novas bases, do crescimento econômico. À medida em que a economia foi se monopolizando, as quedas nos preços durante a crise foram desaparecendo. A partir da crise de 1970, os preços passaram a subir mesmo durante as crises. Uma das conseqüências desse processo são os empecilhos cada vez maiores aos deslocamentos de capital para novos ramos após a fase de crise, uma vez que os monopólios conseguem manter parte de sua lucratividade mesmo com a eclosão de crises e depressões.

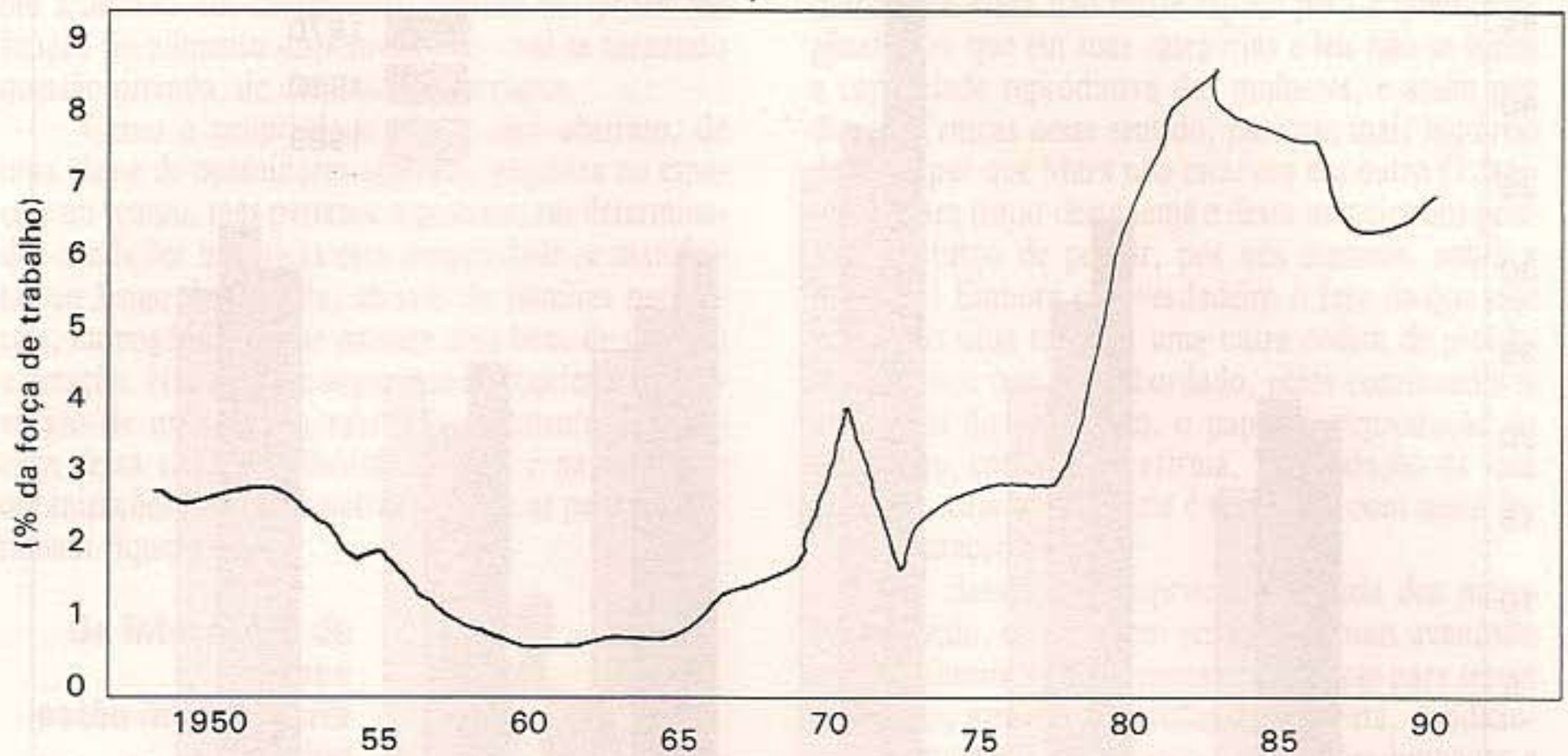
Esses três fatores acima indicados implicam dificuldades crescentes quando da recuperação econômica para a absorção dos trabalhadores que perderam o emprego durante as crises. Assim, particularmente após os anos 70, o desemprego mostrou sempre uma tendência de elevação em praticamente todos os países capitalistas.

O gráfico a seguir aponta esta situação tomando como indicador os índices calculados de taxa de desemprego.

O advento dos monopólios e conseqüentemente das empresas gigantes viabilizou a introdução dos chamados métodos científicos de organização do trabalho. Ou seja, além de o monopólio apontar para uma tendência à não-expansão do sistema, ele viabiliza grandes avanços na produtividade do trabalho, com conseqüências nefastas para o nível de emprego. Com os monopólios, a pesquisa operacional, utilizando métodos e modelos matemáticos complexos, passou a ser amplamente aplicada à organização do trabalho. O objetivo é sempre a maximização do lucro via aumento da produtividade. É no início deste século que começa a ser empregado o que ficou conhecido como Taylorismo. Em resumo, esse método de organiza-

Taxa de Desemprego nos 6 Grandes

Média ponderada



ção do trabalho baseia-se nos seguintes princípios:

“1) Separação entre concepção e execução, implicando a quebra da unidade do trabalho até então realizada pelos trabalhadores qualificados. A concepção passa a ser de responsabilidade da gerência.

2) Parcelamento ao máximo do trabalho, correspondendo a cada operação um trabalhador na medida do possível.

3) Classificação das tarefas, isto é, retirada do processo de trabalho dos gestos e ações tradicionalmente realizados pelos trabalhadores, que não contribuíam para a produção.

4) Determinação do tempo ótimo para a realização das operações.” (6)

Mais à frente, e correspondendo a um grau superior de concentração da produção e centralização do capital, aparece o chamado fordismo. No fordismo, além dos princípios do taylorismo, acrescenta-se a mecanização das linhas de produção, a introdução das esteiras e sistemas aéreos de transmissão das peças durante o processo trabalho.

O ritmo de produção acelerou-se muito. Passou a ser ditado pelo ritmo das máquinas e não pelo operário multitarefa como era no capitalismo pré-monopolista, ou do operário controlado por “tabelas” que impunham e controlavam os movimentos a serem realizados, como no caso do taylorismo. Ao lado de uma desqualificação do trabalhador e da especialização de seu trabalho concreto, o fordismo propiciou uma elevação significativa da produtividade do trabalho.

À medida que vai aumentando o desemprego crônico por conta das taxas decrescentes de crescimento médio, aliadas ao avanço significativo da produtividade, aumenta a parcela da população excluída do processo econômico, a renda tende a se concentrar e os mercados vão ficando cada vez mais restritos, so-

fisticados (bens de luxo) e disputados pelos monopólios. Para atuar nesta situação, os monopólios implementam a automação das unidades industriais e procuram aumentar os lucros em decréscimo através de uma maior produtividade do trabalho. Por outro lado, automatizam desqualificando o trabalho para tornar a produção mais flexível: maior variedade de produtos, mas em menor quantidade para uma parcela decrescente de consumidores.

Podemos concluir que a lei geral da acumulação capitalista permanece atuando com mais força na época do imperialismo e particularmente no estágio atual de monopolização da economia. À medida que os monopólios acumulam seus superlucros, o desemprego e a pobreza vão atingindo proporções insuportáveis.

“Por isso, a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua”. (7)

Um outro enfoque de análise - que será objeto de estudo de futuro trabalho - sobre as particularidades do desemprego no mundo atual refere-se ao desenvolvimento e crise do Capitalismo monopolista de Estado, tendo em vista em especial, os gastos públicos. ■

AGENOR SILVA JR. - Engenheiro naval e mestre em economia

NOTAS

(1) MARX, Karl. “O Capital”, Livro I, Vol. 2, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980, p.722

(2) MARX, Karl. “O Capital”, Livro II, Vol. 3, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980, p.194

(3) MARX, Karl. “O Capital”, Livro I, Vol. 2, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980, p. 743

(4) Idem p.723

(5) Idem p.730

(6) MARQUES, Rosa Maria. “Automação e Microeletrônica e o Trabalhador” Bienal, São Paulo, 1990, p.14

(7) MARX, Karl. “O Capital”, Livro I Vol. 2, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980, p. 732

Reflexos da automação na consciência operária

ALTAMIRO BORGES

Esse artigo trata de um assunto ainda muito "pantanosos", que requer muita pesquisa. Não visa conclusões definitivas mas ousa uma reflexão para abrir caminho ao debate

Em certa medida, o desenvolvimento da automação microeletrônica, a partir da década de 60, tem grande relação com a própria "consciência operária". Os investimentos do patronato em novas tecnologias e métodos organizacionais objetivaram, entre outras vantagens, superar um tipo de resistência nas fábricas verificado naquele período. Ela não era organizada, mas contribuiu na queda do ritmo de crescimento da produtividade nos EUA e na Europa. Nos Estados Unidos, por exemplo, ele caiu de 3,2% entre 1958/66 para 1,6% no período 66/74.

Essa "resistência informal" se manifestou no crescimento do absenteísmo (faltas ao trabalho) e do *turn-over* (abandono do emprego), no descaso crescente dos trabalhadores para com a produção (refletido no aumento dos refugos e reparos), e mesmo nas sabotagens e greves espontâneas do final da década de 60. Só para ilustrar, em 1969, diariamente faltavam 5% dos trabalhadores horistas da General Motors nos EUA; esse percentual pulava para 10% nas sextas e segundas-feiras. Já na Ford, o índice de abandono de emprego (*turn-over*) foi de 25,2% no mesmo ano. Na Chrysler de Detroit, mais da metade dos funcionários não chegaram a completar três meses de trabalho em 69.

Somado às falhas da organização taylorista e da linha de produção fordista e à crise crônica do capitalismo, esse tipo de resistência influenciou a burguesia a procurar novas técnicas de racionalização do trabalho (CCQ, Kanban, *just-in-time* e outras) e a investir em tecnologia mais avançada, na microeletrônica. Um de seus objetivos era exatamente o de "moldar" a consciência operária para enfrentar os

novos desafios econômicos. É nesse esforço que a burguesia vem promovendo intensas mudanças nas normas de produção. Esse processo ainda não está concluído, mas as linhas essenciais desse novo paradigma produtivo já são visíveis.

Rosa Maria Marques, no livro *Automação microeletrônica e os trabalhadores*, cita quatro normas de produção que integram esse novo paradigma: "produzir com estoque reduzido, em particular o de processo; capacitar seu aparelho produtivo de flexibilidade; organizar a produção e o trabalho de forma a aumentar significativamente o controle sobre o processo produtivo; reduzir substancialmente o tempo necessário para produzir". Essas normas resultam em impactos na economia e no comportamento de classe dos trabalhadores.



Sensações de solidão, opressão e isolamento angustiam os operários diante da automação

Não há dúvida que as máquinas-ferramentas de controle numérico computadorizado (CNC), os controladores lógicos programáveis (CLPs), os robôs e o sistema CAD/CAM afetam a consciência dos operários. Além do "desemprego tecnológico", esses novos equipamentos alteram a qualificação profissional e mudam radicalmente o processo de produção - com a passagem da máquina-ferramenta tradicional para o sistema de máquinas auto-reguladas. Como ocorreu em outros momentos históricos de alteração brusca do processo produtivo, esses avanços tecnológicos ten-

dem a jogar os trabalhadores numa certa defensiva, já que passam a enfrentar algo desconhecido e assustador.

O efeito psicológico, pelo menos no primeiro momento, é de retração, expectativa e impotência. Com base em entrevistas feitas nos Estados Unidos, no período de 1986-87, Graziela de Oliveira conclui que o conformismo e a resignação são características marcantes da atitude dos trabalhadores diante da automação microeletrônica. O psicanalista Emílio Rebecchi chega a conclusões idênticas ao analisar os efeitos na Europa, em particular na Itália. Ele fala em sensações de isolamento, de solidão, de opressão, de agressividade e outras que angustiam os operários. Há um sentimento de perda real do conteúdo do trabalho, o que confunde e dificulta o desenvolvimento da consciência.

Láís Wendel Abramo, no texto "A subjetividade do trabalhador frente à automação", publicado no livro *Automação e movimento sindical no Brasil*, também observa esses sintomas entre os metalúrgicos das montadoras de automóveis de São Paulo. Para ela, a introdução da microeletrônica gera uma certa *robotização do trabalhador* - e lembra que o termo robô é de origem tcheca e significa escravo. Com base numa série de depoimentos, ela avalia que os trabalhadores "estranham as máquinas 'que fazem tudo sozinhas', sentem-se pequenos, frágeis e diminuídos frente a elas". O curioso é que sua pesquisa também aponta um certo fascínio dos operários pelo imenso avanço tecnológico, o que num outro modo de produção poderia significar o rompimento da alienação do trabalho e melhores condições de vida.

Um outro componente importante na questão da consciência operária é que a desqualificação operada pela microeletrônica atinge principalmente os profissionais especializados, que até recentemente detinham maior controle sobre o processo de produção, maior poder de barganha nas empresas e autovalorizavam o seu trabalho. É o caso dos ferramenteiros, principalmente os da indústria automobilística. Desde quando esse setor passou a ser o pólo dinâmico da economia capitalista mundial, eles sempre estiveram na linha de frente na resistência à exploração. No caso do Brasil, por exemplo, a retomada das greves no final da década de 70 se deu a partir desses profissionais no ABC paulista.

Por ser um trabalho não repetitivo, e por isso mesmo não padronizado, o capital sempre teve dificuldades de controlar esses profissionais. Os métodos tayloristas e fordistas e as anteriores inovações dos instrumentos de produção não conseguiram moldar essa e outras profissões especializadas. Agora, com a microeletrônica, isso já se torna possível. Através de um comando numérico computadorizado, por exemplo, o ferramenteiro deixa de ter o controle sobre a máquina. O seu conhecimento é repassado para o programa de computador (*soft*) e este - na maioria das

empresas - é localizado fora da produção. "O trabalhador agora simplesmente aperta um botão e a máquina inclusive diz para ele se a operação foi certa ou não", relata um operário de uma montadora de automóveis instalada em Taubaté (SP). Os efeitos dessa mudança já se fazem sentir na Europa, onde esses setores especializados passam por uma fase de certo defensismo e há inclusive queda no índice de sindicalização.

Na outra ponta, entre as poucas funções que são valorizadas com o advento da microeletrônica, encontram-se as dos técnicos - principalmente os vinculados à eletrônica e à informática. Esses trabalhadores sempre foram mais reticentes a participar das lutas operárias. Eles estão mais próximos da hierarquia das empresas; rejeitam inclusive a definição de operários (*blue collors*), considerando-se funcionários do escritório (*white collors*). É verdade que a microeletrônica faz com que se aproximem dos produtores diretos, mas o que se observa é que ainda não possuem consciência de classe, são mais facilmente envolvidos pela ideologia patronal. Nos cursos promovidos pelas empresas, eles são treinados unicamente numa visão tecnocrática, individualista.



“Em vez de musiquinha os robôs vão anunciar que tal dia nós entramos em greve”

Nesse sentido, a disputa pela hegemonia desse setor ganha destaque e essa é uma questão chave na atualidade. Na maioria, são trabalhadores jovens, com certo nível de escolaridade, novas exigências culturais e ardorosos defensores das novas tecnologias - porque, no momento, são beneficiados por ela. Como já se observa na Europa, o simples discurso sindical, economicista, não atrai essa parcela de trabalhadores. O mesmo se dá com o discurso doutrinário, dogmático. Essa camada exige maior preparo da militância sindical e/ou revolucionária para se engajar nas lutas. Mesmo os instrumentos usuais do sindicalismo, como as assembléias, não possibilitam maior aproximação, já que dificilmente aprofundam o debate sobre a nova realidade.

Com a microeletrônica também aumentam de importância algumas funções de operação e de manutenção dos novos equipamentos. E aqui se encontra um perigoso gargalo para a burguesia. Esses trabalhadores são responsáveis pela manutenção e otimização de máquinas avançadas e caras. Equipamentos que funcionam num sistema integrado que envolve toda a fábrica, garantindo a rapidez e a flexibilidade na produção. Além disso, esse novo paradigma produtivo, adaptado ao mercado em crise, exige que o estoque seja reduzido, diminuindo o capital circulante, e



que não haja refugos e retrabalhos.

Todos esses fatores demonstram a importância crucial que esses operários adquirem nas novas condições. Na era da microeletrônica, a parada de uma máquina ou a queda da qualidade do processo produtivo pode ter como consequência a paralisação do conjunto dos trabalhos da fábrica. Uma greve na central de computadores, por exemplo, afeta toda a produção. Na prática, o que a microeletrônica mostra é que *a fábrica moderna é mais dependente da ação coletiva dos trabalhadores*. O capital se torna mais vulnerável. Conscientizados, os trabalhadores detêm muito maior poder em suas mãos, mesmo com a diminuição do número absoluto de empregos.

O depoimento do metalúrgico de uma montadora de automóveis do ABC paulista, reproduzido por Laís Abramo, é emblemático: "O robô quando passa toca uma musiquinha. Então nós começamos a falar: 'isso aqui nós vamos usar um dia'. Quando entrarmos em greve, nós vamos trocar as fitas dos bichos e eles vão fazer o nosso trabalho. Em vez de tocar a música, eles vão falar: 'Olha pessoal, tal dia, tal hora, estamos em greve!' Se eles produzem para um lado, vamos tentar, de uma maneira ou de outra, que eles produzam para nós".

A burguesia já percebeu esse grande perigo. Não é para menos que ela tem combinado a introdução da microeletrônica com a difusão dos novos méto-

dos de organização - na maioria dos casos, estes são inclusive implementados primeiro para garantir a plena utilização das novas tecnologias. Para o capitalista, torna-se vital o maior envolvimento desses trabalhadores, sejam eles operadores, técnicos em eletrônica, analistas de sistema, controladores ou operários da manutenção. A sofisticação dos equipamentos e a maior integração do processo produtivo exigem o aumento da sua "participação", a sua corrupção ideológica. CCQ, *just-in-time* e outras técnicas "participativas" - verdadeiras ratoeiras do capital - se alastram em função disso.

Outra medida usada pelas empresas é a de isolar essas tarefas de ponta. O Centro de Processamento de Dados da Volkswagen no Brasil, por exemplo, que é considerado o mais avançado da indústria automobilística, está dividido em dois. Um funciona na unidade de São Bernardo do Campo e outro no bairro paulistano do Jabaquara. Essa duplicação decorre das normas de segurança da empresa. Em caso de greve, o CPD do Jabaquara entra imediatamente em funcionamento. A burguesia também procura afastar ao máximo os quadros médios dos operários da linha de produção. Conforme alerta Benjamin Coriat, "para conduzir e manter as instalações automatizadas, as direções se orientam, na prática, para os 'jovens com potencial'. Formação intensiva e constantemente atualizada, classe de promoções específicas, mas também isolamento em determinadas partes da instalação, refeições tomadas em comum ... servem para constituir um 'espírito' que pode se desenvolver com mais facilidade na medida em que o trabalho com os autômatos é específico, limitado, supõe cooperação e interesse pela tecnologia".



Surge o "homem de vidro", transparente, vigiado pelo patrão, via computadores

Além disso, é sempre bom lembrar que as novas tecnologias permitem um maior controle do capital sobre o trabalho. Surge o que está sendo chamado na Europa de "homem de vidro", um operário mais transparente, mais facilmente vigiado pelos patrões - via computadores. Consequentemente, diminui a autonomia dos operários no interior das fábricas. Mesmo as tarefas de supervisão, que antes eram facilmente identificadas na figura do chefe, passam a ser desempenhadas pelos próprios trabalhadores - com o auxílio da microeletrônica. O resultado é o acirramento da divisão no seio da própria classe.

Pode-se dizer inclusive que as novas tecnologias representam um salto de qualidade no que se refere ao controle do capital sobre o trabalho. Desde o nascimento do capitalismo que a burguesia procura aperfei-

coar esse domínio. Mas, como já foi dito, todas as técnicas anteriores de gerenciamento e mesmo os antigos instrumentos de trabalho nunca conseguiram estabelecer um controle mais rígido sobre uma parcela dos operários especializados e nem se expandir para outros setores da economia. Só a microeletrônica é que vai possibilitar esse salto. Ela é que irá simplificar as tarefas mais complexas, menos repetitivas.

Através da microeletrônica e da informática, o capital passa a deter maior controle em setores como o comércio, os escritórios, os bancos e mesmo na agricultura - que estavam imunes aos princípios tayloristas. "A tecnologia da informática é uma tecnologia de coordenação e controle de força de trabalho dos trabalhadores de escritório, os quais a organização taylorista não consegue abranger", reconhece o gerente-geral da Olivetti, Franco Benedetti. Com o uso do sistema CAD/CAM, até mesmo tarefas de concepção, como a dos projetistas, são simplificadas, codificadas. O levantamento da rede ferroviária francesa que exigia, em média, três dias de trabalho de um desenhista, com o CAD/CAM passou a ser feito em 40 minutos. O desenho de uma casa, que um projetista no sistema anterior demorava dois dias para executar, agora é feito em duas horas no terminal de um computador.

Rosa Maria Marques também destaca o fato da "microeletrônica possibilitar às multinacionais acompanhar, em tempo real, o que ocorre em cada filial. Essa maior integração, somada à homogeneização dos processos alcançados pela automação, permite que as empresas tenham maior possibilidade de alterar a produção e o envio de material, de acordo com as variações de preço, mercado e mesmo em *decorrência de questões sindicais*". Henrique Rattner, no livro *Informática e Sociedade*, lembra que uma multinacional, que ele não nomeia, dispõe de um serviço de comunicação interno ligando mais de 500 computadores, espalhados por 100 cidades situadas em 18 países. Já Gonzalo Falabella cita, no livro *Automação e Movimento Sindical no Brasil*, o caso da Ford de Detroit, "que recebe dia e noite, e a cada momento, informações sobre todas as suas fábricas no mundo".

Todos esses transtornos gerados pela microeletrônica foram sentidos de imediato pelo movimento sindical dos países industrializados. Segundo Piercarlo Maggiolini, autor do livro *As negociações trabalhistas e a introdução de inovações tecnológicas na Europa*, os sindicatos da Noruega foram os primeiros a firmar acordos tratando da questão, no início da década de 70. Atualmente, as várias centrais sindicais europeias tomam iniciativas para contornar os efeitos devastadores da microeletrônica.

Na Inglaterra, por exemplo, já existe mais de uma centena de acordos administrativos sobre as novas tecnologias. Na França, a pressão sindical dos trabalhadores conseguiu que o governo introduzisse, em 1982, mudanças no código de trabalho, garantindo maior acesso às informações e o uso de peritos

na discussão dos efeitos da automação. Na Alemanha, as leis sobre co-gestão, a partir de 72, também prevêm a participação dos conselhos de empresa, dos sindicatos e da central sindical (DGB) na discussão do assunto.



Sindicatos cuidam de preservar empregos e proteção dos dados sobre cada operário

Levantamento feito pelo autor indica que a maior parte das reivindicações do sindicalismo europeu diz respeito ao direito de informação e participação no processo de introdução das novas tecnologias. Para garantir esse acesso, a Federação dos Sindicatos Nórdicos (NFS), por exemplo, conquistou o chamado "delegado para informática", que acompanha os projetos de implantação dos equipamentos microeletrônicos desde o seu estágio inicial. Como explica um documento da central inglesa (TUC - Trade Union Congress), "é na fase de projeto de um novo sistema que serão tomadas as decisões que se referem à influência da tecnologia sobre aqueles que trabalham com ela".

A preocupação básica do movimento sindical na atualidade é com a preservação do emprego. Nesse sentido, a bandeira da redução da jornada de trabalho faz parte do grosso das pautas de reivindicação. Sem dúvida, é a exigência que mais corresponde ao estágio atual da automação microeletrônica. Há ainda outras propostas, como a da diminuição da idade de acesso à aposentadoria e da ampliação da idade de ingresso no mercado de trabalho. Apesar de objetivarem o aumento da oferta de trabalho, ambas são questionadas e têm pouca eficácia. Primeiro porque o desemprego tecnológico já vitima principalmente os jovens, as mulheres e os idosos. Além disso, a proposta teria um conteúdo discriminatório, excluindo do mercado de trabalho importantes segmentos da população. Há também a exigência da reciclagem profissional, garantindo cursos e o reaproveitamento em tarefas de qualificação comparável para os afetados pela automação.

Outra preocupação é com o aumento assustador do controle do capital sobre os trabalhadores. O que se reivindica é a democratização dos locais de trabalho e a chamada proteção dos dados individuais, proibindo que as empresas utilizem informações de caráter pessoal para interferir na produção. Esse perigo é permanente, como atesta o caso da IBM da Itália, que montou um complexo sistema de informática nas suas sedes de Segrate e Vimercate. Através dele, registra os horários de início e fim de um trabalho, eventuais pausas e tempos mortos, quantidade de operações realizadas, erros eventuais e tempo empregado nas operações individuais. A IBM detém inclu-

sive códigos personalizados de cada funcionário, utilizando-os na sua política de recursos humanos (promoções, prêmios por mérito, etc.). Apesar de atentar contra vários artigos do Estatuto dos Trabalhadores italianos e de ser processada pela comissão de fábrica, a multinacional foi absolvida pelo Tribunal de Milão, em dezembro de 84.

Todas essas reivindicações e mesmo os acordos firmados, entretanto, não têm conseguido barrar os efeitos nefastos da automação sob domínio do capital. Apesar da pressão do sindicalismo mundial, que reflete o anseio das bases, há consenso entre os vários estudiosos do assunto de que nem na Europa e nem no resto do mundo ocorrem conquistas mais duradouras nesse terreno. Pela própria lógica do sistema, o capital entende a fábrica como um lugar sacrossanto. Para garantir lucratividade, ele não pode permitir que os trabalhadores interfiram no processo de produção e discutam a distribuição da riqueza produzida. A própria microeletrônica e os métodos de racionalização do trabalho, como já foi dito, visam exatamente afastar os trabalhadores dessas decisões. Nessa hora, a burguesia lembra o sagrado direito da *sua* propriedade privada.

Como reconhece Piercarlo Maggiolini, o poder dos trabalhadores de influenciar na aplicação das novas tecnologias é limitado. "O direito à informação, consulta e negociação desde a projeção, não raramente, é frustrado pelas direções das empresas que temem dificuldades, atrasos ou mesmo vazamento de informações sigilosas que as prejudiquem". Mesmo a participação nas comissões "paritárias" de automação, tão comuns atualmente na Europa, apresenta suas limitações. "Há o risco de que os participantes da projeção dos sistemas acabem se tornando uma espécie de 'reféns' da direção e dêem cobertura a escolhas, na realidade, feitas totalmente pela empresa", afirma o estudioso italiano.

Ao mesmo tempo que se conquista a redução da jornada, cresce o ritmo do trabalho



As restrições próprias do capitalismo se fazem presentes inclusive quando os trabalhadores conquistam a tão almejada diminuição da jornada. Exemplo disso é que as recentes reduções na Alemanha, França e Espanha, que variam de uma a quatro horas semanais, não conseguiram conter o desemprego. A microeletrônica e as técnicas de racionalização permitem o aumento da produção com um número bem menor de trabalhadores. Ao mesmo tempo em que a redução é conquistada, o capital intensifica o ritmo de trabalho. Na França, por exemplo, esperava-se que a redução da jornada em uma hora semanal, ocor-

rida em 81, preservasse 350 mil empregos. Mas ela "beneficiou" apenas 50 mil operários.

Essas limitações, impostas pela lógica do capital, não devem jogar os trabalhadores no imobilismo e na apatia. A própria experiência internacional indica que é possível obter avanços, mesmo que parciais e temporários, na luta contra os efeitos da automação. Além disso, deixar de apresentar propostas concretas que abordem o problema, levaria os que não se iludem com o capitalismo ao total isolamento diante dos trabalhadores. O seu discurso cairia no vazio, dando espaço para os que defendem apenas reformas no sistema. Reformas, inclusive, que o novo paradigma produtivo em curso não permite, já que a exclusão de milhões de pessoas do mercado de trabalho e de consumo lhe é algo intrínseco.

Ao aprofundar a contradição entre apropriação privada e produção social, o avanço da automação indica que é cada vez mais necessário vincular as lutas imediatas às lutas por transformações revolucionárias - pelo fim do modo de produção capitalista. O discurso e a prática reformistas, predominantes no sindicalismo europeu, só desarmam os trabalhadores diante da ofensiva do capital. Segundo um documento da própria Organização Internacional do Trabalho (OIT), o que se observa em vários países atualmente é a generalização da chamada *concession bargaining* - a concessão barganhada. Diante da difusão da microeletrônica, os sindicatos vinculados à social-democracia aceitam cortes salariais e até mesmo perdas negociadas do nível de emprego. Sem qualquer perspectiva de transformação do sistema, eles se submetem à lógica trituradora do capitalismo sem oferecer uma resistência mais global e combativa.

Do ponto de vista do sindicalismo classista, o avanço da microeletrônica indica a necessidade de reforçar os sindicatos. Como atesta a Federação dos Metalúrgicos Italianos (Fiom), "em todos os países industrializados, inclusive na Itália, a nova fase tecnológica coincidiu com uma iniciativa empresarial avassaladora que destruiu relações industriais consolidadas. Foram e são instrumentos dessa ofensiva tanto as demissões em massa quanto um novo estilo gerencial caracterizado pela agressividade anti-sindical". Mais do que nunca também é preciso garantir autonomia dos trabalhadores frente às políticas patronais de envolvimento e cooptação. É necessário ainda priorizar a organização de base, aumentando a representatividade de organismos independentes, tipo comissões de fábrica. Outro grande desafio dessa nova fase é o da integração dos operários produtivos com técnicos, disputando ideologicamente esse setor e elevando sua consciência de classe.

Esses desafios tendem a ser colocados cada vez com mais força para o sindicalismo brasileiro. Isto porque está havendo uma intensa incorporação de tecnologias de ponta na indústria. Segundo Álvaro Dias, "na atualidade, o Brasil é o país latino-americano

que mais rapidamente avança na produção e instalação de novas tecnologias”. Um exemplo é o da recente produção e instalação de máquinas-ferramentas de controle numérico computadorizado (MFCNC). Em 1972, foram produzidas e instaladas apenas 17; em 86 já existiam 2.548 equipamentos desse tipo em funcionamento no Brasil.

A microeletrônica vem sendo implantada no Brasil por pressão da concorrência externa



É verdade que o avanço da microeletrônica no país ainda é limitado e deformado. Uma das razões desse atraso é o próprio baixo custo da mão-de-obra. Mas a questão salarial não deve ser absolutizada. É só lembrar o caso do Japão, onde o salário médio na indústria também é baixo (38% menor que o americano e 33% menor que o alemão), mas a automação é meteórica. Com a maior integração do mercado capitalista, outros componentes forçam o seu rápido desenvolvimento. O que se observa é que a microeletrônica está sendo implantada no Brasil em função da concorrência internacional. Ela se vincula, por exemplo, à fabricação do carro mundial - seja o produzido num único país para a exportação ou o fabricado de maneira integrada em plantas industriais espalhadas pelo mundo. As exportações teriam, assim, um papel predominante.

Se hoje, segundo cálculos parciais, somente 10% dos operários brasileiros das grandes fábricas estão em contato direto com a microeletrônica, a tendência é do crescimento desse contingente. E aqui entra outra questão que deve gerar preocupações. É que esse desenvolvimento das novas tecnologias se dá precisamente onde o movimento sindical tem mais força - nos setores de ponta da economia, como o automotivo. “Em conseqüência”, alerta Álvaro Dias, “os setores mais avançados dos trabalhadores se confrontam com um novo desafio. A grande maioria dos trabalhadores não se enfrenta ainda com as novas tecnologias, mas esta já é a vivência dos que trabalham nas grandes empresas e que constituem a base fundamental de apoio do sindicalismo brasileiro”.

Por último, algumas considerações sobre o perfil da classe operária - sobre as mudanças provocadas pela automação microeletrônica na sua composição social. Esse é um ponto em que o bombardeio de idéias é muito intenso. Há quem afirme que a tendência é a do total desaparecimento da classe operária. Muitos sonham com as “fábricas sem homens”, plenamente automatizadas. Alguns amantes do capitalismo chegam a argumentar que também nesse ponto “o marxismo morreu” - que a classe operária não teria mais qualquer papel nas sociedades modernas,

muito menos o de vanguarda das transformações revolucionárias.

Muitas dessas “teses” são formuladas por apologistas do atual sistema de exploração, não têm qualquer base científica. Outras, entretanto, partem de fatos reais e necessitam ser levadas em consideração - a não ser que se escolha o caminho da cegueira política. É inegável que a automação microeletrônica resulta numa redução drástica do contingente de operários fabris. É indiscutível também que afeta o seu comportamento de classe e a sua conformação produtiva. Há necessidade, entretanto, de se relativizar essas questões para se ter uma dimensão real dos novos desafios.



Alterações no perfil operário: redução numérica e mudanças nas diversas profissões

Em primeiro lugar, porque a automação não reduz apenas o número de operários fabris. Ela afeta todos os setores da economia. Com a informática e a microeletrônica, o capital acelera o processo de exclusão dos assalariados do mercado de trabalho. Se até há pouco tempo os setores de serviços tinham crescido, servindo inclusive como absorvedores da mão-de-obra expelida pelas indústrias, hoje eles são duramente atingidos pela automação. Os “caixas automáticos” desempregam no setor bancário; o “código de barras” demite no comércio; o sistema CAD/CAM afeta inclusive profissionais vinculados à concepção, ao projeto. Segundo pesquisas oficiais, até o final da década passada cerca de 30 milhões de empregados em escritórios e bancos foram afetados pela informatização nos EUA - enquanto que a microeletrônica vitimou 7 milhões de operários na indústria.

Por outro lado, mesmo em fábricas de avançada automação, o que se observa é que é inviável a eliminação plena do trabalho operário, inclusive das tarefas puramente manuais. Rosa Maria Marques cita o caso da seção 54 da Volkswagen de Wolfsburg, na Alemanha, considerada a mais automatizada do mundo. Apesar da automação na área de montagem ter eliminado 80% dos empregos, ainda persistem as funções diretamente vinculadas à produção. Para ela, a automação se dá de forma seletiva. Atinge a circulação de peças e subconjuntos, determinados trabalhos repetitivos, alguns pontos de estrangulamento e áreas onde o trabalho complexo pode ser encerrado num programa de computador - como é a usinagem. Benjamin Coriat tem a mesma opinião: “Os sistemas automáticos de trabalho são incapazes de se encarregar do conjunto das tarefas de circulação ou de operação. Uma grande parte delas permanece como tarefas manuais, de execução num ritmo rápido”.

Ainda sobre o perfil da classe operária vale abor-

dar uma outra questão - muito complexa e que merece maiores estudos. Como já foi dito, a automação microeletrônica faz desaparecer várias profissões, desqualifica outras e torna algumas poucas altamente especializadas. O pessoal técnico, vinculado à eletrônica e à informática, é o mais beneficiado. Isso é constatado pelo próprio crescimento desse setor. Pesquisa feita no Brasil indica que, no período de 1980-86, o contingente de técnicos de apoio à produção na indústria pulou de 14,9% para 16,1% e de técnicos em projeto de 2,2% para 3,2%. Essa é uma tendência observada em nível mundial. As profissões técnicas, no período 70-80, saltaram de 3,1% para 10% na Coreia do Sul e de 7,7% para 10,7% em Cingapura.

Mas o que importa destacar nesse ponto é que a microeletrônica aproxima o pessoal técnico do trabalho produtivo. Numa fábrica com equipamentos sofisticados e altamente integrados, as tarefas desses profissionais se vinculam diretamente à produção. Karl Marx, na sua obra *O Capital*, já havia apresentado uma visão mais abrangente de classe operária. Ele dizia que para pertencer à classe "basta ser um órgão do trabalhador coletivo ou desempenhar nele uma função qualquer. A determinação primária do trabalho produtivo, derivada da natureza mesma da produção material, permanece sempre verdadeira em relação ao trabalhador coletivo considerado como uma única pessoa". Pode-se arriscar a dizer, então, que o técnico ou mesmo o engenheiro na fábrica automatizada é tão produtivo quando um operador de máquina de comando numérico. Ambos cooperam, juntos, na produção do mesmo produto.

**Especialistas ficam
mais perto
dos operários, sem
as antigas
funções de controle**



É nesse sentido que alguns estudiosos argumentam que, apesar da diminuição do número absoluto de trabalhadores fabris, há um alargamento da base operária na fase atual. Segundo Jean Lojkine, "o que hoje está prestes a desaparecer não é a classe operária, mas a secular divisão entre os trabalhadores manuais (os 'colarinhos azuis') e os 'colarinhos brancos'. Engenheiros politécnicos dirigindo, juntamente com técnicos especializados, instalações automatizadas; 'operários' programando, num microprocessador, um ciclo de produção - eis a nova classe operária deste fim de século".

N. Gauzner também aponta essa aproximação. "À medida que aumenta o número de engenheiros e técnicos, estes vêm-se cada vez mais submetidos à hierarquia do poder capitalista. Na sua imensa maioria já não desempenham mais funções de controle e vigilância em relação aos operários. Estão a deixar

de se identificar com a administração. A divisão capitalista do trabalho, que se torna cada vez mais profunda, priva o seu labor do caráter criador universal. Vai diminuindo a diferença entre o ordenado dos empregados e o salário dos operários qualificados. Essa diferença é com frequência a favor do salário dos operários". Ele conclui: "Nas condições atuais acentua-se a tendência para a sua aproximação da classe operária. A composição social do proletariado moderno é mais complexa e diversa".

É evidente que essa aproximação ainda ocorre apenas do ponto de vista objetivo. Subjetivamente, o pessoal técnico se mantém distante dos operários manuais. Essa mudança de composição nas fábricas inclusive cria problemas para o desenvolvimento imediato das lutas operárias. De acordo com Benjamin Coriat, "passa-se de um tipo de operário (profissional-mecânico), que constitui a base do sindicalismo atual, a um outro tipo de operário (elétrico, 'jovem' e escolarizado), cujos comportamentos culturais e políticos - em particular frente ao sindicalismo - arriscam-se a ser claramente diferentes".

Mas, como alerta Lojkine, "a revolução informacional obriga o capitalismo a brincar incessantemente com fogo ao revolucionar as suas próprias normas, a sua cultura, na tentativa de salvar o essencial - ou seja, o seu sistema de exploração". A conscientização desses trabalhadores, que já exercem funções produtivas nas fábricas modernas, coloca grandes riscos para a manutenção do atual sistema de exploração. Para integrar à classe operária esses "quadros médios" (técnicos, engenheiros, projetistas e outros) é evidente que será necessário muito esforço e criatividade. Mas isso é possível e eis aqui um grande desafio dos trabalhadores de vanguarda, dos revolucionários, na atualidade. ■

ALTAMIRO BORGES - Jornalista, presidente do Centro de Estudos Sindicais (CES) e Assessor do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de São Paulo.

NOTAS

- (1) MARQUES, Rosa Maria, *Automação microeletrônica e o trabalhador*, SP, Biental;
- (2) NEDER, Ricardo Toledo, (org.), *Automação e Movimento Sindical no Brasil*, SP, Hucitec, 1988;
- (3) SCHMITZ, Hubert e CARVALHO, Ruy de Quadros, (org.), *Automação, Competitividade e Trabalho: a experiência internacional*, SP, Hucitec, 1988;
- (4) OLIVEIRA, Graziela, *Do Conformismo à Reação. O trabalhador diante da automação do trabalho*, Mimeo;
- (5) MAGGIOLONI, Piercarlo, *As Negociações Trabalhistas e a Introdução de Inovações Tecnológicas na Europa*, RJ, Vozes, 1988;
- (6) GAUZNER, N. *O Capitalismo e as Conseqüências Sociais da Revolução Técnico-Científica*, Lisboa (PO), Estampa, 1975;
- (7) LOJKINE, Jean, *A Classe Operária em Mutações*, BH, Oficina de Livros, 1990;
- (8) CORIAT, Benjamim, *A Revolução dos Robôs*, SP, Busca Vida, 1989;
- (9) REBECCHI, Emílio, *O Sujeito Frente à Inovação Tecnológica*, RJ, Vozes, 1990;
- (10) BRAVERMAN, Harry, *Trabalho e Capital Monopolista - A Degradação do Trabalho no Século XX*, RJ, Zahar, 1980.

A classe operária e a questão de gênero*

SARA SORRENTINO

*Para superar certas tendências simplistas
o marxismo tem pela
frente o desafio de desenvolver o estudo
mais profundo das relações
entre luta de classes e emancipação feminina*



•42•

Este final de século parece ter desvendado, além do esgotamento de um ciclo da experiência socialista no mundo, a existência da opressão de gênero na história da humanidade. A questão da mulher tem emergido com força em todos os campos da vida da sociedade, e mais do que nunca se tem debatido, estudado, elaborado e mesmo incorporado ao cotidiano essa questão. A situação da mulher tem evidenciado, não só seus aspectos específicos, mas também os mecanismos e processos que determinam as condições materiais e as relações econômicas entre os seres humanos, bem como suas relações no mundo das idéias e dos sentimentos em todas as suas manifestações - culturais, artísticas, éticas, científicas, políticas, ideológicas e psicológicas - que nem sempre se dão por caminhos muito claros e diretos. Através da análise de fenômenos gerados pela opressão de gênero, podemos penetrar nas difíceis questões da democracia, da diversidade de motivações e formas de participação do povo nos mecanismos intrincados da exploração, no papel do Estado. Enfim, analisar a questão de gênero é, em certa medida, analisar a essência de muitos dos problemas enfrentados pelo socialismo em nossos dias.

Um desses problemas está relacionado ao mecanicismo e à tendência a análises simplistas da realidade,

de, presentes muitas vezes na aplicação e no desenvolvimento do marxismo. Engels já detectava essa maneira mecânica de abordar os reflexos superestruturais da vida econômica e registrou isso em sua famosa carta a Bloch (1).

No que se refere à questão da mulher, ao lado dos inúmeros avanços alcançados nas últimas décadas, temos vivido, no campo da teoria marxista, o esgotamento de inúmeros modelos teóricos e práticos, construídos sem um suficiente desenvolvimento do próprio marxismo por parte de seus seguidores.

Neste artigo, pretendemos abordar algumas dessas questões, particularmente aquelas ligadas à inter-relação entre classe e gênero, buscando encontrar nos postulados do marxismo os pontos de partida que podem nos indicar os fios e teias, muitas vezes invisíveis, que ligam os problemas da produção e reprodução da vida - entendidos frequentemente de forma equivocada, apenas como aspectos do trabalho nos moldes que o conhecemos no capitalismo. Procuraremos relacionar esses elementos fundamentais da existência humana ao surgimento e manutenção da opressão de gênero.

O marxismo-leninismo afirma - e a vida tanto do mundo capitalista como das experiências socialistas tem confirmado - que a exploração de classe é de-

cisa, na medida em que evita a tendência à limitação aos aspectos biológicos que a palavra sexo sugere e precisa melhor a discriminação, como construção social. O conceito de gênero permite ainda ressaltar a evidência de que, se existe um gênero feminino oprimido, existe um gênero masculino opressor, também construído socialmente. Se a opressão não é "natural" para a mulher, também não o é para o homem. Não existe simplesmente mulheres oprimidas, mas sociedades organizadas de forma discriminatória quanto ao gênero.

(*) Usaremos a formulação *opressão de gênero*, em vez de *opressão de sexo*, buscando expressar assim, de forma mais clara, o conceito ligado aos papéis do masculino e do feminino, construídos em relação a homens e mulheres e que têm nas diferenças biológicas apenas seu ponto de partida. São construções culturais, éticas, científicas, políticas e morais elaboradas com base nas relações sociais entre os seres humanos, ao longo da história. A formulação de gênero nos parece mais pre-



cisiva em relação à opressão de gênero. O marxismo afirma, ainda, que esta última não se resolverá sem que se resolva a exploração de classe. Ter claro essa assertiva, no entanto, não significa que a complexa relação entre classe e gênero para o marxismo-leninismo se restrinja a esses postulados.

Podemos evidenciar essa tendência reducionista, por exemplo, ao procurarmos demarcar os campos entre as concepções marxista e não-marxista. Não nos referimos aqui àquelas idéias burguesas claramente machistas, que a própria vida tem se encarregado de desmascarar, mas sim às várias concepções feministas existentes no seio da luta pelo fim da discriminação da mulher.

O marxismo colocou por terra a tese da base natural, fatalista, da opressão da mulher



Se simplificarmos a questão, colocando num único bloco todas essas concepções, baseados no fato de que elas não reconhecem a opressão de classe como fator de origem da opressão de gênero, não conseguiremos abarcar as inúmeras correntes que, embora se coloquem como firmes opositoras da tese do "natural", da origem biológica da opressão, não partilham da análise materialista-histórica dessa opressão. Diga-se de passagem que aquele "sexismo feminista", de visão exclusivamente biológica, nunca teve maior expressão em nosso país e mesmo no mundo, restringindo-se a pequenos grupos radicais, sem maior projeção (veja quadro).

O marxismo, longe de restringir a questão de gênero à mera decorrência mecanicista e colateral da questão de classe, foi e é a ciência que colocou por terra a tese da base natural e, portanto, fatalista da opressão da mulher. Mas não se limitou a isso. Indicou os caminhos para se entender a relação entre classe e gênero - o que procuraremos abordar neste artigo. No entanto, embora muito se tenha gastado de papel e tinta para provar que a teoria de Marx não consegue dar conta da questão de gênero, pouco se tem avançado no desenvolvimento desses postulados.

Uma série de mecanismos complexos - como a produção, primitivamente organizada em famílias, as características biológicas que diferenciam o homem caçador e guerreiro da mulher voltada para a reprodução, o próprio desconhecimento e idealismo, entre outros fatores - desempenha um papel até mesmo decisivo nas formas e nuances que as diversas sociedades vão adquirindo em suas relações, não só de gênero, mas de etnia, de idade, de nacionalidade, de localização na produção, etc. No entanto, isso não desmente o fato de que esses elementos têm um elo comum, fatores que, em última instância, são os determinantes principais da desigualdade: a propriedade privada e a exploração de classe.

Mas o marxismo vê a questão em sua complexidade e não se esgota aí. Uma das idéias centrais do materialismo, várias vezes repetida por Marx e Engels, é a de que, "segundo a teoria materialista, o móvel essencial e decisivo, ao qual obedece a humanidade na história, é a produção e a reprodução da vida imediata"(2). Procuremos refletir sobre essa afirmação no que se refere à origem da opressão e à relação entre a produção de bens materiais e a produção da vida.

Já nas primeiras diferenciações surgidas no trabalho - a divisão sexual do trabalho, chamada por Engels de espontânea -, essa relação entre produção de bens e gênero se manifesta e cria as condições para o surgimento, a partir da atividade masculina, do excedente, da escravidão e do acúmulo de riquezas na produção (pecuária e agricultura) e, mais que isso, cria a necessidade de incluir nessa propriedade os membros da família, para garantir a manutenção das poses através da herança.

Uma diferenciação importante, no entanto, é que, se a divisão sexual do trabalho, surgida espontaneamente, precede a propriedade privada e as classes, a divisão sexual do trabalho por sua vez, é submetida à propriedade privada aos interesses das classes dominantes, sofrendo as conseqüências das mudanças, ocorridas num meio que acabou se tornando externo às relações familiares - o da produção social, agora inteiramente dominada pelos homens proprietários e não mais pela família, de forma coletiva.

A mulher passa, progressivamente, a produzir apenas para a família, que vai se tornando monogâmica, nuclear, patriarcal. Na medida em que avançam as sociedades, a produção doméstica cada vez mais

se distancia dos caminhos por onde passa a produção social, e a reprodução - problema antes coletivo, como a decisão dos casamentos, destino das proles em função do alimento disponível, etc. - vai se tornando questão privada, de domínio do patriarca.

Como a propriedade não é algo abstrato, de uma classe de possuidores abstrata, suspensa no espaço e no tempo, mas pertence a pessoas, em determinadas condições históricas essa propriedade se manifesta, ao longo da história, através de famílias patriarcais, monogâmicas, que passam seus bens de geração a geração. Não se pode negar que a propriedade é privilégio de uma classe, mas principalmente dos machos dessa classe, na medida em que é na forma de organizações familiares patriarcais que as pessoas acumulam riqueza.

Os interesses de classe estão intimamente ligados à questão de gênero



A família, que já havia deixado de ser o núcleo de produção e reprodução coletiva da sociedade, passa a ser, então, o núcleo econômico de caráter privado, que realiza a propriedade privada, e seus membros, submetidos ao dono dos meios de produção - o patriarca. A mulher na condição de esposa é proprietária apenas nos domínios do lar e enquanto reprodutora de futuros proprietários.

Mas, se situamos nas classes e na propriedade privada os fatores determinantes, em última instância, da opressão de gênero e assim visualizamos qual o caminho para o fim dessa opressão, isso também coloca para a classe operária a correta dimensão da questão de gênero e da opressão da mulher: aspecto que está intimamente ligado aos seus interesses de classe, não sendo apenas um problema de solidariedade entre os oprimidos.

Não se porá fim à propriedade privada dos meios de produção, e aos fatores que a geram continuamente, se não dermos combate também às suas manifestações e desdobramentos no terreno da reprodução e da família, nesse tipo de família que perdura até os nossos dias - a família patriarcal, mantida como unidade econômica da sociedade. E isso não será possível sem uma orientação nova e libertária nas relações de gênero.

Voltemos à afirmação de Marx e Engels: "O móvel essencial e decisivo ao qual obedece a humanidade na história é a produção e a reprodução da vida imediata, e por sua vez estas são de duas classes: a produção dos meios de existir, de tudo o que serve de alimento, vestuário, domicílio e utensílios; e, por outro lado, a produção do homem mesmo - a continuação da espécie" (3). Esta formulação sobre a produção e a reprodução da vida não deixa dúvida sobre

o que Marx e Engels entendiam por produção, sendo descabidas as conclusões de que na concepção "produtivista" de Marx não existe espaço para a questão de gênero, ou que em suas categorias e leis não se inclui a capacidade reprodutiva das mulheres, e assim por diante. Críticas nesse sentido, parecem mais lamúrias do tipo: por que Marx não escreveu um outro *O capital*, só para tratar desse tema e desta maneira nos poupar o esforço de pensar, por nós mesmos, sobre a questão?! Embora seja verdadeiro o fato de que esse postulado situa também uma outra ordem de problemas - pouco tem sido abordado, pelos continuadores do ciência do socialismo, o papel da reprodução da espécie ou, como Marx afirma, "a produção da vida mesma", cuja importância é ressaltada com tanta ênfase na citação acima.

As classes e a propriedade privada dos meios de produção, que atingem seu estágio mais avançado no capitalismo, estando portanto maduras para serem superadas, através da revolução socialista, condicionam diretamente o conjunto das relações humanas e a maneira como a humanidade resolve seu problema central - produzir e reproduzir a vida.

E quais as formas de produção e reprodução da vida que correspondem a essa estrutura social de classes? Colocando a questão de maneira bastante resumida e quase simplista, pois não é objetivo deste artigo abordar o tema, sabemos que os homens produzem organizados em classes, que, no capitalismo, se traduzem numa minoria, que não trabalha e apenas detém a propriedade dos meios de produção, apropriando-se dos bens produzidos, e numa imensa maioria que produz e gera as riquezas, recebendo em troca um salário que mal repõe sua existência e não resolve sequer a reposição da mão-de-obra, uma vez que, de forma crescente, a imagem do operário e de sua família vai sendo substituída pela do trabalho individual de homens, mulheres e crianças.

A essa estrutura social, no que se refere à questão de gênero, corresponde, a nosso ver, uma forma de organização que transforma a "produção do homem mesmo", que passaremos a chamar aqui de reprodução (sexualidade e geração dos filhos), em questão ligada aos interesses da classe que domina. Essa classe exploradora em sua essência inclui a mulher e os filhos no rol de suas propriedades e impõe ao conjunto da sociedade sua forma de organização familiar de controle da reprodução - uma organização que mantém seus laços com os antigos sistemas pré-capitalistas, nos seus aspectos mais retrógrados, mas cujo papel central, cuja razão de ser, liga-se aos seus interesses de lucro, de controle das riquezas, à manutenção e reprodução de suas formas de dominação.

A "produção dos meios de existir" - que passaremos a chamar de manutenção da vida (comer, vestir, morar, criar os filhos e cuidar dos doentes e idosos) - em vez de ser problema de sobrevivência de toda a humanidade, passa a ser resolvida na espera de cada

família, pelo patriarca-provedor e sua esposa-reprodutora. Assim como a humanidade chegou a uma situação de contradição antagônica entre a produção social e a apropriação privada dos meios de produção, também a reprodução - que deixou de ser questão coletiva, como nas sociedades primitivas, para se tornar um assunto gerido segundo os interesses da classe dominante e da manutenção da vida - deixa de ser problema coletivo, passando a ser uma questão privada. Ao assumirem o controle econômico, político e ideológico da sociedade, as classes impõem também o seu modelo de produção e reprodução da vida, segundo seus interesses e necessidades.

Vemos os exemplos máximos desse controle no casamento civil, que nada mais é do que uma regra estabelecida pelas classes dominantes sobre como os indivíduos devem se acasalar e ter filhos, nas prescrições da igreja, que impede o casamento de seus representantes para evitar herdeiros, no direito à perna

dos senhores feudais, no "uso" das escravas pelo senhor e, hoje, nas políticas de controle da natalidade e das novas tecnologias na área da reprodução humana, entre outros.



Através do casamento civil, os dominantes regulam como se deve acasalar e ter filhos

Marx afirma em *O Capital* que... "Cada uma das épocas históricas da produção social tem suas próprias leis de população, que só se aplicam a ela e que têm um valor histórico. Somente as plantas e os animais têm leis de população abstratas e imutáveis, se não contarmos aí com a influência humana". Essa afirmação pode ser uma importante pista a nos levar - fazendo frente aos alarmistas malthusianos de nos-

Correntes feministas

Podemos situar três vertentes principais, entre aquelas, que convivem pacífica ou litigiosamente com a visão emancipacionista, no cotidiano da luta contra a opressão em nosso país: a primeira, sem ordem de importância, embora reconheça a questão de classes, subestima-a em detrimento das questões de gênero (os partidos são machistas, não são instrumentos para resolver a opressão de gênero; as mulheres, por serem as mais oprimidas, são sempre mais revolucionárias que os homens; e, somente quando prevalecer a maneira feminina de ver o mundo será possível uma sociedade igualitária, etc). Esta visão, embora defenda a necessidade de participação nas lutas políticas não específicas, o faz de forma guetizada, sem a perspectiva dos inimigos a combater, privilegiando lutas intestinas contra os homens dentro do movimento geral. Termina por ser agente de divisão e preconceito. Não obstante tenham o dom de não secundarizar a questão da mulher, perdem a perspectiva de classe e terminam, na prática, negando o socialismo, na medida em que lhe atribuem tantos defeitos machistas que o tornam "inviável".

A segunda, nega simplesmente as classes, reconhecendo apenas a questão de gênero (nem capitalismo nem socialismo, o feminismo somente é a solução; o que domina o mundo é o patriarcado, e não a exploração de classes). Bastante em voga com a crise do socialismo - mais um sistema patriarcal, segundo suas seguidoras -, esse movimento dedica-se apenas ao exclusivamente feminino, rejeita a atuação política e partidária, define o movimento num beco sem saída, restrito (felizmente) a um grupo de eleitas. Sua perspectiva acaba sendo carregada de

existencialismo e misticismo, encerrados no alcance da vida de cada um - viver prazerosamente.

Finalmente, a terceira vertente nega a questão de gênero e vê apenas a luta de classes, negando a especificidade e a necessidade estratégica da luta feminina (é só resolver as questões econômicas, a miséria e a fome, o resto é mera decorrência, mera questão de hábitos que virão automaticamente, etc.). De tradição histórica entre nós, de uma época em que a luta feminina era vista de forma utilitarista para aumentar os contingentes numéricos de lutadores, ela tem fôlego curto, restrito aos períodos de grandes mobilizações, diluindo-se no conjunto das lutas populares ou caindo no fisiologismo dos interesses imediatos, despolitizados. Seu arcabouço de idéias não consegue resistir ao contato com o cotidiano de opressão vivido pelas mulheres, na medida em que não responde às suas expectativas de libertar-se definitivamente dessa opressão específica.

É necessário lembrar ainda que, embora todas elas, em última instância, possam ser reduzidas a uma análise biologicista da origem da opressão, isso é verdadeiro apenas em última instância, pois na prática, em suas propostas de luta e em suas formulações, apresentam características que trazem importantes desdobramentos no campo da ação política e no campo teórico. Isso se expressa tanto nas diversas propostas organizativas existentes no movimento, como no grande arsenal de textos e livros produzidos para defender a tese de que é preciso construir uma teoria inteiramente nova para fazer avançar o feminismo, pois todas as existentes, e logicamente o marxismo é o mais visado, não dão conta da questão da mulher.

so tempo - ao desvendamento das leis populacionais próprias de cada modo de produção e, mais do que isso identifica quais as leis próprias do crescimento populacional, na atual fase do desenvolvimento capitalista. Mas, sejam quais forem as conseqüências desse desvendamento, certamente encontraremos a opressão de gênero e o controle das classes dominantes sobre a reprodução, como um mecanismo fundamental de atuação dessas leis, nas sociedades baseadas na opressão de classe e gênero.

Certamente, já poderemos adiantar que nessas sociedades não existe qualquer indício de se adequar o crescimento populacional aos interesses de homens e mulheres produtores, tampouco à preservação do planeta e da humanidade, apesar do alto desenvolvimento tecnológico e científico alcançados. O que existe é a tentativa de submissão desse crescimento aos interesses do modelo dominante - o imperialismo neoliberal.

No que concerne à manutenção da vida, embora a produção se amplie enormemente, o suficiente para atender às necessidades antigas e novas de toda a humanidade - o acesso a essa produção é barrado,

não só pelo impedimento de acesso à renda -, como também pelos mecanismos da opressão de gênero, que mantêm as tarefas ligadas ao uso dessa produção - alimentação, vestuário, moradia, criação e formação das crianças - como responsabilidades a serem assumidas de maneira privada. A liberação da mulher desses encargos é condicionada às possibilidades de compra de bens ou serviços que os substituem - o que é barrado em grande parte às classes exploradas, além dos mecanismos adicionais de exploração serem baseados na opressão de gênero, com a entrada da mulher no mercado de trabalho em condições de desigualdade.

As condições de desenvolvimento industrial, tecnológico e científico aqui, como na reprodução, já permitem a solução dos problemas de manutenção da vida, no âmbito da grande indústria, em grande escala socializada, mas não podem ser resolvidos dessa forma pelas classes dominantes, cuja ideologia - reflexo de seus interesses - necessita encarar esse aspecto da vida como questão privada, sujeita a seu controle direto, assim como suas posses (casa, filhos, escravas domésticas, esposas, etc). Para o capitalismo, bem mais interessante do que produzir grandes má-

Opinião de Marx

Se quisermos enfrentar o desafio de deslindar as relações entre a luta pela construção do socialismo e a emancipação da mulher, o caminho para isso deve começar pela busca do que disseram, a esse respeito, aqueles que pela primeira vez afirmaram que a aventura humana de alcançar o comunismo era uma aventura possível.

“A Ideologia Alemã” é um dos textos de Marx que melhor expressa seus estudos sobre o materialismo histórico, por isso não será demais nos estendermos um pouco na exposição das idéias nele contidas, ao procurarmos abordar as origens da opressão e a localização da questão de gênero no conjunto de suas análises:

Ao afirmar que (...) “Ali onde termina a especulação, na vida real, começa também a ciência real” e que, no lugar de uma filosofia independente da vida real, “surge um compêndio dos resultados mais gerais, abstraídos do estudo do desenvolvimento histórico dos homens”. Marx relaciona algumas dessas “abstrações”, começando pela história, e aí chegamos à questão de gênero. “O primeiro fato histórico”, diz Marx, “é a produção dos meios indispensáveis à satisfação das necessidades” (comer, beber, morar, vestir-se, etc.), (...) “O segundo é que a satisfação desta primeira necessidade(...) conduz a novas necessidades.” (...). “O terceiro fator que aqui intervém de antemão no desenvolvimento histórico é que os homens que renovam diariamente sua própria vida, começam ao mesmo tempo a criar ou-

tros homens, a procriar: a relação entre o homem e a mulher, entre pais e filhos, a família. Esta família, que a princípio constitui a única relação social” (...). E Marx conclui: “Estes três aspectos da atividade social não devem ser considerados como três fases distintas, senão que intimamente ligadas, como três aspectos (...) que vêm existindo desde o princípio da história e desde o primeiro homem e que, sem dúvida, ainda hoje seguem regendo a história”.

Outro momento da obra de Marx e Engels, importantes nessa discussão, refere-se à divisão de trabalho: “A primeira grande divisão de trabalho nas sociedades primitivas”, afirma Engels, “e isto se reafirma nos estudos da antropologia recente, é a divisão sexual do trabalho”. Divisão de trabalho e propriedade privada são termos idênticos: um deles diz, com referência às atividades, o mesmo que o outro, com referência ao produto” (6). E mais, ao falar das sociedades primitivas, anteriores às classes, Engels coloca assim essa divisão sexual do trabalho: “A divisão do trabalho é espontânea, só existe de sexo a sexo. O homem vai à guerra, se dedica à pesca e providencia o necessário para isso, assim como a matéria-prima para a alimentação. A mulher cuida da casa, dos alimentos e das vestes, cozinha, fia e cose. Cada um é dono de seus domínios, o homem na selva, a mulher na casa. Cada um é proprietário dos instrumentos que elabora e usa: o homem, de suas armas, de seus apetrechos de caça e pesca; a mulher, de seus utensílios caseiros” (7).

quinas de lavar, e ter de misturar suas roupas finas à da "gentalha", é produzir e criar a demanda das máquinas domésticas, personalizadas, vendidas uma a uma, e ter até lavanderias de luxo para pessoas de fino trato.

As mudanças exigidas pela mulher são tão universais quanto as da luta de classes



A classe operária em seu conjunto, ao ser a principal interessada em pôr fim à propriedade privada dos meios de produção, não resolverá definitivamente esse problema, sem atacar os outros pilares da antiga estrutura, tomando para si, segundo seus interesses igualitários, o controle da reprodução. Só então, libertará a sua vida privada dos estereótipos e padrões opressores e conquistará seu direito à autodeterminação, no terreno da vida familiar e afetiva, podendo experimentar uma imensa gama de sentimentos, vivências e crescimento como ser humano, somente possíveis quando a sociedade como um todo estiver livre do jugo dos papéis de dominador e dominado, e a mulher, em particular, estiver liberta do papel que lhe é imposto, de simples reprodutora de mão-de-obra e escrava desse encargo, retirando da esfera privada tudo o que diz respeito à manutenção da existência.

Quando Engels se refere à família no comunismo, apesar de certo tom de utopia que possa exprimir, reflete de forma clara essa concepção: "As relações entre os sexos passará a ter um caráter puramente privado, pertencente somente às pessoas que tomam parte delas, sem o menor motivo para a ingerência da sociedade. Isso é possível, em função da supressão da propriedade privada e da educação das crianças pela sociedade, com a qual se destróem as bases do matrimônio atual ligadas à propriedade privada: a dependência da mulher em relação ao homem e dos filhos em relação aos pais" (4).

Sob essa ótica, a questão da mulher não se inscreve, como uma série de lutas setoriais, apenas na esfera dos direitos humanos, nem diz respeito somente a elas, mulheres. As mudanças que ela exige estão na esfera do relacionamento individual, das leis, do Estado, da ciência, da cultura, das artes, das relações de produção, de todas as estruturas sociais, e é tão universal como a questão de classe.

Assim como no capitalismo surge a classe operária, coveira do próprio capitalismo, surgem também as condições para o fim da estrutura patriarcal e machista. Apesar da formulação pouco precisa de Marx e Engels, ao falarem do proletário e sua mulher, como se não existisse a mulher proletária, eles traduzem bem essa realidade: "As condições de existência da velha sociedade estão já abolidas nas condições de existência do proletariado. O proletariado não tem

propriedade, suas relações com a mulher e os filhos nada têm em comum com as relações familiares burguesas. O trabalho industrial moderno, o moderno jogo do capital, que é o mesmo na Inglaterra, na França, nos EUA, na Alemanha, despoja o proletariado de todo o caráter nacional. As leis, a moral, a religião são para ele meros prejuízos burgueses, atrás dos quais se ocultam outros tantos interesses da burguesia".(5)

Assistimos hoje, a fenômenos que nos demonstram o grau de contradição a que chegou essa estrutura de gênero no capitalismo e de que forma se criam as condições para a superação da opressão de gênero, como a divisão de heranças dentro das famílias de grandes proprietários (o processo de herança do grupo Bradesco, por exemplo, com a morte de Amador Aguiar, as disputas familiares no grupo Pão de Açúcar e outros), a possibilidade de confirmação de paternidade, com os modernos testes genéticos, como no caso de Pelé, por exemplo, ou dos bancos de espermas para inseminação artificial, entre outros.

Ao lado desses fenômenos, a classe operária vai ganhando consciência de que é explorada, enquanto classe, torna-se classe para si - um aspecto subjetivo da luta de classe -, mas deve também ganhar a consciência desses "meros prejuízos" e de que dentro dela existe uma outra opressão, intimamente ligada a essa primeira: a opressão de gênero. Ao venderem sua força de trabalho, suas famílias também passam a ser propriedades do capital, vivem e se reproduzem de acordo com os interesses ditados pela burguesia.

As mulheres, ao arcarem com todos os desgastes e aflições do controle que sofrem sobre sua capacidade reprodutiva e com a manutenção da vida - como se isso fosse tarefa sua -, pagam um tributo bastante alto por isso, quando, na verdade, estão atendendo a um conjunto de necessidades que são de toda a sociedade. Libertar-se dessa contradição, resgatar o caráter privado da reprodução, como vivência individual e prazerosa e tornar sociais todos os encargos da manutenção da vida, é libertar homens e mulheres de cadeias seculares que consomem e degradam a vida humana. ■

SARA SORRENTINO - Médica, editora da revista "Presença da Mulher".

NOTAS

- (1) Carta de Engels a Bloch.
- (2) Engels, F. - "Origem da Família, da Propriedade e do Estado" - Prólogo - 1884 - Ed. Claridad - 1971.
- (3) Marx, C. - "O Capital"
- (4) Engels, F. "Fundamentos do Comunismo" - 1847 - Obras Escolhidas - Vol.I
- (5) Marx, C. Engels, F. - "Manifesto Comunista" - Obras Escolhidas - Vol I.
- (6) Engels, F. "Feurbach. Oposição entre as Concepções Materialista e Idealista" - Obras Escolhidas - Vol. I
- (7) Engels, F. "Origem da Família, da Propriedade e do Estado" - Ed. Claridad - 1971.

A vida é uma molécula de DNA manipulável

FÁTIMA OLIVEIRA

A engenharia genética é hoje uma grande esperança. E uma grande ameaça. O domínio do mapa do genoma e do que faz cada gene, permite o controle da vida humana.

48

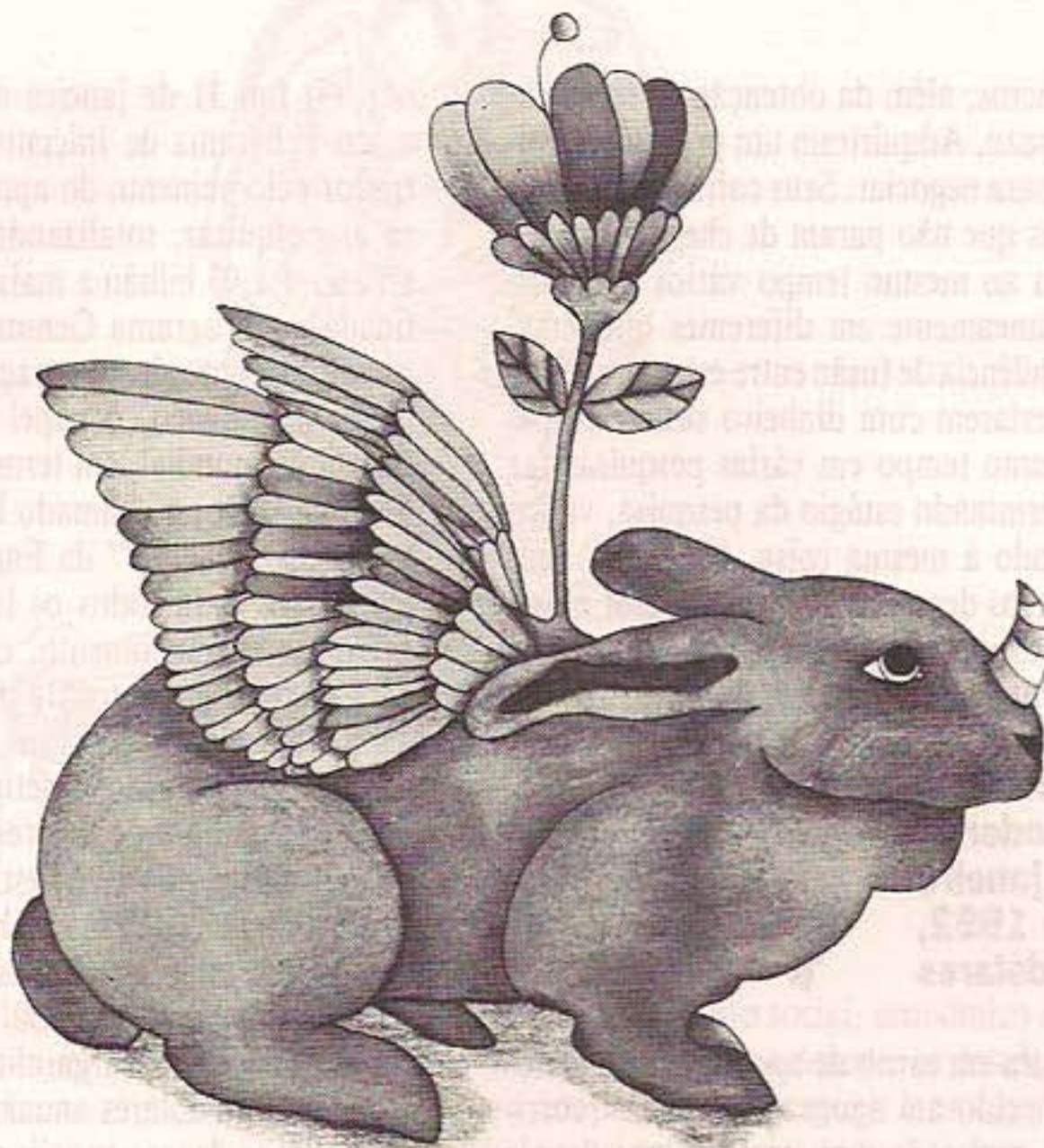
Deu na *Veja*: "Descoberto gene da asma..." Na *IstoÉ Senhor*: "3 bilhões de dólares serão gastos até o ano 2005 no Projeto do Genoma Humano". Na *Gazeta Mercantil*: "Pesquisadores descobrem o gene do diabetes tipo 2. Europeus mapeiam a seqüência do cromossomo da levedura... Manipulação de diferentes plantas conduz a plásticos biodegradáveis... Já se pesquisa uma vacina genética contra infecções... Genes recriam a vida... UFRJ desenvolve kit para diagnosticar cólera por reação de polimerase, e a Engenharia Genética é a melhor solução para a identificação rápida e eficaz da presença do vibrião em portadores sãos... Patenteamento de genes será discutido em conferência no Brasil (Caxambu, MG), de 12 a 15 de maio de 1992... E Sérgio Danilo Pena (Gene-MG), vice-presidente do Programa Latino-Americano do Genoma Humano (PLAGH), diz que o Projeto Genoma 'certamente nos dará novas ferramentas biotecnológicas para enfrentar os quatro grandes bioproblemas - alimentação, saúde, degradação do ambiente e crescimento demográfico - que estão a nos desafiar neste final de século'" (1)... No *The Economist*: "Como a biotecnologia deverá mudar a herança genética..." No *The Wall Street Journal*: "Alguns botânicos consideram que há uma nova fonte de dinheiro no futuro dos agricultores: o plástico. Já se obtém hoje por Engenharia Genética de uma planta, parente da colza, uma resina plástica (biodegradável)..." No *Financial Times*: "EUA - uma absurda política de patentes de seres vivos..." Na *Business Week*: "Os cientistas da Universidade de Chicago e de institutos franceses estudaram famílias que sofrem de diabetes e localizaram um segmento comum de DNA defeituoso..."

"...O National Institutes of Health (INH), órgão do governo norte-americano encarregado das pesquisas médicas, criou tumulto no setor de biotecnologia e causou a revolta na comunidade acadêmica ao apresentar 3 mil (*destaque nosso*) pedidos de patentes para genes humanos, cujas funções ainda são desconhecidas. A vítima mais notória até agora foi James Watson, o descobridor da estrutura dos genes, quarenta anos atrás. Ele renunciou, na semana passada, à direção do Projeto Genoma, coordenado pelos EUA, que representa parte do esforço internacional de 3 bilhões de dólares para pesquisar e expor completamente a planta genética dos seres humanos. A acirrada oposição de Watson à política de patenteamento do INH foi um dos principais motivos de sua demissão... Ainda que os detalhes técnicos pareçam esotéricos, as implicações médicas e financeiras são enormes."(2)



Bioengenharia faz um ratinho que "trabalha" como se fosse um pequeno humano

Nas manchetes do mundo inteiro um só eco: Brasil conservou seu tesouro genético... Amazônia, único banco genético do mundo... Transnacionais querem patentear genes que surrupiaram do Brasil. G7 quer Floresta Amazônica em troca da dívida... Collor quer doar a cartel a riqueza genética do país... E a sua proposta para o projeto de patentes pretende garantir o patenteamento de seres vivos. (3) O *Jornal do Brasil*, em uma de suas edições recentes, publicou: "Estados Unidos pedem patente de 2.700 genes".



Na trilha da manipulação da vida, a Dupont tem o “seu” rato bioengenheirado em Harvard para a pesquisa do câncer. Simples. Células humanas fazem o ratinho “trabalhar” como um pequeno humano... A Biogen-Cambridge é dona de um outro rato bioengenheirado que produz proteína humana no leite...

A GenPharm quer patentear o seu rato imunodeficiente, cobaia perfeita para o estudo da AIDS. A Roche entra em ação e compra da Cetus a patente mundial do PCR (Polimerase Chain Reaction - reação de polimerase em cadeia)(4) por 300 milhões de dólares... Geneterapia... No futuro as doenças serão tratadas como se conserta um carro. Trocando-se as peças gastas ou defeituosas. Troca-se um gene defeituoso por outro são, novinho em folha. É o anúncio da revolucionária mutação dos padrões terapêuticos. Duvidar? Quem há de?

No *Fantástico*, *show* da vida, a grande vedete é ela, a Engenharia Genética, acenando com a possibilidade de cura para todos os males. O que imaginar do chá orgásmico da flor de Jorge Tadeu? Aquela florzinha é produto da “mistura” de uma planta X J. Tadeu. São os poderes da bioengenharia que explicam suas propriedades. Só um híbrido humano X vegetal teria tão extravagantes potencialidades. (5) Nada demais. Nem impossível, tampouco. A Scripps Researchs Foudation (Califórnia) já tem um híbrido rato X fumo que produz anticorpos usados pela medicina em diagnósticos. O grama dessa substância vale cem vezes mais que o ouro. Os anticorpos são produzidos no rato sob a direção de um gene que ao ser inoculado na planta age em suas folhas e gera os anticorpos.

Diariamente, na mídia mundial, se alardeia com estardalhaço as quimeras do reino animal e vegetal,

via Engenharia Genética, a oitava maravilha do mundo! Nos jornais mais conceituados do planeta, a Engenharia Genética conquistou razoável e garantido espaço no cotidiano. Para concentrar tanto prestígio e atenção é forçoso que se reflita sobre ela, principalmente porque se trata da revolução técnico-científica mais aprimorada e inquietante que a humanidade já conheceu. Tem poderes de manipular a síntese da vida: o DNA. A aplicabilidade de tudo isso não só é desconhecida dos mortais comuns como também é da competência exclusiva dos que detêm o saber e o poder político. É importante notar que a Engenharia Genética pertence aos países ricos.

No final da década de 70 a Biologia Molecular pronuncia curas milagrosas e a abertura de enormes mercados. Nos anos 80 sofreu altos e baixos, oscilando entre o descrédito e grandes possibilidades. No começo da década de 90, só nos EUA, 250 empresas de biotecnologia comercializavam publicamente suas ações.

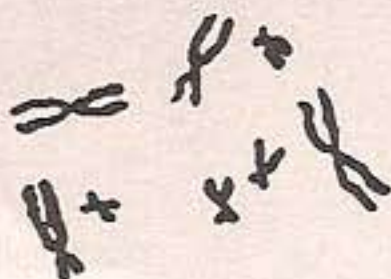
Empresas como a *Immunex*, *Immuno-logic*, *Immunogen*, *Immunomedic*, *MED Immune* e *Immune Repouse*, entre janeiro e dezembro de 1991 garantiram aos seus investidores lucros entre 60 e 1.200%. No conjunto, as empresas de Engenharia Genética aumentaram em 100% o valor de suas ações. Apenas em 1991 cinquenta dessas empresas aumentaram novos fundos de ação.(6)

Durante a década de 80 ainda havia certo ceticismo por parte dos investidores em relação ao setor, mas atualmente, com a perspectiva de que o Projeto do Genoma Humano descobrirá o “impensável”, as ações das empresas biotecnológicas supervalorizaram-se de maneira espantosa, com vantagens de acertos de

participação de lucros, além da obtenção de financiamentos a longo prazo. Adquiriram um prestígio místico e muito cacife para negociar. Seus cofres estão abarrotados de dólares que não param de chegar e todas, portanto, bancam ao mesmo tempo vários projetos, investindo simultaneamente em diferentes quimeras. Há uma grande tendência de fusão entre essas empresas.

O fato de estarem com dinheiro suficiente para investir ao mesmo tempo em várias pesquisas faz com que, em determinado estágio da pesquisa, vários grupos, pesquisando a mesma coisa, "juntem" seus conhecimentos e suas descobertas naquele setor e passem a trabalhar conjuntamente, criando, desta forma, um vínculo comercial "naquele produto".

A corrida pelo bio poder já envolvia, em janeiro de 1992, 4,5 bilhões de dólares



Tudo isso gira em torno de apenas 1% do genoma humano conhecido até agora. Toda essa "corrida do ouro" será acelerada mais rapidamente depois que o genoma humano for desvendado. A "recompensa" financeira pelo conhecimento do genoma deverá ser astronômica, ao que tudo indica. Este, pelo menos, é o alvo perseguido.

O capital total das empresas biotecnológicas no final de janeiro de 1992 era da ordem de 4,5 bilhões de dólares (EUA), incluídas aí a indústria de biotecnologia (produção dos instrumentos de trabalho) e as empresas de Engenharia Genética (que utilizam as ferramentas biotecnológicas no mundo do ge-

ne). (7) Em 31 de janeiro de 1992, Bush comunicou o seu Programa de Iniciativa Biotecnológica, que se traduz pelo aumento do apoio do governo federal para as pesquisas, totalizando 4,03 bilhões de dólares ao ano, (1,03 bilhão a mais que o total da verba destinada ao Programa Genoma em quinze anos). Esta é uma evidente demonstração de que Bush sabe, de modo inequívoco, o papel que este setor jogará na economia mundial, em termos de dinheiro e de poder de dominação, o chamado bio poder.

Os "achados" da Engenharia Genética prometem lucros para todos os lados, e aos borbotões. O carro-chefe do momento, o puxador de dólares por excelência, é esse setor da medicina.

As vendas de drogas, vacinas e exames oriundos da manipulação genética já rendem anualmente mais de 4 bilhões de dólares.

No início de 1992, estimava-se em cem o número de drogas testadas em humanos. Cerca de quase quinhentos estão nas linhas de pesquisas. Há projeções de que, no ano 2000, os produtos médicos da Engenharia Genética garantam recursos em torno de 30 bilhões de dólares anuais.(8)

Só as drogas protéicas derivadas da manipulação genética, como o Interferon Alpha, utilizado no tratamento da leucemia, da herpes, da hepatite e atualmente sendo testado no tratamento da AIDS; a insulina, usada no tratamanto do diabetes; o TPA, que dissolve coágulos sanguíneos e por isso impede infartos, bem como o hormônio do crescimento, já vendem, no conjunto, mais de 2 bilhões de dólares ao ano. A Celtrix testa uma proteína que acelera a cicatrização, a Synergen, um antiinfecioso, e a Inclone, um anticancerígeno. Todos prometem auspiciosos lucros.

•50•

Onde está o gene

As partes principais da célula são a membrana celular, o citoplasma e o núcleo.

1. O citoplasma é formado por água e vários corpúsculos:

- mitocôndrias (produzem energia)
- ribossomos (produzem proteínas)
- lisossomos (responsáveis pela digestão da célula e armazenam enzimas)
- retículo endoplasmático (sistema de canais entre o núcleo e a membrana celular que desempenha importante função na divisão das células animais).
- O hialoplasma é a maior porção da célula, compreendida entre a membrana celular e o núcleo. Seu componente mais abundante é a água. O hialoplasma com todos os corpúsculos forma o citoplasma.

2. O núcleo é o centro de controle da célula.

- No núcleo estão os cromossomos que constituem o material genético da célula.

Existem organismos sem organização celular

típica, tais como vírus e bactérias, que contêm genes. Razão pela qual afirmamos que os cromossomos estão em geral no núcleo da célula. Cada cromossomo é formado por uma única molécula de DNA (ácido desoxirribonucléico), a substância química que constitui os genes. Os genes são pedaços de cromossomos ou pedaços dessa longa molécula de DNA.

A molécula de DNA é formada por substâncias químicas, chamadas bases ou nucleotídeos, e pelo material extragênico, que é uma espécie de substância de sustentação dos genes. Até agora parece não executar nenhuma função além desta.(10)

As bases ou nucleotídeos são de quatro tipos: A, T, G e C.(A = adenina; T = timina; G = guanina; C = citosina).

As bases se agrupam de vários modos. O conteúdo da informação genética depende da ordem em que estão as bases na molécula de DNA, na totalidade do gene ou em um segmento do gene.

O gene é o lugar, ou a estrutura da célula que

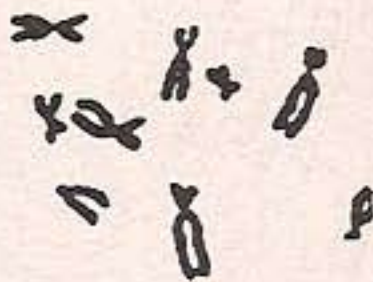
As superdrogas das fábricas celulares, as chamadas drogas protéicas, são produzidas por uma tecnologia denominada Gene-Splicing - voltada para a obtenção de grandes quantidades de proteínas naturais a partir de células geneticamente manipuladas, o que as transforma por meio da utilização da tecnologia do DNA recombinante, em verdadeiras fábricas celulares. Essa tecnologia possibilita retirar o DNA de uma célula e introduzi-lo no DNA de outra célula, permitindo, portanto, a criação de um novo e diferente ser.

Outras tecnologias muito promissoras são a Tecnologia Antisense e a dos Fatores de Transcrição. A primeira consiste na sabotagem de genes causadores de doenças. Utiliza-se uma substância química modelada pelo DNA que agirá no gene doente, impedindo o seu funcionamento. Esta é a área de trabalho da Gilead Sciences, Isis e Genta. A segunda, pesquisada pela Oncogene Science Inc., baseia-se no fato de que no interior do núcleo celular existem fatores (substâncias químicas) cuja função é ligar e desligar os genes - são os Fatores de Transcrição. Detectar esses fatores com precisão fará com que se encontre uma forma ou um produto que impeça a ligação dos genes doentes. Desligados, eles não causarão distúrbios. Tanto a Tecnologia Antisense quanto a dos Fatores de Transcrição buscam teoricamente "desligar" genes que produzem patologias, em especial as incuráveis na atualidade, como o câncer e a AIDS. Quem chegar primeiro aos resultados esperados terá garantido a sua patente. E milhões de dólares.

Além das fábricas celulares, há uma utilização grande de animais transformados geneticamente que produzem remédios ou alguma substância específica. É o caso do porco que produz hemoglobina do tipo

humana e da ovelha, que produz TPA. As células e os animais transformados em fábricas já recebem o nome de fábricas biológicas. Com esta nova modalidade de produção a indústria farmacêutica começa a trilhar um novo caminho e abandona, de modo gradual, a sua tradicional forma de produção.

Uma outra área que tem se desenvolvido muito na Engenharia Genética é o setor de produção de alimentos, que também está gerando lucros nada desprezíveis. O coalho genético já é bastante competitivo no mercado. Consiste num coalho produzido a partir do DNA do bezerro e da bactéria *Aspergillus niger*. Comercialmente denominado Clymogen, é fabricado pela Christian Hansen, da Dinamarca. Nos Estados Unidos, 50% dos queijos são engenheirados. No Brasil, que produz 350 mil toneladas anuais de queijo, só 60% é fabricado com o coalho bovino; os 40% restantes são fabricados com outras variedades de coalho, inclusive o genético.



Gene de uma planta africana produz açúcar 2.500 vezes mais doce que o da cana

O BST, comercializado pela Monsanto, pela Cyanamid Co. e por outras empresas, é um hormônio que aumenta a produção do leite nas vacas. Em junho de 1992, a FDA aprovou o tomate bioengenheirado da Calgene, de sabor agradável e mais resistente aos processos de deterioração. Os genes do tomateiro são bloqueados impedindo a produção da enzima que causa o apodrecimento. É um grande mercado.

contém e transmite a informação genética e portanto é o responsável pelo patrimônio hereditário ou genético. Os genes representam apenas 10% da molécula de DNA.

Cada ser vivo tem o seu número de cromossomos, ou seja, cada espécie tem o seu número constante de cromossomos. Assim é que bovinos possuem 60; milho 20; ervilha 14; mosca doméstica 12; *homo sapiens* 46. Em cada espécie eles estão distribuídos aos pares.

Em uma célula humana somática (do corpo) existem 23 pares de cromossomos.

Exceção feita às células reprodutoras ou gametas (masculinos e femininas), que têm apenas 23 cromossomos.

No momento da fecundação forma-se uma nova célula onde os cromossomos se juntam aos pares. Destes 23 pares, um par é de cromossomos sexuais. Em qualquer célula somática e na célula reprodutora após a fecundação.

Os genes possuem vários tamanhos, dependendo da quantidade de bases de que são constituídos.

Podem ter de 2000 a 2 milhões de bases. Cada um.

As bases também estão distribuídas aos pares. Sempre entre A-T e C-G.

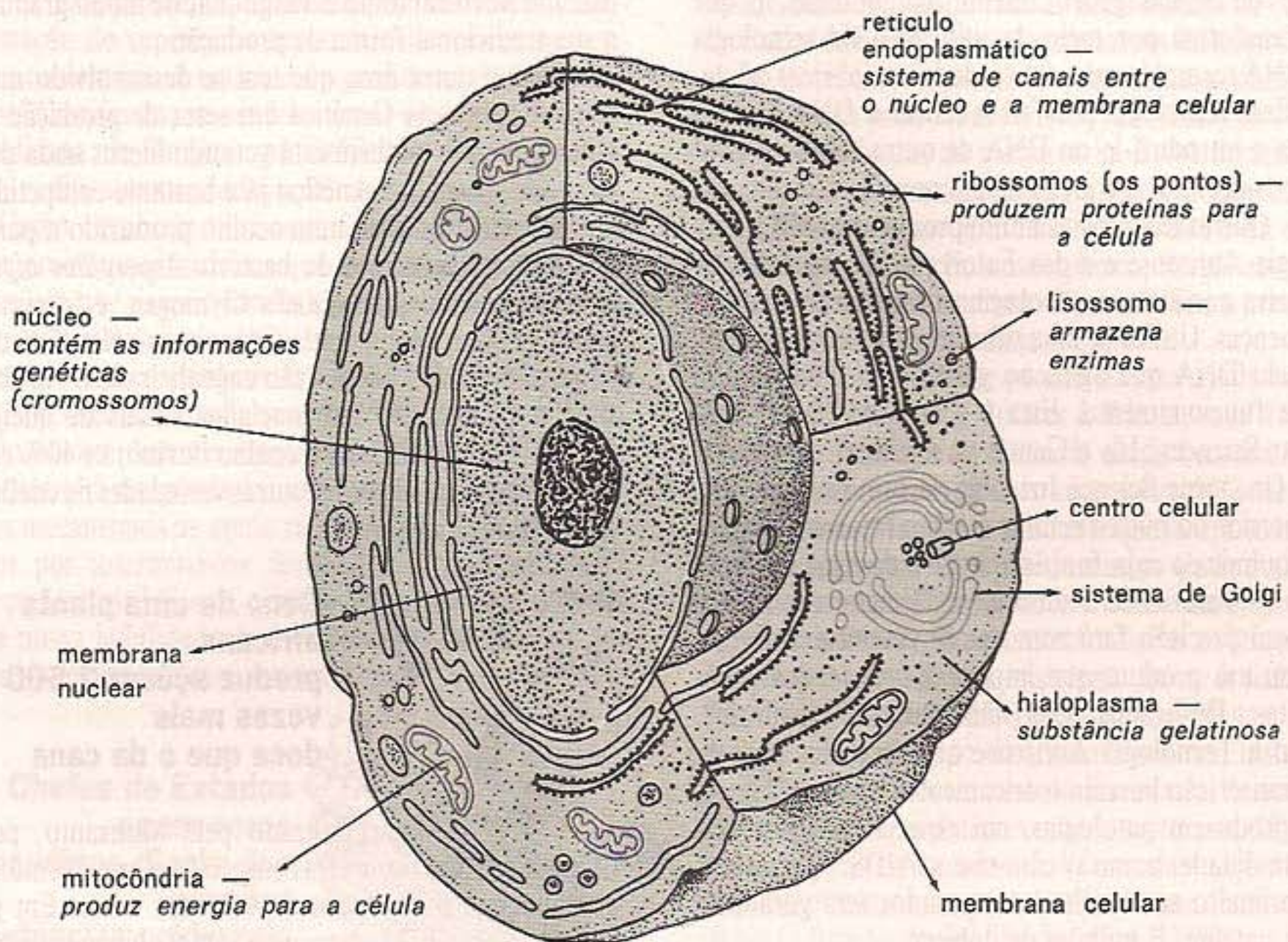
De acordo com a distribuição dos pares de bases é que teremos os diferentes tipos de genes, executando diferentes funções.

O que diferencia um gene de outro e determina a sua função é a seqüência ou disposição das bases.

No fundamental o gene é uma unidade funcional e em geral corresponde a um pedaço de DNA, ou ainda um segmento de ácidos nucléicos que contém uma informação genética. Estoca e transmite uma informação genética.

O DNA faz o que, afinal? Codifica a "seqüência" de aminoácidos de uma proteína; os produtos gênicos, portanto, nada mais são do que proteínas.

As proteínas são "a principal substância" dos seres vivos, a própria vida, pois não há vida sem proteínas. Elas desempenham funções de enzimas, de elementos estruturais, de anticorpos e de sistema de transporte e regulação metabólica, sem as quais não é possível a vida.



CÉLULA ANIMAL EM TRÊS DIMENSÕES

A Monsanto investiu em dez anos 1 bilhão de dólares em biotecnologia.

As empresas agrobiotecnológicas queixam-se da pressão dos ecologistas sobre a FDA, o que tem barrado temporariamente a aprovação dos seus projetos e o desenvolvimento das pesquisas, bem como o carreamento de dólares dos investidores. Queixam-se também das forças da natureza, como a mudança das estações e dos ciclos biológicos dos animais. As temporadas naturais de crescimento das espécies vegetais e o período gestacional dos animais são fatores que concretamente impedem o funcionamento mais rápido das experiências. Em que nível chega o grau de interferência na biodiversidade e no ciclo biológico de animais e plantas!

Buscam-se sementes de “melhor” qualidade, e com mais algumas qualidades, além de querer imprimir-lhes o crescimento que por mais interessante - aquele que render mais lucros no menor espaço de tempo. Pesquisa-se algodão, milho, soja, batata e trigo. Nestas áreas de produção estão presentes os monopólios do sistema agrícola. Das 25 maiores companhias de sementes, cinco estão entre as sete maiores fabricantes de pesticidas.

Não é contraditório portanto que estas empresas busquem produzir exclusivamente sementes que resista apenas aos seus herbicidas. Ao mesmo tempo em vendem ao agricultor a “sua” semente, acoplam a esta venda o único herbicida que fará a plantação se manter viva.

A Dupont, produtora de insumos químicos (pesticidas e substâncias para diagnóstico em medicina), é atualmente a sexta companhia na área de biotecnologia. Usa em geral a tática de associar-se às pequenas companhias de Engenharia Genética e fornecer fundos às universidades que desenvolvem pesquisa do seu interesse comercial.

As multinacionais da área de produção e aplicação de biotecnologia têm investido muitos recursos na fonte inesgotável do patrimônio genético da América Latina, visto que se trata de uma região com grande diversidade biológica. Nesse caso, o aparente objetivo é conservar a biodiversidade, mas na essência o que lhes interessa mesmo é a apropriação desses recursos e os meios de manipulá-los geneticamente.

Um caso ilustrativo desta afirmativa é o do açúcar, que já pode ser obtido em tanques de fermentação por uma levedura na qual foram inoculados ge-

nes da planta *Thaumatococcus danielli* (da África), tornando-a assim apta a produzir uma proteína, a thaumatine, 2500 vezes mais doce que o açúcar de cana(9). Esse açúcar bioengenheirado já está sendo comercializado a preços competitivos no mercado. Os grandes importadores dependem cada vez menos do açúcar natural, o tradicional.

A utilização das técnicas da Engenharia Genética na fabricação de embutidos, enlatados (carnes e peixes), queijos, verduras, cereais e bebidas em geral constitui o que já se denomina "alimentos de proveita". Na Suíça, desde 1991, organizações de defesa do consumidor e grupos ecológicos desenvolvem uma campanha de informação sobre a alimentação bioengenheirada, com a finalidade de esclarecer o consumidor, alertá-lo sobre os riscos - desconhecidos, mas alguns presumíveis - e exigir o direito à segurança, assim como a reversibilidade ou paralisação das pesquisas mais inquietantes, um sistema de controle popular dos projetos e compromissos que protejam a biodiversidade.

**Lógica do capital
permite
transformar genes
humanos
em objeto de patente**



Estima-se que no ano 2000 o mercado mundial de sementes coletará 28 bilhões de dólares; desse total, cerca de 12 bilhões virão das sementes bioengenheiradas - e devidamente patenteadas. Em 1990 as vendas totalizaram 13,6 bilhões de dólares, 6 bilhões dos quais derivados de sementes híbridas e patenteadas.

É a aurora de um ciclo vicioso, controlado pela grande indústria, que promete para o período entre 1993 e 2000 um número razoável de plantas alimentícias bioengenheiradas no mercado mundial de alimentos. Com destaque para o feijão, o milho, a soja, o tomate, o girassol, a alface e o morango.

Merece atenção especial a ofensiva para patentear os resultados da bioengenharia. A concessão de uma patente de alguma "descoberta" ou "invento" garante o "direito" de monopólio de mercado. Sem que o dono da patente "permita", ninguém pode fabricar, vender, comprar, estudar ou modificar o objeto patenteadado. Ao se obter uma patente, também se obtém o poder absoluto sobre ela.

O patenteamento dos novos saberes sobre as coisas da natureza, em especial sobre os seres vivos, é um assunto da maior complexidade, por envolver conceitos e preconceitos morais, políticos, sociais, religiosos, filosóficos e econômicos, inclusive concepções de classe, de sexo e de raça. Cabem perguntas intrigantes, tais como: alguém pode ser dono, o único proprietário, de algo que ele não construiu, não inventou? Não será usurpar direitos inalienáveis do ser humano alguém querer, exclusivamente para si, qualquer componente da natureza? O que dizer de patentear genes humanos e torná-los mercadorias? A quem pertence o genoma humano? A algumas pessoas ou a toda a humanidade? Se é um patrimônio da humanidade, como e por que ele está em via de tornar-se um monopólio?

A lógica do capital não pode se deter sobre especulações que dêem margem a questionamentos de sua própria essência e tende cada vez mais assegurar patentes para tudo, bem como a formação dos monopó-

Genoma humano

Genoma humano é todo o código genético humano; *grosso modo* poderíamos dizer que é todo o código da "forma" de produção de proteínas.

O Genoma humano possui mais ou menos 3,3 bilhões de pares de bases ou nucleotídeos. Estima-se que existem no nosso genoma entre 50 mil e 100 mil genes.

Até outubro de 1991 apenas 4,5 mil genes humanos eram conhecidos.

Seqüenciar um gene é descobrir em que ordem ou seqüência estão os pares de bases que o constituem.

Mapear um gene é descobrir onde está cada tipo de gene no cromossomo, ou seja, determinar a sua posição ou lugar no cromossomo. Até outubro de 1991, apenas 1500 genes humanos estavam mapeados.

- Mapear (onde está) e seqüenciar (em que ordem estão os pares de bases) não é o mesmo que saber o que faz cada gene. O mapeamento identifi-

ca o lugar do gene. O seqüenciamento mostra como as bases estão agrupadas. A função de cada gene é outra grande questão. Constitui, na verdade, o centro da "ambição" do biopoder. O que poderá viabilizá-lo concretamente.

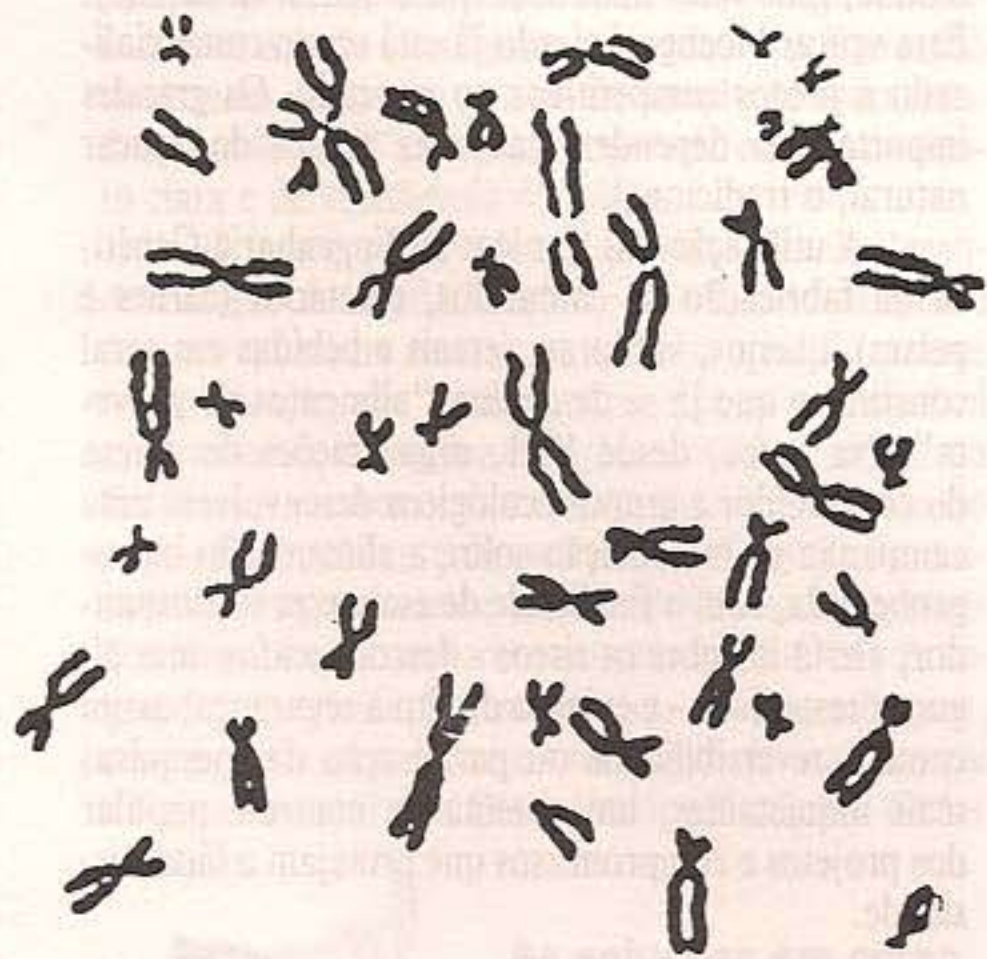
A variabilidade do genoma humano - nenhuma pessoa é exatamente idêntica à outra. O genoma de cada ser humano tem a sua marca própria. É esta variabilidade genética dentro da espécie que torna possível e confiável a conhecida técnica da impressão digital em DNA, muito utilizada hoje na investigação de paternidade e também na invasão da individualidade das pessoas como recurso policial.

Os genes e o DNA das pessoas não estão distribuídos da mesma forma, entretanto é necessário destacar que uma determinada proteína em qualquer ser vivo é produzida pelo mesmo tipo de seqüência de DNA, ou seja, um mesmo tipo de gene executa função igual em qualquer ser vivo.

lios como parte vital da sua existência. O monopólio de mercado é em si o pulmão do capitalismo. Para continuar respirando é preciso abarcar todos os conhecimentos e saberes, sem exceção, para transformá-los em mercadorias e ter absoluta liberdade para comercializá-las. Como disse Marx no *Manifesto do Partido Comunista*: “A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais... Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, criar vínculo em toda parte”.

Cabe destacar como é catastrófico para a economia dos países pobres, grandes produtores de açúcar como Cuba e Brasil, o aparecimento do açúcar bioengenheirado. Um outro reflexo dessa história é o aumento do desemprego que acarretará nos países produtores de açúcar, pois sua produção em tanques de fermentação exige uma quantidade muito reduzida de trabalho humano e pode ser realizada em qualquer país.

Projeto de lei abre as portas para doação do nosso patrimônio genético aos ricos



Cromossomos de uma célula humana

•54•

Na atualidade crescem os conhecimentos sobre o microcosmo dos seres vivos. Abrem-se novas e inusitadas perspectivas de mercados nesta área. Acena-se com a possibilidade de muito dinheiro provindo desses saberes. Nesta situação é preciso que se assegure o controle de tudo isso. Para o capital só há um caminho: patentear, garantir o mercado. Isto é, o monopólio, o controle. Inclusive sobre os seres vivos.

As patentes de seres vivos começaram a ser concedidas em 1980 nos EUA, via decisão do Supremo Tribunal de Justiça. Em 1984 a Organização Mundial de Propriedade Industrial (OMPI) montou uma equipe de peritos em invenções biotecnológicas. Essa organização tem conseguido patentear animais e plantas engenheirados.

A nova ordem mundial precisa garantir mercados com mãos de ferro. Mercados em todo o mundo. É para isso é necessário remover as barreiras. No caso, as leis dos países que ainda têm algum resquício de soberania nacional.

Em relação ao Brasil a nossa Constituição de 1988, no Artigo 225, Parágrafo 1º, Inciso II, diz que é dever do poder público e da coletividade “preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país, bem como fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e à manipulação do material genético”.

A nossa Constituição hoje não bate bem com a necessidade da nova ordem mundial. É um entrave aos seus projetos de surrupiação. Impõe-se a necessi-

dade de afinar a lei do país aos anseios de rapinagem e dominação dos países ricos. Para garantir esse entreguismo, foi elaborado o Projeto de Lei nº 824, enviado ao Congresso Nacional em abril de 1991 pelo Sr. Fernando Collor de Mello, presidente da República.

Neste projeto é explícita a tentativa de assegurar patentes, e conseqüentemente mercados, para “qualquer material biológico modificado; microorganismos; processos microbiológicos e produtos resultantes de processos microbiológicos” - Artigo 18. Com a única ressalva de que as “descobertas” não serão consideradas inventos.

A Engenharia Genética trata exatamente de processos microbiológicos sofisticados, e seus produtos finais nada mais são que o resultado de processos microbiológicos: remédios, animais e plantas engenheirados, etc.

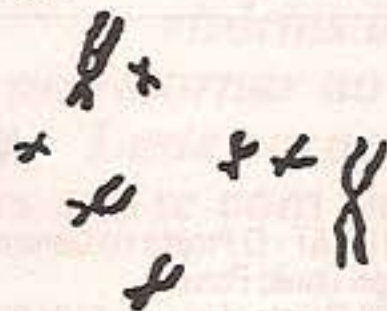
Esta proposta de patentes é simplesmente a doação do patrimônio genético do Brasil e o direito ilimitado de alteração genética artificial em qualquer ser vivo, bem como a cessão de patentes após a alteração.

No Senado foi apresentado pelo senador Marco Maciel (PFL-PE) o Projeto de Lei nº 114/91 que visa normatizar o uso de técnicas da Engenharia Genética. Na justificativa consta que a preocupação é restringir e controlar o uso destas técnicas. No entanto, as exceções previstas para o controle representam praticamente “todo” o campo de atuação da bioengenharia. Mais ou menos como a legalização de um mercado ilimitado.

Não se trata do controle da finalidade bélica das armas biológicas, da biossegurança, nem da regu-

lamentação das manipulações genéticas amplamente utilizadas no Brasil, em laboratórios de universidades públicas, empresas privadas e algumas estatais. O senador propõe a formação de uma Comissão Técnica Nacional de Biossegurança que teria como atribuições: propor a política nacional de biossegurança; normatização do setor; regulamentação de infrações e penalidades; investigação das pesquisas que envolvam material oncogênico que possam ser deletérios aos seres vivos e ao meio ambiente; e o poder de investigar acidentes e doenças ocorridos no campo das pesquisas e projetos de Engenharia Genética.

Aberta a estrada até para criar humanóides com função de bancos de órgãos



Esta corrida ao patenteamento tem gerado protestos nos meios científicos. Os cientistas dos países em desenvolvimento protestam em nome da exigência de uma ética e do direito de aprender.

Em maio último, a I Conferência Norte-Sul sobre o Genoma Humano, realizada em Caxambu-MG, aprovou a resolução de que o genoma humano não pode ser transformado em propriedade privada, e a maioria dos cientistas presentes se comprometeu em integrar a luta contra o patenteamento de genes humanos. O Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, realizado durante a Rio Ciência-92, aprovou um manifesto cujos princípios demonstram que se gesta, nos meios científicos, firme resistência contra a apropriação particular dos recursos genéticos naturais e artificiais; e pela garantia de que devem ser patrimônio de cada país os recursos genéticos da biodiversidade que ele

abriga. Exige-se ainda que o conhecimento científico seja de domínio público e que os resultados das pesquisas e os produtos oriundos da manipulação genética sejam patrimônio comum da humanidade.

No caso do Brasil é preciso que os patriotas desfraldem a bandeira de que assegurar a posse das riquezas genéticas do país e o estímulo ao desenvolvimento das pesquisas em Engenharia Genética são parte decisiva da luta pela independência nacional.

Que postura os marxistas devem adotar em relação ao desenvolvimento técnico-científico?

A visão de mundo que orienta a postura e a ação política dos marxistas parte do princípio de que o conhecimento e a produção científica não são neutros. Estão impregnados de concepções classistas, racistas e machistas. Compreende ainda que não é o saber em si que é catastrófico, que prenuncia o caos e ameaça a vida.

No capitalismo, sob o comando das classes dominantes, a Engenharia Genética está sob controle e a serviço da maximização do capital, da exploração cada vez maior dos povos.

Mapeado o genoma, seqüenciado cada gene e descoberto o que faz cada um, é chegado o fim do enigma da vida humana. É bastante evidente que esses saberes abrem caminhos para o tratamento de doenças (geneterapia) até hoje incuráveis, descortinam horizontes para uma ampla e eficiente atuação da medicina preventiva, muito embora possibilite a instauração do que poderia ser denominado de fatalismo genético. Mas também é evidente que, nas mãos do imperialismo, esses saberes são a "grande estrada" para a busca laboratorial do controle de qualidade do *homo sapiens*, perfeito, perfeitíssimo, levada às últimas conseqüências - dos cérebros que só comandam e ordenam, aos que só obedecem com subserviência total,

A função do gene

Inicialmente o projeto Genoma Humano, começou a ser estruturado em 1986, tinha objetivos "nacionais" bem demarcados e era patrocinado pelo Departamento de Energia (DOE) e pelos Institutos Nacionais de Saúde (INH), dos EUA.

Em 1988 houve uma divisão das pesquisas entre treze países ricos, tanto no que tange a recursos humanos e técnicos quanto financeiros. Atualmente é um projeto financiado totalmente pelos sete países mais ricos do mundo e sob controle férreo dos EUA.

Trata-se de um programa técnico-científico que busca desenvolver ao máximo uma maquinaria qualitativamente mais poderosa, rápida e eficiente a qualquer custo, de maneira a permitir conhecer o genoma humano na sua totalidade, abrindo assim ilimitadas possibilidades de conhecer o seu funciona-

mento e as maneiras de intervir nele para transformá-lo, modificá-lo, em suma até o poder e o saber de torná-lo "outra coisa viva".

O Ministério da Indústria e Comércio Internacional do Japão lançou no início de 1991 um projeto de pesquisa denominado Supercélula com a finalidade de controlar atividades celulares: aumentar a produção de determinadas substâncias ou suprimir a elaboração de algumas funções ou produtos.

O tempo previsto para as pesquisas é de dez anos, a custo estimado de 100 milhões de dólares.

Obviamente o Japão pretende ir além do Projeto do Genoma Humano. O Supercélula visa não apenas mapear e seqüenciar genes, mas "descobrir" o que faz cada um. Inclusive humanos. Nessa empreitada os japoneses pesquisam sozinhos e se mantêm calados!

e até aqueles humanóides que servirão como bancos de órgãos. Tudo geneticamente programado para funções especificíssimas. Computadores biológicos humanos!

É preciso reconhecer que as conseqüências de todas as descobertas possíveis com o domínio e monopolização destes conhecimentos terão, sob o capitalismo, o objetivo de ampliar a exclusão social e garantir a seleção não natural das espécies, numa evolução que teoricamente pode extinguir algumas variabilidades genéticas e criar outras.

A grande questão colocada é como os povos se apropriarão desta área do conhecimento científico. Não basta apenas a luta para que haja uma "ética". O imperialismo é aético, antiético e um fora-da-lei, em todos os aspectos, e sob sua hegemonia é impossível que se estabeleça uma ética ou leis que concretamente assegurem igualdade de fato para todos os povos, notadamente no que diz respeito aos assuntos da biologia - setor que neste final de século aponta para maior dinamismo científico e que se coloca como provável pólo mais dinâmico da economia do século XXI.

Neste momento, urge refletir sobre os rumos que o imperialismo pretende imprimir à Engenharia Genética. Não são pacíficos nem humanitários, e tampouco voltados para a democratização do saber. Direciona este novo campo do saber para oprimir mais os povos. Até para suprimi-los. Nas mãos em que está, a Engenharia Genética é uma caixa de Pandora - despojada de duendes, musas, fadas e até da esperança -, na qual está contida a linguagem da evolução dos reinos animal e vegetal e a chave do processo de mutação.

**A serviço do capital
a engenharia
genética dirige-se
para maior
opressão dos povos**



A luta imediata por uma bioética democrática e progressista é uma bandeira táctica de enorme importância. A forma conseqüente de defesa do direito de aprender, de lutar contra a propriedade intelectual dos inventos e descobertas biológicas. No curso dessa batalha, sem subestimar a estrutura e a conjuntura adversas, podem-se criar condições de disseminar e consolidar a idéia de que as atividades e as investigações científicas constituem uma questão social e, assim, é indispensável que se estabeleçam relações solidárias entre ciência e povo.

Os marxistas têm o dever de participar do embate acirrado que ora se desenrola entre bioliberais e biofundamentalistas. Não compactuando com o equívoco histórico de que é possível uma hipotética biologia em si proletária, mas construindo uma corrente biomarxista nestes debates, que sejam capazes de elaborar uma táctica de resgatar a discussão sobre a função

social da ciência e de ganhar aliados que engrossem as fileiras dos que compreendem que, no âmbito do capitalismo, a ciência, principalmente a biologia, não tem como recuperar sua função social em toda a dimensão política e ideológica do que significa esse termo, estágio que efetivamente só poderá ser alcançado em uma sociedade cuja formação econômico-social não seja exploradora - a sociedade socialista. ■

FÁTIMA OLIVEIRA - Médica, feminista. Secretária Geral da União Brasileira de Mulheres - Membro Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura de São Paulo e Participante da Comissão de Mulheres do PCdoB - SP.

NOTAS

- (1) C&T - O Projeto do Genoma Humano e o Terceiro Mundo - Sérgio Danilo Pena.
- (2) *Gazeta Mercantil*, 12.04.92.
- (3) *H.P.* Ano III - n.º 646, 29.04.92.
- (4) *Gazeta Mercantil*, 19.12.91.
- (5) Personagens da novela *Pedra sobre Pedra*, veiculada pela Rede Globo.
- (6) *Gazeta Mercantil*, 11.04.92.
- (7) Idibem.
- (8) Idibem.
- (9) Elizabeth Bravo V (coordenadora do Grupo de Ação Ecológica do Equador).
Os recursos genéticos de Yasuni e a Dupont, in *Cadernos da Rede de Defesa da Espécie Humana (REDEH) - Ano I - Especial - 1991. Jornal do Brasil - 24.04.92* - O cientista brasileiro Darcy Fontoura de Almeida, do Instituto de Biofísica da UFRJ, dedica-se ao estudo do material extragênico, que constitui maior parte da molécula de DNA (90%) e que aparentemente não exerce nenhuma função na organização celular. "Nós acreditamos que aquele material não está ali à toa e que deve ter alguma função e alguma organização", diz Darcy. "Hoje o material extragênico é considerado um *junk*."

BIBLIOGRAFIA

- ABURDENE, Patricia e Nassith. *John-Megatrends 2000* Amana Key Editora - 1991.
- CLARK, BFC - *Código Genético*, EDUSP - 1980
- CLEFFI, Norma M - *Biologia Celular, Genética e Evolução*, Editora Harbra - 1978.
- COSTA, Sérgio O.P. (coordenador). *Os fundamentos da Engenharia Genética*, Editora Manole - 1987.
- GOODFIELD, June. *Brincando de Deus - A Engenharia Genética e a manipulação da vida*, Editora Itatiaia/EDUSP - 1981.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*, vol. I, Editora Alfa Omega - SP
- SERIBAN, René (coordenador). *Biotecnologia*, Ed. Manole - 1985.
- CANDOTTI, Ennio. *Biodiversidade e poder*, *Folha de S. Paulo*, 09.06.92.
- OLIVEIRA, Fátima. *Engenharia Genética X Socialismo*, *Tribuna de Debates 8.º Congresso do PCdoB* - 1991.
- PENA, Sérgio Danilo. *O Projeto do Genoma Humano e o Terceiro Mundo*, C&T - 1990.
- RABINOW, Paulo. *Artificialidade e Ilustração - da Sociobiologia à Biosociabilidade*, *Novos Estudos*, CEBRAP - n.º 31, out. 1991.
- Cadernos da Rede de Defesa da Espécie Humana (REDEH) - Ano I, vol. I e vol. especial*, RJ - 1991.
- Gente - Boletim da REDEH - Ano I - 2 e 3* - 1991.
- Estado de São Paulo*, 27.11.92
- Folha de S. Paulo*, 17 e 24.05 e 09.06.92
- Gazeta Mercantil*, 19.12.91 - 11, 22, 24, 27, 28 e 30.04.92, 01, 06 e 20.05.92
- HP*, 29.04.92 - Ano III
- Jornal do Brasil*, 24.04 e 15.05.92
- Jornal Ciência Hoje*, 10.04.92
- Jornal da Tarde*, 16.05.92.



Quantas pessoas são demais para o planeta?

JOSÉ CARLOS RUY

*As teorias sobre a catástrofe ambiental
pelo excesso de
população visam esconder o fato de que a
sociedade não pode mais
se manter organizada nos moldes atuais*

Muita gente dizia, na Rio 92, que o crescimento da população ameaça a vida no Planeta. Entretanto, os dados mostram que - ao contrário do que pensa o conservadorismo neomalthusiano - o crescimento ameaça, na verdade, é o sistema capitalista, pois a Terra tem capacidade para receber muito mais gente.

“Quantas pessoas são demais para o Planeta?” Esta pergunta foi feita pela indiana Vandana Shiva numa reunião do “Planeta Fêmea”, em resposta ao oceanógrafo Jacques Cousteau que, na presença de chefes de Estado, defendeu na Rio 92 o controle da natalidade como forma de defesa do meio ambiente.

A Rio 92, considerada a maior reunião de cúpula jamais realizada, trouxe chefes de Estado, representantes de governos, ambientalistas e organizações não governamentais para debater, durante quase duas semanas, formas de eliminar as agressões à natureza e, principalmente, discutir o modelo de desenvolvimento dominante em nossos dias. O controle da emissão de gases poluentes na atmosfera, a divisão entre ricos e pobres na apropriação (pelos ricos) da extrema riqueza vegetal e animal existente nas florestas (dos pobres), a defesa das florestas e das espécies vivas ameaçadas de extinção, foram alguns dos principais temas debatidos naquele encontro.

Um desses temas é particularmente importante devido às conotações ideológicas que revelam os limites da visão que a burguesia e seus ideólogos tem dos graves problemas enfrentados em nossos dias pelas populações pobres do mundo. Trata-se da questão do controle da natalidade, encarada por muitos como forma de conter em níveis toleráveis as agressões

contra o meio ambiente. Muitos temem que a explosão demográfica inviabilize a vida social organizada na Terra. Trata-se da atualização de uma velha tese de quase duzentos anos: ela surgiu na ciência econômica em 1798, através do *Ensaio sobre os Princípios da População*, do sacerdote inglês Thomas Robert Malthus. Para ele, a população cresce geometricamente, e a produção de alimentos matematicamente. Em certo momento, pensa, a produção de alimentos será incapaz de atender a todas as bocas; daí a necessidade de conter os nascimentos, fazendo o crescimento populacional acertar sua velocidade com a lentidão da agricultura.



**Em defesa do capital
“modernizam”
uma teoria que já
nasceu
velha há 200 anos**

“Nós já temos um planeta completamente ocupado”, disse às vésperas da Rio 92, o técnico norte-americano Noel Brown, diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), refletindo esse forte consenso entre políticos, conservadores e ambientalistas. Mostafa Tolba, diretor do PNUMA, William Draper III, administrador do PNUMA, a revista italiana *L'Espresso*, o Dalai Lama, representantes do BIRD e da Comunidade Econômica Europeia, os governos norte-americanos e europeus, todos manifestaram preocupações semelhantes. O BIRD anunciou, em junho, uma linha de crédito para programas de controle da natalidade nos países pobres, enquan-

to Carlo Ripa di Meana, comissário da Comunidade Européia para o Meio Ambiente, propôs uma conferência mundial para analisar os problemas de superpopulação.

Lester Brown, do Worldwatch Institute, sediado em Washington, e coordenador dos livros *Qualidade de Vida - Salve o Planeta!*, versões 1990, 1991 e 1992, faz uma defesa explícita das teses de Malthus, e diz que a expansão agrícola mundial estacionou desde 1981, a produção mundial de grãos cresceu 1% entre 1984 e 1991, e a população cresceu 2%, levando a uma queda de 16% na produção mundial per capita de grãos. Apesar de não ter previsto o “enorme potencial da tecnologia em desenvolvimento para elevar a produtividade do solo”, diz ele, “Malthus estava correto ao antecipar a dificuldade para expandir a produção de alimentos tão depressa quanto ocorria com o crescimento da população”.

No Brasil, posições semelhantes são defendidas por muita gente, no governo, entre os políticos das classes dominantes, nos meios intelectuais e acadêmicos e na imprensa. O engenheiro Aldo Vieira Rosa, ex-professor da Unicamp e professor em Stanford, nos EUA, resumiu num artigo a essência da posição neomalthusiana, repetindo que “quanto mais pobre um povo, mais rapidamente cresce a população. Quanto mais cresce a população, mais pobre fica o povo”, num círculo vicioso que pode levar “à instabilidade e à catástrofe”.

cidem com os da propriedade territorial, com os da aristocracia. Isto é, na medida em que são contrários à massa do povo, ao proletariado. Mas quando os interesses da burguesia e dos latifundiários se separam e se enfrentam, ele põe-se ao lado da aristocracia contra a burguesia”. A única consequência prática deduzida por Malthus, diz Marx, “é a defesa das tarifas alfandegárias protetoras reclamadas pelos latifundiários em 1815”, além de fornecer uma “nova justificação da miséria dos produtores diretos e uma nova apologia dos exploradores do trabalho”.

Raras vezes Marx foi tão duro na crítica a um autor quanto em sua denúncia das limitações dos grosseiros argumentos desse “miserável autor”. “Uma fundamental vulgaridade quanto às idéias: eis aí o que caracteriza Malthus”, escreveu. Ele “procurou acomodar a ciência, não a um ponto de vista emanado da própria ciência, por errado que possa ser, mas a um critério ditado por interesses estranhos e alheios a ela”. Assim, escreveu, “creio que não é injusto aplicar-lhe o qualificativo de *desonesto*”. Sua obra, *Sobre a População*, “não é, em sua primeira edição, na qual não há uma única palavra científica nova, mais que um impertinente sermão de capuchinho”.



Existe potencial para alimentar 24 bilhões de pessoas no ano dois mil

O primeiro mito da matemática malthusiana é o da inevitável lentidão do crescimento agrícola. Um estudo da Organização das Nações Unidas para a alimentação e agricultura (FAO), de meados de 1991, mostrou que em 90 países em desenvolvimento, menos da metade do potencial das terras cultiváveis é explorado. Assim, apenas com o cultivo dessas terras não aproveitadas, a produção mundial poderia ser aumentada: Segundo a publicação *Global Outlook 2000*, da ONU, ela cresceu a taxas anuais de, no Mundo, 3% para 1960/1970, 2,4% para 1970/1980, e 2,1% para 1980/1988. Nos países ricos, essas taxas foram de 2,2% para 1960/1970, 2,0% para 1970/1980, e 0,6% para 1980/1988. Nos países pobres do chamado Terceiro Mundo, as taxas foram um pouco mais elevadas: 3,5% para 1960/1970, 3,0% para 1970/1980, e 3,2% para 1980/1988.

Os principais obstáculos ao aumento na produção de alimentos são a concentração da posse da terra, no Terceiro Mundo, e a forma como a produção agrícola está organizada no mundo. África, por exemplo, poderia ser autosuficiente em alimentos, diz um estudo do CEDOH (Centro de Documentação de Honduras), e tem “potencial para albergar uma população muito maior do que no presente”, diz o Relatório da Comissão Sul. A ONU concorda com essa avaliação,

58.

Onde predomina a fome existe uma minoria controlando a economia



O ensaio de Malthus continua desempenhando em nosso tempo papel ideológico semelhante ao que fez seu sucesso quando foi publicado, há quase duzentos anos, embora o caráter não científico de seus argumentos tenha sido denunciado desde então. O economista inglês David Ricardo, um dos principais representantes científicos do pensamento econômico da burguesia, contemporâneo e amigo de Malthus, recusava a argumentação do sacerdote anglicano por ser cientificamente inconsistente.

Karl Marx, mais tarde, fez uma crítica arrasadora não só dos argumentos, mas também da atitude intelectual de seu autor. Na *História Crítica da Teoria da Mais Valia*, ele acusou Malthus de plagiar (para pior) os argumentos do economista escocês James Anderson, um estudioso da agricultura. Além disso, como um “autêntico sacerdote da igreja anglicana”, diz Marx, Malthus “era um sicofanta profissional da aristocracia latifundiária e um defensor econômico de suas rendas, sinecuras, sua dissipação e sua crueldade”. Ele só “abraça a defesa dos interesses da burguesia industrial na medida em que esses interesses coin-



e calcula que aquele continente “poderia facilmente alimentar uma população duas vezes e meia maior que a atual”. Onde predomina a fome, diz o estudo do CEDOH, “existe um denominador comum - uma poderosa minoria exercendo um controle férreo sobre a produção de alimentos e outros recursos econômicos”.

O aumento da produção agrícola nos países pobres depende, fundamentalmente, da reforma agrária e da democratização do acesso à terra, como denuncia o CEDOH e reconhece o Relatório da Comissão Sul.

A injusta estrutura fundiária do Brasil é um exemplo gritante dessa verdade. Para o núcleo de análise de conjuntura *13 de Maio - NEP* -, é o capitalismo e o latifúndio que criam o “desemprego da terra no Brasil”. “Em um país com as vantagens territoriais brasileiras, não se pode aceitar uma produção de grãos (alimentos) que não passa de 60 milhões de toneladas por ano”, diz em documento de 1991. “Considerando-se apenas as condições naturais oferecidas, o Brasil poderia produzir pelo menos 400 milhões de toneladas de grãos por ano”, enfatiza. Seria necessário, somente, colocar em uso as terras subtraídas à produção agrícola. Segundo o IBGE, em 1985, dos 376,7 milhões de hectares de área agrícola do Brasil, apenas 52,3 milhões (isto é, 14%) eram efetivamente usadas.

Além disso, no Brasil, em 1987-1989, vários produtos agrícolas tinham produtividade inferior à média mundial, e muito abaixo da produtividade dos países ricos. O arroz, por exemplo, produziu 1,9 tonelada por hectare, enquanto a média mundial foi de 3,3 toneladas. Com 0,44 toneladas de feijão por hectare, o Brasil ficou abaixo da média mundial (que foi de 0,58 toneladas), e muito abaixo dos EUA (que foi de 1,65 toneladas, isto é, quase quatro vezes mais feijão por hectare do que no Brasil).

O poderoso obstáculo social à expansão na produção de alimentos no Brasil, portanto, é o latifúndio, e não o aumento da população. Em 1985, os estabelecimentos rurais com área superior a mil hectares eram apenas 50.150 (0,9%) do total, mas tinham quase a metade (44%) de todas as terras, isto é, monopolizavam uma área de 164,7 milhões de hectares, dos quais apenas 8,6 milhões eram cultivados - isto é, 5,2% da

área total do latifúndio. Este é o verdadeiro e dramático retrato do desemprego da terra no país! Para corrigir esta distorção, o documento *Reforma Agrária: uma solução para a crise brasileira*, de 1983, defendia a distribuição de lotes a 6 milhões de famílias, no prazo de 10 anos, alcançando o total de 180 milhões de hectares, elevando a extensão da área de lavouras para cerca de 100 milhões de hectares, “o que estaria mais de acordo com a nossa superfície territorial, e nos aproximaria da área de cultura de países de grandeza territorial semelhante (Estados Unidos, União Soviética, China e Índia), todos eles com áreas de cultura maiores que 100 milhões de hectares”.

O Brasil é apenas um exemplo gigantesco do que poderia acontecer com a produção agrícola mundial se os interesses dos grandes produtores mundiais de alimentos (os EUA e a Comunidade Européia) não impedissem sua expansão. “A concorrência entre estes dois blocos”, diz a análise do *13 de Maio - NEP*, “poderia ser mais tumultuada ainda se o Brasil resolvesse dobrar a sua produção de grãos”. Do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico, contudo, nada impede esse aumento na produção de alimentos.

Esses dados mostram a inconsistência das teses sobre a estreita e desfavorável correlação entre produção de alimentos e crescimento demográfico. Em 1984, o Banco Mundial mostrou que, nas condições atuais, se a produção mundial de grãos passar da média de então, de duas toneladas por hectare, para cinco toneladas, algo considerado perfeitamente possível com as condições técnicas já disponíveis, o mundo poderia abrigar 11,5 bilhões de pessoas - o dobro de sua população atual. A ONU, por sua vez, demonstrou que, melhorando as condições da agricultura, com o uso de pesticidas, fertilizantes etc, ela poderia alimentar uma população quatro vezes maior que a projetada para o ano 2000 - algo em torno de 24 bilhões de pessoas.



26% das mulheres no mundo foram esterilizadas. E 34% usam anticoncepcionais

A capacidade de crescimento da produção agrícola, portanto, é muito mais elástica do que Malthus supunha. Atualmente, dos 13 bilhões de hectares da superfície da Terra, pouco mais de um décimo é cultivado. Como, segundo os especialistas, 11% da superfície dos continentes é arável, e 24% é potencialmente arável, nas condições técnicas atuais a superfície da Terra dedicada à agricultura poderia ser multiplicada por três!

O crescimento da população, nas últimas décadas, revela a fragilidade do outro mito daquela matemática enganosa, o do aumento explosivo e incontrolável da população. Ao contrário do que apregoam os conservadores, hoje há uma visível desaceleração

no incremento populacional em quase todos os países - exceto na África e nas nações muçulmanas.

A população mundial, em 1991, alcançou a marca de 5,38 bilhões de seres humanos e as previsões sobre sua evolução futura variam muito. Alguns pensam que chegaremos ao ano de 2025 com 8,5 bilhões, outros dizem que chegaremos a 2050 com 10 bilhões, ou 12 bilhões em 2100. Entre 1980 e 1985, a população mundial cresceu à taxa anual de 1,7%, e há uma queda generalizada na fertilidade das mulheres, principalmente no chamado Terceiro Mundo. Segundo a Organização Mundial de Saúde, hoje as mulheres em idade fértil do Terceiro Mundo tem em média 3,3 filhos, contra os 6,1 que tinham há duas décadas, uma rapidez inédita na diminuição no número de filhos: nos EUA, foram necessários 58 anos para uma queda semelhante.

Nos países pobres, as tendências demográficas variam enormemente. Na Ásia, o crescimento da população já é menor que 2% ao ano, e espera-se que durante os anos 90 fique perto de 1,2% ao ano na China, de 1,7% no sul da Ásia e no resto da Ásia de Leste, e de 2,9% na Ásia Ocidental. Em grande parte da América Latina essas taxas declinam e espera-se que se estabilizem numa média de 1,9% ao ano na década de 1990. Em contrapartida, na maior parte da África, a tendência é ascendente, com taxas acima dos 3% previstas para esta década na África Subsaariana. Dessa forma, os especialistas esperam que, até o ano 2100 a população mundial deixe de crescer e se estabilize na faixa de 10 a 12 bilhões de pessoas.

No Brasil, a velocidade da desaceleração no crescimento populacional foi medida pelo Censo de 1991, que constatou um total de 146 milhões de habitantes, número sensivelmente inferior aos 153 milhões que se previa. Essa queda é bem maior do que a esperada pelos especialistas. Nessas condições, o Brasil chegará ao ano 2000 com 170 milhões de habitantes, muito menos do que os 205 milhões que alarmavam os neomalthusianos nos anos 70.

A taxa de fertilidade das mulheres brasileiras reduziu-se pela metade em 30 anos. Em 1960, as brasileiras em idade fértil (dos 15 aos 44 anos), tinham cerca de 6 filhos, em média. Esse número caiu para 4 em 1980, chegando a 3 em 1991. Se continuar assim, a taxa de fertilidade da mulher brasileira será de 2,3 filhos no ano 2000. Essas taxas de fertilidade refletem-se na diminuição da taxa de crescimento populacional que, nos anos 60, era de 2,9% e hoje baixou para 1,8% ao ano.

Um dos principais fatores dessa queda, acusam os especialistas, é a esterilização de mulheres. No mundo todo, hoje, 26% das mulheres foram esterilizadas, 19% usam DIU, e 15% usam pílulas anticoncepcionais. No Terceiro Mundo, o número de usuários de métodos anticoncepcionais alcança, hoje, 381 milhões. Entre 1965 e 1970, eles eram usados por apenas 9% dos casais nos países pobres; entre 1985 e 1990, essa

percentagem subiu para 50%, e poderá chegar a 59% no ano 2000, diz um informe da Organização Mundial de Saúde, divulgado em junho de 1992.

Para a demógrafa Elza Berquó, a rapidez na redução dos níveis de fecundidade é a prova da esterilização das mulheres brasileiras. Uma pesquisa do Bemfam mostrou que, em 1986, 66% das mulheres casadas no Brasil, com idades entre 15 e 44 anos, estavam usando algum método anticoncepcional. Destas, 41% já estavam esterilizadas, denunciam os demógrafos George Martine e José Alberto M. de Carvalho.



O envelhecimento da população traz conseqüências graves para a sociedade

Quando a taxa de fertilidade cai, a população envelhece. Na Europa, atualmente, os maiores de 45 anos já são metade da população. No Brasil, esse envelhecimento é acelerado. Segundo o IPEA, em 2025 o país terá 15% da população com mais de 60 anos de idade, chegando a 34 milhões de pessoas (atualmente, elas são 7,2% da população, ou pouco mais de 10 milhões), e podem-se prever as graves conseqüências sociais desse aumento no número de idosos numa sociedade que, hoje, já não consegue pagar seus aposentados!

Os argumentos conservadores explicam o baixo nível de desenvolvimento do país pelo crescimento do número de pobres. Assim, dizem ajudar o desenvolvimento ao promover agressivamente o controle populacional. Seu erro é o de não considerar o efeito combinado do desenvolvimento da indústria e da agricultura, nem as repercussões das melhorias no padrão de vida material dos povos sobre seu nível cultural - sobre seus hábitos e comportamentos, inclusive sexuais. Como diz Marx, leis abstratas de população - como os rígidos princípios malthusianos - não se aplicam ao homem, cujo crescimento populacional é condicionado histórica e socialmente. Mesmo para os animais e as plantas, as leis abstratas de população só se aplicam enquanto não há intervenção humana nesses reinos.

São as relações do homem com a natureza, e com os outros homens para a produção dos meios de vida, que determinam o caráter das formações sociais e a dinâmica populacional por elas condicionada. Os meios técnicos que permitem maior eficiência produtiva, a capacidade de acumular bens, a organização do trabalho, as necessidades de mão-de-obra, as formas que, ao longo do tempo, a produção material assumiu - tudo isso condiciona e determina as leis de população.

Os especialistas calculam que os primeiros homínídeos capazes de produzir ferramentas - nossos an-

cestrais mais antigos, portanto - surgiram há cerca de 3 milhões de anos. Há 100 mil anos surgiu o homem moderno - o *homo sapiens* dos cientistas. Nesse longo período, em que viviam da caça e da coleta, os homens tinham uma vida natural, como os animais, e sua capacidade de intervenção para transformar a natureza era pequena. O trabalho era duro e arriscado e a vida muito pobre, tão mesquinha que, às vésperas da revolução agrícola do neolítico, ocorrida há uns 10 mil anos, toda a humanidade devia alcançar somente uns 10 milhões de indivíduos, o número de habitantes de uma grande metrópole moderna.

Com o aparecimento da agricultura, a capacidade produtiva do homem cresceu enormemente - e, com ela, a população. Desde então, ela aumentou vertiginosamente. Atingiu a marca dos 250 milhões (25 vezes mais gente do que no começo da revolução agrícola) no início da era cristã; mesmo assim, era um crescimento lento, e levou mais de um milênio e meio para dobrar o número dos homens existentes, que chegou a 500 milhões em 1650.

Até então, as sociedades estavam baseadas principalmente na agricultura, que era rudimentar, extensiva e itinerante, dependente da fertilidade natural do solo, sujeita a catástrofes naturais, com secas e enchentes. O comércio era restrito e as reservas alimentares reduzidas, de forma que os excedentes de uma região muito dificilmente podiam ser transferidos a outras. Assim, a mortalidade permanentemente alta da população decorria da escassez de alimentos, da baixa qualidade de vida, das más condições de higiene e saneamento. Ocorriam surtos de fome e epidemias que, juntamente com as guerras, dizimavam as populações. Fome, guerra e epidemias eram então os três reguladores demográficos, as forças cegas que agiam sobre as populações e freavam seu crescimento.

No século XVIII, porém, ocorreu outra mudança radical: a revolução industrial, que lançou as bases técnicas de um novo modo de produção, o capitalismo. Ela trouxe uma intensificação no comércio mundial, a melhoria dos transportes e condições de armazenagem de alimentos; ajudou a mecanizar a agricultura, que se transformou, multiplicando a produção de alimentos. Em consequência, melhoraram as condições gerais de vida que, aliadas aos progressos da medicina, da vacinação e do saneamento, preveniram doenças como a peste negra (que, na Idade Média, provocou uma catástrofe demográfica na Europa, ao matar cerca de 1/3 de sua população). A mortalidade urbana caiu sensivelmente, disparando o crescimento da população nos países mais adiantados.

Começou então aquilo que os especialistas chamam de transição demográfica. Primeiro, no século XVIII, nos países onde o capitalismo se desenvolveu originalmente. As taxas de mortalidade caíram, a fertilidade continuou alta e não controlada por algum tempo, gerando, diz Guaraci Adeodato A. de Souza, "uma fase de grande crescimento populacional".

Muito mais tarde, a partir da II Guerra Mundial, as taxas de fertilidade começaram a cair, primeiro nos EUA e França, e depois nos demais países industrializados. "Essa redução dos níveis de fertilidade fez diminuir os ritmos de crescimento populacional desses países até níveis quase tão baixos quanto os que vigoraram no passado, porém estáveis (com a natalidade e a mortalidade controladas)". Os países ricos levaram assim 150 anos para completar sua transição demográfica.

Em 1830, a população mundial atingiu o primeiro bilhão de seres humanos; mais cem anos, e outro bilhão se somou ao número dos homens, que chegou a 2 bilhões em 1930. Em 1950, éramos 2,5 bilhões na Terra, número que dobrou novamente em 1987, chegando aos 5 bilhões. No fim deste século, prevê-se que a população mundial ultrapassará os 6 bilhões, seiscentas vezes mais gente do que os escassos 10 milhões de *adões e evas* de 10 mil anos atrás.

Embora baixa, a velocidade de crescimento da população é extremamente desigual no mundo, sendo muito lenta nos países ricos, e mais rápida nos países pobres. Países como a Alemanha e a Hungria, por exemplo, tiveram mesmo uma redução no tamanho de suas populações nas últimas décadas. Assim, o Fundo das Nações Unidas para a População mostra que, em 1990, os países desenvolvidos tinham 23% da população mundial, enquanto os demais países (da América Latina, África e Ásia) tinham 77%. Daqui a 60 anos, em 2050, a participação dos ricos na população mundial cairá radicalmente, ficando com 13% do total, contra 87% dos pobres. Hoje, os países desenvolvidos tem 1,2 bilhões de habitantes, contra 4,2 bilhões de pobres. Especialistas prevêem que, no ano 2000, os desenvolvidos terão 1,3 bilhões, contra 5 dos demais países, num total de 6,3 bilhões para o mundo. Em 2100, os ricos terão 1,5 bilhões, contra 10,1 bilhão dos pobres, num total de 11,6 bilhões.

O desenvolvimento acelerado do capitalismo a partir do século XVIII contrariou as expectativas de Malthus. Não ocorreu o descompasso entre a produção de alimentos e a produção de novos seres humanos, pelo menos nos países onde o capitalismo industrial teve seu forte impulso inicial. A indústria, num nível de tecnologia ainda baixo, empregava gigantescos contingentes de mão-de-obra. A florescente economia dos EUA foi, aliás, o grande sorvedouro do excesso populacional europeu.

A partir dos anos 50 do nosso século, o alto nível de desenvolvimento material nos EUA e países capitalistas europeus repercutiu sobre seus hábitos, levando a uma mudança na dinâmica populacional. A taxa de mortalidade continuou caindo, e a expectativa de vida alcançou os 80 anos; a taxa de nascimentos reduziu-se na mesma proporção, ou mais. A população dos países ricos estagnou então, ou mesmo entrou em declínio. É esse padrão de crescimento que está se repetindo de certo modo no Brasil de nossos dias.

Três fases marcam, assim, a transição demográfica, iniciada no século XVIII. Na primeira fase, os índices de mortalidade e de natalidade eram altos, e a população cresceu lentamente; essa fase encerrou-se por volta da revolução industrial. Em seguida, a mortalidade diminuiu, mas a natalidade continuou alta, fazendo a população crescer rapidamente. Essas características marcaram o período que vai da revolução industrial até meados do nosso século, quando teve início a terceira fase, em que as taxas de mortalidade e natalidade se equilibram, fazendo a população se estabilizar, ou mesmo declinar.

Mesmo assim, o crescimento da população mundial vai se manter ainda por algumas décadas, mesmo se todas as mães resolverem ter apenas dois filhos. Em muitos países em desenvolvimento, o número de mulheres jovens que alcança a idade fértil é tão grande quanto antes, diz um balanço publicado pela revista *The Economist* no início de 1990. Portanto, o número de bebês continuará alto por muito tempo depois que as taxas de nascimento começarem a cair. Isso ocorre porque há uma defasagem entre a desaceleração das taxas de fertilidade e o número de nascimentos. Assim, os especialistas da ONU dizem que somente em meados do próximo século essas taxas se equilibrarão, estabilizando a população mundial.

O homem tem como controlar as forças cegas que agiam sobre as populações



A mesma defesa da ordem estabelecida, dos interesses da elite dominante, a mesma apologia da forma vigente de organização da produção material, move os neomalthusianos de nossos dias, baseados nessa fraude científica histórica que está na base de sua matemática, onde a população e a produção de alimentos crescem com diferentes velocidades. Ora, a história mostrou, à exaustão, que - ao contrário do que pensava Malthus - em condições sociais favoráveis, a produção de alimentos pode crescer mais rapidamente do que a população. Além disso, em nossos dias, os demógrafos - pelo menos no Brasil - preocupam-se na verdade com a acelerada diminuição no crescimento populacional. Mas os defensores dos interesses da elite, que querem manter a sociedade como ela está organizada hoje, são incansáveis, e sofisticaram sua argumentação com a ameaça da catástrofe ambiental que o excesso de população poderia provocar.

Na verdade, não é a Terra que esgotou sua capacidade de alojar mais gente. Na verdade, é o capitalismo que chega, aceleradamente, aos limites de sua capacidade de suprir, mesmo que em níveis mínimos, as necessidades das populações por ele dominadas.

Em seu desenvolvimento, através de sua própria dinâmica, o capitalismo é um sistema que substitui

na produção o emprego direto de mão-de-obra pelo uso de máquinas cada vez mais sofisticadas. Em consequência, diz Marx, no capitalismo "a força produtiva do trabalho avança muito mais depressa do que o progresso na acumulação e o crescimento da riqueza social". Essa contradição leva, inevitavelmente, à formação de um exército industrial de reserva - essencial para a manutenção do sistema capitalista - e à superpopulação relativa. Seus efeitos são o tema de um próximo artigo. ■

JOSÉ CARLOS RUY - Jornalista.

BIBLIOGRAFIA

- BROWN, Lester. (org.), *Qualidade de vida - 1991 - Salve o Planeta!*, Editora Globo, SP, 1991
- CARDOSO, Fernando Henrique. "Comentário sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade", in *O modelo político brasileiro*, Difel, SP, 1977
- CARVALHO, José Alberto Magno e MARTINE, George. "Retrato de um Brasil infecundo", *Jornal da Tarde*, 6.5.1989 (versão condensada da comunicação apresentada ao Seminário Brasil Século XXI, Unicamp, outubro/1988)
- Centro de Documentação de Honduras, A fome não é um mito, Boletim Informativo do CEDOH, Set/1991, reproduzido em *Quinzena*, publicação do Centro Pastoral Vergueiro, 1.12.1991
- Ciência Hoje*, maio de 1992
- Conjuntura Econômica*, maio de 1991
- Contag/CPT/CIMI/CNBB/ABRA/IBASE, *Campanha Nacional pela Reforma Agrária*, Editora Codecri, RJ, 1983
- Folha de S. Paulo*, 12.5.1991; 12.6.1992; 2.6.1992
- Gazeta Mercantil*, 28.8.1991; 29.5.1992
- IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*, 1989, Fundação IBGE, Rio de Janeiro, 1989
- International Herald Tribune*, 13.6.1991
- IstoÉ/Senhor*, 15.1.1992
- Jornal da Tarde*, 6.6.1992
- Jornal do Brasil*, 2.8.1975; 23.5.1991
- LEAKEY, Richard. *Origens*, Editora Melhoramentos - Editora UNB, SP, BSB, 1980
- L'Express*, 3.7.1992
- Le Monde*, 23.5.1990
- LORENA, Carlos e OLIVEIRA JR, Paulo H. "A força dos pequenos", in *Retrato do Brasil*, Política Editora, SP, 1984
- KARL, Marx. *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*, 1857-1858, Vol. 2, Siglo Veintiuno Editores, Mexico DF, 1978
- KARL, Marx. *História Crítica de La Teoría de la plusvalía*, Ediciones Brumario, Buenos Aires, 1974
- KARL, Marx. *O Capital*, vol. 1 (cap. XXIII), Abril Cultural, SP, 1984
- Núcleo de Análise de Conjuntura Econômica 13 de Maio - NEP, "Brasil: Terra Estuprada, Terra Desempregada", reproduzido in *Quinzena*, publicação do Centro Pastoral Vergueiro, 1.12.1991
- O Estado de S. Paulo*, 10.2.1992; 24.4.1992; 10.6.1992; 14.6.1992; 2.6.1992; 5.6.1992; 8.6.1992
- O Globo*, 24.6.1992; 3.7.1986; 9.6.1992
- PATARRA, Neide Lopes. "Rumo a um novo perfil demográfico", in *Revista São Paulo em Perspectiva*, 2(4), out/dez, 1988
- Retrato do Brasil*, vol. 1 (cap. "Controle na pobreza"), e vol. 3 (cap. "População e subdesenvolvimento"), Política Editora, SP, 1984
- SILVA, Nelson do Valle. "O potencial de crescimento da população brasileira", *Ciência Hoje*, nº 1, jul-ago/1982
- SOUZA, Guaraci Adeodato A. de. "Crescimento populacional e transição da fertilidade em países subdesenvolvidos", in *Cadernos do CEAS*, nº 34, nov/dez, 1974
- The Economist*, 20.1.1990
- Time*, 1.6.1992; 6.7.1992
- TREWARTH, Glenn T. *Geografia da População - Padrão Mundial* (há uma história da população desde a pré-história), Ed. Atlas, SP, 1974
- United Nations, Global Outlook 2000, an economic, social and environmental perspective*, United Nations Publications, 1990
- Veja*, 22.1.1992

Biodiversidade: Novo alvo do imperialismo

VERÔNICA M. BERCHT

O termo biodiversidade significava apenas variedade de espécies vivas. Passou a ser sinônimo de riqueza. No ano 2000 o mercado biotecnológico deve envolver US\$ 20 bilhões



Até há pouco tempo o termo *biodiversidade* era de uso quase exclusivo daqueles que se dedicavam ao estudo das ciências biológicas. Nas vésperas da Rio 92 esta palavra ganhou espaço na mídia e, digamos assim, caiu na boca do povo. À primeira vista, este fato não merece maiores comentários. No entanto, esta popularidade expressa uma mudança significativa no conceito da palavra. Até então, biodiversidade significava apenas a variedade das espécies vivas existentes.

Hoje, ela é sinônimo de riqueza, e não é por acaso que governos do Norte e do Sul, ecologistas e empresários tenham incorporado o termo em seus vocabulários. Isto não significa, porém, que a biodiversidade tenha se alterado nestes últimos três anos de discussões preparatórias da Rio 92. O que alterou foi a consciência dos países ditos do Terceiro Mundo, ricos em espécies animais e vegetais, sobre o papel que o uso dessas espécies tem exercido no desenvolvimento dos países ricos praticamente desde a colonização, e que se intensificou com o crescimento da indústria química e farmacêutica no nosso século.

Basta lembrar que portugueses e franceses disputavam o pau-brasil das matas brasileiras, insumo essencial para a indústria têxtil européia no século XVI. O caráter predatório dessa ação colonialista teve efeito dramático na Amazônia no começo do nosso século. A região praticamente detinha o monopólio mundial da produção de borracha natural, e fundamentou nele uma economia florescente que teve final melancólico. Os ingleses aprenderam com os seringueiros brasileiros a extrair o látex, e levaram mudas da árvore para grandes fazendas em suas possessões coloniais nas Ásia. Com isso, rapidamente suplantaram a pro-

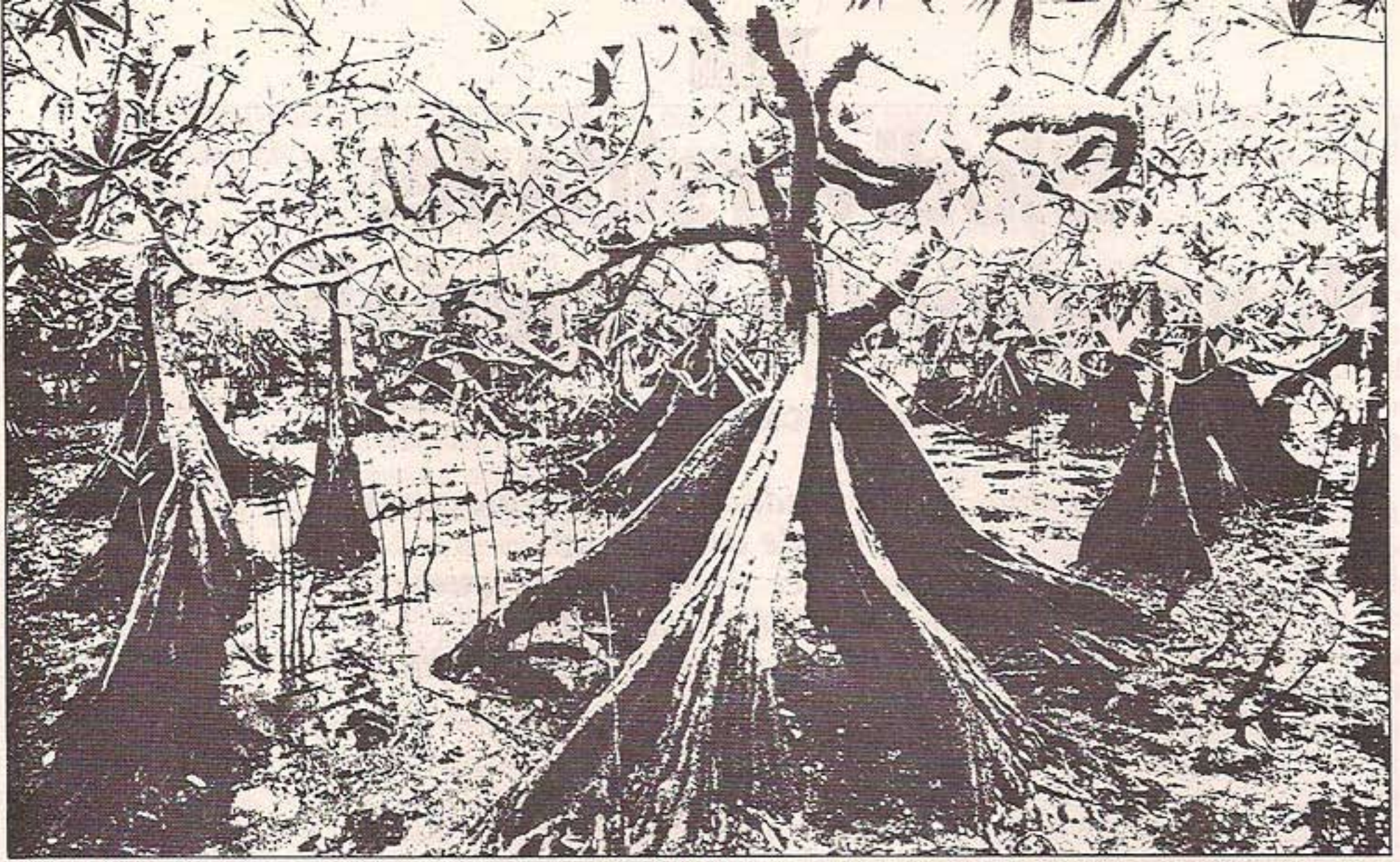
dução amazônica que, depois de 1910, foi perdendo rapidamente sua posição no mercado mundial, erodindo as bases da riqueza que começou a se formar na Amazônia.



As 1,4 milhões de espécies conhecidas são apenas 1/3 dos seres vivos

Hoje, com o desenvolvimento da biotecnologia, os conhecimentos dos povos locais sobre as propriedades das plantas facilmente transformam-se em produtos de grande valor mercadológico.

Dados do Fundo Internacional para o Progresso Rural (Rafi), sediado em Ottawa, Canadá, mostram que as comunidades indígenas e de agricultores locais deixam de receber cerca de US\$ 3 milhões anuais referentes, apenas, aos direitos de propriedade intelectual que as indústrias farmacêuticas e de pesticidas não pagam. Patt Money, diretor do Fundo, acusa os países desenvolvidos de estarem cometendo "pirataria intelectual". Por outro lado, dados do United States Office of Technology Assesment mostram que de 1986 a 1990 a média anual de vendas de produtos biotecnológicos foi de US\$ 8,5 bilhões (equivalente a mais de seis meses de exportações brasileiras, quatro vezes o PIB de Madagascar e praticamente o PIB do Equador), sendo US\$ 5,95 bilhões derivados do mercado de biofarmacêuticos. Calcula, também, que este mercado deve crescer a uma média de 9% ao ano até o ano 2000, quando deverá estar movimentando cerca de US\$ 20 bilhões.



Este mercado é dominado pelas multinacionais dos países desenvolvidos, que detêm a tecnologia para beneficiar a matéria-prima proveniente das florestas tropicais, quase todas localizadas em países em desenvolvimento. Brasil, Colômbia, México e Indonésia são os países mais ricos em biodiversidade. Além destes, o Peru, México, Equador, Zaire e Madagascar completam o celeiro que detem 50% das espécies já conhecidas pelo homem. No entanto, os cientistas acreditam que as 1,4 milhões de espécies já descritas representem apenas um terço dos seres vivos que habitam o planeta, o potencial desse celeiro também é enorme.

Países pobres e ricos já estão convencidos da necessidade de preservar essas florestas, e os motivos não param na biodiversidade. Além da riqueza representada pelo material genético dessas espécies para a indústria de medicamentos e para a produção de alimentos, a existência desses bolsões verdes é associada - embora não haja consenso entre os cientistas - à manutenção do clima terrestre, da concentração de CO₂ na atmosfera, da produção de oxigênio.

O esforço para conciliar os interesses contraditórios envolvidos nesta questão desembocou na Convenção sobre a Biodiversidade, discutida desde 1989, em inúmeras reuniões, por representantes governamentais do Grupo dos 77 (que engloba os principais países em desenvolvimento) e do Grupo dos 7 (formado pelos sete países mais ricos), e por entidades não governamentais de todos os países. Essas reuniões foram marcadas por profundas divergências entre os ricos e os pobres, resumidas pelo biólogo italiano, Francesco di Castri, que preside o Programa Científico Mundial da Unesco, em entrevista ao *O Estado de São Paulo*: "as divergências tiveram início quando os países ricos, que começaram a utilizar esse patrimônio com ajuda da biologia molecular, acharam que tudo

que era material genético constituía propriedade universal e deveria ser conservado em estado natural. Os países mais pobres", continua, "começaram a defender a soberania das regiões onde existe esse material genético e quiseram uma compensação pelo uso de sua diversidade biológica".

O documento da Convenção sobre a Biodiversidade, produzido na última reunião preparatória em Nairóbi, em maio de 1992, tentou administrar essa contradição. Seus principais artigos, os mais polêmicos, propõem um financiamento especial aos países em desenvolvimento para a conservação da biodiversidade; o acesso justo e equitativo dos países em desenvolvimento à tecnologia de conservação da diversidade biológica e a transferência da tecnologia baseada em recursos biológicos existentes nos países em desenvolvimento. Além disso, a Convenção dá autoridade aos Estados para controlar, soberanamente, o acesso aos seus recursos genéticos existentes em seus territórios. Dispõem também que os Estados devem cooperar para que as leis nacionais e internacionais sobre patentes e outros direitos de propriedade intelectual não contrariem os objetivos da Convenção.

Apesar de ter sido elaborado com a participação de representantes de todos os países, a Convenção de Nairóbi causou polêmica na Rio 92, quando o presidente norte-americano George Bush se recusou a assiná-la. Alegando que a tecnologia norte-americana é desenvolvida pelo setor privado, o governo norte-americano está de fato preocupado com o futuro daquelas indústrias que, hoje, em meio a uma crise profunda, representam sua força de desenvolvimento: a indústria dos produtos tecnológicos, entre as quais se destaca a indústria farmacêutica.

A radicalização da posição norte-americana foi criticada por muitos e, aparentemente, isolou os EUA



das outras nações. Mesmo porque, como diz a jornalista, brasilianista e coordenadora dos seminários sobre o Brasil na Universidade de Columbia (N.Y.), Fay Haussman, a Convenção não cria o monopólio dos países pobres sobre o patrimônio genético. “Nos termos da Convenção da Biodiversidade, que, além do mais, permite às nações patentear seus recursos genéticos”, diz ela, “os custos poderiam até frear as pesquisas de indústrias estrangeiras com amplo capital, se as cláusulas financeiras da Convenção não fossem suficientemente opacas para permitirem, por exemplo, ao Japão e à Inglaterra assinar o controvertido documento com a quase certeza de poderem modificá-lo mais tarde”.

**O imperialismo pensa
que todas
as riquezas do mundo
devem estar
à sua disposição**



O texto do documento foi muito criticado. Não agradou completamente nem aos representantes governamentais, nem aos ambientalistas, tanto do Norte como do Sul. Não chega contudo a ser um “documento de última hora”, como quer o ministro José Goldeberg, que, aliás, deixou dúvidas quanto à intenção do governo brasileiro, suspeito de tentar um acordo com os norte-americanos para *dar um jeitinho* nos artigos que não agradavam.

Apesar das críticas, o documento de Nairóbi é um passo inicial que deve ser desenvolvido para que não continue acontecendo, já no final do século XX, a mesma espoliação colonialista dos recursos que acontecia na época do descobrimento do Brasil. Tem gen-

te que, historicamente ligada aos interesses do imperialismo, é radicalmente contra a Convenção. O Senador Roberto Campos, do PDS/MS, que já foi conhecido como *Bob Fields* devido a seu servilismo ante os interesses dos EUA, velho adversário do controle nacional dos recursos minerais, toma, mais uma vez, posição contrária aos interesses nacionais. “O mundo enriqueceu sem explorar a biodiversidade brasileira”, escreveu ele num artigo ao *O Estado de São Paulo*, e “é improvável que empobreça se lhe negarmos acesso aos bancos genéticos”. Assim, tudo indica que, além das questões científicas e éticas envolvidas com o aproveitamento dos recursos genéticos (como por exemplo o patenteamento dos seres vivos), poderá voltar a repetir-se o mesmo confronto entre o imperialismo e as nações dotadas de recursos naturais que existiu no passado. Durante a crise do petróleo, nos anos 70, quando os países produtores resolveram aumentar o preço do barril, a revista *The Economist* registrou o sentimento generalizado dos países imperialistas quanto ao direito dos países pobres sobre seus recursos naturais. Trata-se, disse a revista, de “um punhado de *fedayin*, que se sentem no direito de arrasar o mundo só porque aconteceu de viverem em areias que guardam o ouro negro”. Ora, os defensores dos interesses do imperialismo dizem que os estoques genéticos fazem parte do patrimônio da humanidade - eles repetem o mesmo sentimento de rapina que leva o imperialismo a ver, em todas as riquezas existentes em qualquer canto do mundo, uma riqueza que só pode estar à sua disposição, a despeito dos interesses das populações que vivam nos territórios onde essas riquezas estão localizadas. ■

•65•

Os Congressos da II Internacional Bäle, Suíça - 1912

EDGARD CARONE

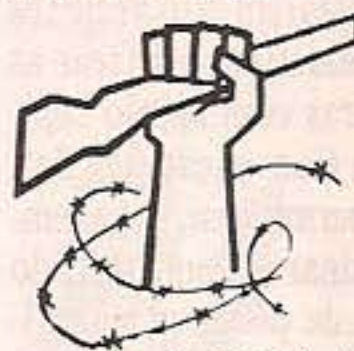
*O Congresso de Bäle, foi o último da
II Internacional.
Com a guerra, a maioria dos dirigentes
troca o caminho
revolucionário pelo patriotismo burguês*

•66•

O congresso de Copenhague, 1910, marcara para 1913 o evento seguinte, a ser realizado em Viena. Entretanto, o aceleração de problemas bélicos nos Bálcãs obrigaria os partidos socialistas a mudarem o seu calendário e a convocar, extraordinariamente, o Congresso de Bäle (Suíça), para os dias 24 e 25 de novembro de 1912. Esse tornase, então, o IX Congresso da II Internacional e o último deles, pois o de Viena, transferido para agosto de 1914, não se realiza em razão do conflito mundial iniciado em 1.º de julho de 1914.

O perigo de guerra surge no cenário europeu com certa freqüência, como no caso do incidente provocado pela Alemanha contra a França no Marrocos, em 1905, episódio que demonstra o escasso limite entre a paz e o conflito armado. Como definem os historiadores, são países imperialistas sob o signo de uma "paz armada". Esta incerteza se reflete ainda mais na região dos Bálcãs, dominada pela Áustria e pela Rússia, onde além do conflito de interesses existem choques entre a Turquia e a Itália e da Turquia com a Rússia e com a Áustria. Sem contar com os movimentos nacionalistas dos albaneses, montenegrinos, sérvios, etc. Só na Áustria coexistem 12 nacionalidades, muitas delas procurando se libertar do domínio dos Habsburgs. O imbróglio balcânico é motivo de preocupação para os socialistas desde a sua primeira crise, em 1907, e das posteriores, em 1911 e 1912. A crise dos Bálcãs também viria a ser o estopim da I Guerra Mundial. Problemas nacionalistas semelhantes podem-se verificar na Rússia, onde georgianos, armênios, bielo-russos, cossacos, etc. reivindicam o direito de autodeterminação política e cultural, razão da força e da pressão destes movimentos e do apareci-

mento dos estudos marxistas sobre a questão nacional na Áustria e na Rússia - daí os ricos e inovadores trabalhos de G.H. Bauer, Lenine, Stalin, Rosa Luxemburgo e outros.



**O perigo de guerra
provoca
manifestações dos
socialistas
em toda a Europa**

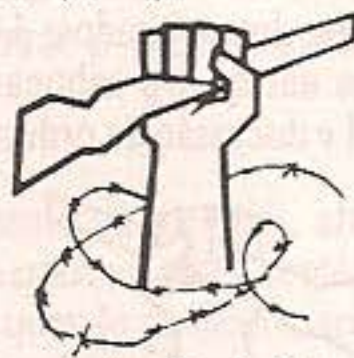
A crise balcânica de 1912, que se prolongou até 1913, dominou as relações entre as grandes potências. A revolução dos jovens-turcos (1908) dera esperança aos dominados países balcânicos, de que poderiam ter representação parlamentar em Istambul. Entretanto, o novo governo de Kamel Ataturk, logo depois, provoca reforçar, em seus domínios europeus, os elementos turcos da população, marginalizando outras nacionalidades, os cristãos, etc. A "turquiação" procura agitação na Macedônia; em Belgrado reaparece o sentimento nacional e os sérvios, residentes na Macedônia, lutam para se libertar do jugo turco. A guerra da Tripolitânia, em 1911, entre Turquia e Itália, ajuda os búlgaros e os sérvios a se unirem unilateralmente para libertar a Macedônia e sua população: acordos separados são feitos por eles com a Rússia e com a Áustria-Hungria, e entre Bulgária e Grécia, entre outros. Na verdade, quem usufrui das novas posições políticas e estratégicas nos Bálcãs são as duas grandes potências. O que se produz, no entanto, são agitações de caráter nacionalista, com o conseqüente atentado ao pretendente ao trono da Áustria, o arquiduque Francisco Fernando. Dessa maneira, como conseqüência das



agitações políticas após 1908, a Sérvia - que se beneficiara da guerra contra a Turquia - pretende atrair a população sérvia fixada em território húngaro; na região eslovena, o clero católico orienta a minoria eslovena contra os tchecos; na Hungria, são os croatas que querem liberdade; e na Bósnia-Herzegovina são os sérvios que se agitam. Num certo sentido, as questões políticas dos dois grandes Estados Áustria-Hungria e Rússia se confundem com os movimentos nacionalistas, no momento em que a ameaça de guerra parece ressurgir e tomar amplitude.

Os socialistas europeus, preocupados com essa série de incidentes, procuraram tomar posição contra o perigo de guerra. Nos congressos de Stuttgart (1907) e Copenhague (1910), a esquerda enfatiza o perigo de um conflito armado, denuncia os interesses capitalistas e imperialistas das grandes potências, o sacrifício imposto à classe operária e a necessidade de aplicar estratégias contra a guerra - que vão da greve geral à sabotagem contra seu próprio país. A palavra-de-ordem, *Abaixo a Guerra* é lema vivo na memória do proletariado mais consciente. Daí a mobilização imediata em vários países, logo ao primeiro chamado de Bureau Socialista Internacional, que marca a data para a manifestação universal - o 17 de novembro de 1912. O Partido Socialista francês realiza mais de vinte encontros em território gaulês e envia representantes seus para outras partes da Europa: Jaurés para Berlim, Jean Longuet e Rognon para Londres; Campère-Morel para Milão; Gustave Hervé para Roma; Cachin para Strasbourg. Em todas essas cidades - e em outras - acontecem comícios, mas o de Paris transforma-se em manifestação popular, grandiosa e imponente. Nela falam franceses, alemães e delegados

de outros países. Quatro dias depois, no dia 21, reúne-se o Congresso Nacional de Paris que, apesar de convocado às pressas, reúne mais de 200 delegados, representando 79 Federações. Sua Comissão - Bracke, Cachin, Hervé, Vaillant e outros - lança um manifesto, com o qual ameaçam a burguesia pelas graves consequências da guerra, se esta for desencadeada, e avisam que "usarão, para a prevenir, de todos os meios legais. Nos parlamentos, denunciarão em público os tratados secretos; insistirão sobre os procedimentos de arbitragem; denunciarão os caminhos exclusivos e estreitos da diplomacia. No país, multiplicarão as reuniões e as manifestações de massa a fim de despertar os cidadãos de seu torpor e os preservar da mentira" (76-78).



**A crise nos Balcãs
leva o
Bureau Socialista
a apressar
o IX Congresso**

A ação do Bureau Socialista Internacional (BSI) é, no entanto, mais ampla. Antes da mobilização para o dia 17 de novembro, ele se reúne, como vimos, no auge da nova crise dos Balcãs, em outubro de 1912. Na reunião, em Bruxelas, no dia 29 de outubro, marca-se um Congresso para o Natal do mesmo ano. Porém é antecipado para 24 e 25 de novembro, em virtude do agravamento da situação. Na véspera, uma comissão se reúne para redigir a Resolução, sendo ela composta por Jaurés, Vaillant, Bebel, Keir Hardie, Victor Adler, Roubanovic e Camille Huysmans.

O convite para o Congresso indica o local e a data: Bruxelas, 9 de novembro de 1912, e especifica ser "contra a extensão do conflito balcânico". As organizações operárias, sindicais e cooperativas, que dele participam, devem ser as que "aderem aos princípios essenciais do socialismo": conquista do poder público, reconhecimento da necessidade do poder público, reconhecimento da luta de classes, etc. E, finalmente, o documento especifica que a ordem do dia se limita a um único tema: *A Situação Internacional e a Aliança para uma Ação Contra a Guerra*. No mesmo convite é indicado o número de votos de cada delegação - 20 para Alemanha, Áustria-Boêmia, França, Grã-Bretanha e Rússia; 15 para a Itália; 14 para os Estados Unidos; 12 para a Bélgica e Suécia; 10 para a Dinamarca, Polônia e Suíça; 8 para a Finlândia, Holanda, Hungria-Croácia; 6 para a Espanha e Noruega; 5 para Turquia-Armênia; 4 para Argentina, Bulgária Romênia, Sérvia; 2 para Luxemburgo, Bósnia-Herzegovina, Canadá. O número de delegados presentes é: 127 pela França, 75 pela Alemanha, 70 pela Boêmia, 59 pela Áustria, 49 pela Suíça, 36 pela Rússia, 32 pela Bélgica, 20 pela Polônia, 18 pela Hungria, 13 pela Grã-Bretanha, 11 pela Itália, além de 12 outros países, somando 45. Entre as lideranças temos

Keir Hardie, pela Inglaterra; Clara Zetkin, Bebel, Ledebour, Kautsky e Bernstein, pela Alemanha; Victor Adler pela Áustria; Albert Thomas, Frossard, Jaurés, Cachin e Longuet pela França; Angelica Balabanof pela Itália; Kamenev e Kolontay pela Rússia; Anseele pela Bélgica; Troesltra pela Holanda; Maris Nogueira e Antonio Pereira por Portugal e Rosa Luxemburgo pela Polônia.

Apesar de o congresso de Bäle ser de menor duração que os anteriores - dois dias, enquanto os outros duraram seis -, o cerimonial e o comportamento obedecem às mesmas regras: no dia 24, às 9 horas da manhã reunião do BSI com a Comissão Especial encarregada de redigir o Manifesto: 10 horas: abertura do Congresso, discurso de boas vindas às delegações, verificação dos certificados dos delegados; 14 horas: ida à Catedral, discursos nas quatro tribunas ao povo. Dia 25: reunião do BSI e discussão da ordem do dia.

Centenas de pessoas se reúnem na Catedral de Bäle para ouvir os líderes socialistas



O Congresso é aberto por Anseele, já que o presidente Vandervelde não se encontra presente. A palavra é dada a Wullschleger, presidente do governo de Bäle. Depois de citar os esforços do movimento operário para desenvolver uma consciência universal, ele mostra que o "senso da realidade e a fé no futuro fundiram-se em um todo indissolúvel na classe operária, reunida sob a bandeira do socialismo nacional e internacional". Em outra parte diz que a "diplomacia rotineira não pôde evitar nem a crise balcânica nem o perigo de extensão da fúria guerreira aos países da Europa ocidental e esta provocou mais uma vez sua incapacidade para resolver graves problemas. O chauvinismo excitador dos povos e o capitalismo ávido de lucros se revelam, ainda uma vez, mais poderosos que a diplomacia. A Internacional operária deve consagrar todas as suas forças para combater esses inimigos que são os mais nefastos da civilização humana. A guerra dos Balcãs é uma realidade que não se pode mais impedir. Mas se a guerra se estendesse a outros países e a outros povos, isto seria um dos maiores crimes da história do mundo. Este crime deve ser impedido por todos os meios possíveis" (p. 27-28). Logo depois é lida carta dos camaradas sérvios, justificando suas ausências. Vivendo em condições difíceis, decididos a lutar, eles esperam que "quanto mais bem-sucedida for a luta contra a política colonial e o imperialismo das grandes potências, maior será a possibilidade de lutar contra a política de nossa burguesia e avantajá-la a causa do proletariado. A política colonial realizada pelos Estados capitalistas estrangula e oprime as nações. Ela paralisa a democratização e as re-

formas. A metrópole sofre pesadamente com esta política, que castiga sobretudo as camadas proletárias beneficiando o militarismo, o marinismo, o monarquismo e o capitalismo". (p. 29)



O morticínio nos Balcãs demonstra como é miserável a política burguesa

Na tarde do dia 24, os congressistas se dirigem à Catedral de Bäle, único local da cidade onde é possível reunir algumas centenas de pessoas; lotado o recinto, o resto da multidão se acotovela fora, para ouvir os delegados que discursam, em cada uma das quatro tribunas. Assim, o público pode escutar, nos cinco focos oratórios, a peroração dos líderes da social democracia europeia. Na Catedral é o presidente do governo do Cantão, Blocher, que dá as boas vindas; Hoase, da social democracia alemã, fala em ação proletária contra a guerra e que Constantinopla, Salônica e as Províncias da Ásia Menor "estão ameaçadas pelo pólo imperialista" e que se o "proletariado não conseguir impedir resolutamente este atentado contra a civilização, a guerra mundial pode não ser de todo impossível" (p. 32). Keir Hardie repete sua afirmação de que o operariado inglês e o alemão "não têm inimizade um pelo outro".

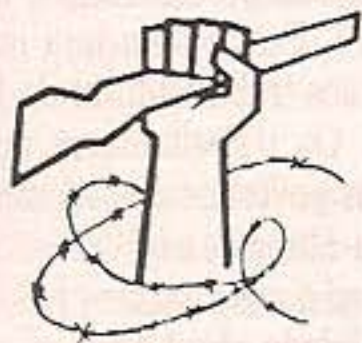
O suíço Herman Greulic sublinha a necessidade de luta contra a guerra e que a "Internacional não é antinacional, mas deseja a total autonomia para cada povo e para cada Nação. É partindo desta opinião que dizemos: os Balcãs aos povos balcânicos" (p. 33).

O delegado da Bulgária, Sakarof, que é muito aplaudido, diz que a "guerra balcânica é a melhor prova do fundamento de nossas reivindicações socialistas. Este terrível morticínio humano mostrará, mesmo aos que são limitados, como é miserável a política das classes dominantes. Para se resolver pacificamente o problema balcânico haverá apenas um caminho a seguir - o indicado pela social democracia, isto é, a via das reformas na Turquia. Mas, nem as grandes potências nem o capital e seus servidores desejam tal caminho porque querem se servir dos Balcãs como uma colônia onde reinaria a sua influência. Nossos governos balcânicos também não desejam reformas banais. Eles preferem representar o papel heróico de serviços da Turquia. É assim que chegará a guerra". Victor Adler, em nome dos austríacos, mostra que seu país pode facilmente passar por um processo de desmembramento, caso haja guerra. "Não depende de nós, social-democratas, se a guerra terá lugar ou não. Se a classe operária de todos os países ganha força a cada dia, nós o vemos, e este é o nosso trabalho e nossa vida. Mas não super-avaliemos e, sobretudo, não exageremos sobre a intenção de nossos governos. O que podemos é impedir que a guerra tenha lu-

gar. Não pode haver guerra, porque ela se tornará a maldição de todos os povos. Em todos os lugares onde penetram as nossas vozes, onde podemos nos tornar mestres da consciência pública, queremos fazer sentir que grande crime seria a guerra. Os povos sabem que a responsabilidade recai sobre os dirigentes e que estes carregarão toda a responsabilidade e todas as conseqüências” (p. 35). Jaurés é outro orador que ataca a guerra. Para ele existem correntes contrárias: uns contra a guerra, outros contra a paz. “A balança do destino oscila em mãos dos governantes. Mas, subitamente, a vertigem pode atingir os que ainda hesitam. É por isso que devemos intervir, é por isso que nós, os trabalhadores e os socialistas de todos os países, devemos tornar a guerra impossível, jogando a nossa força na balança da paz”. Mas não é só de boa-vontade que se vai conseguir atingir a paz: “É preciso a unidade na vontade e na ação do proletariado militante e organizado”. (pp. 35-36)

Enquanto os oradores citados se fazem ouvir na Catedral, 10 a 15 mil pessoas (segundo os cálculos dos organizadores) rodeiam as quatro tribunas. Em cada uma delas discursam vários líderes socialistas. Vejamos sinteticamente as falas principais de cada um deles, precedidas, cronologicamente, pelos conselheiros nacionais Studer, Pafluger, Grimm e o cidadão Angst.

**Unidade da vontade
e da ação
do proletariado é
que pode
assegurar a paz**



Nas tribunas os discursos são tão inflamados quanto na Catedral. Na Tribuna I, Studer diz que a Internacional “está reunida aqui para manifestar-se em favor da paz e da civilização”. Ellebogen fala que “até o presente, a política mundial foi dirigida pela sabedoria da diplomacia. Mas esta sabedoria está em bancarrota e a diplomacia européia tornou-se a coisa mais ridícula que existe. Por sua vez, em face do declínio da diplomacia, cresce a unidade e a vontade pacifista do proletariado universal”. Antoff traz “a saudação do país do czar sangrento, onde o proletariado desenvolve há um século uma viva luta para conquista da liberdade existente em outros países”; “o proletariado russo respondeu à guerra fazendo a revolução. Ele foi batido, mas não sucumbiu”. Troelstra diz que, antes, as guerras eram consideradas como fatos naturais, “independentes da vontade dos povos. O proletariado letrado internacional se libertou desse erro. As guerras nos são impostas pelo capitalismo, pelas classes e pelos partidos”. Vaillant denuncia o perigo de uma guerra entre a Tríplice Aliança e a Tríplice Entente.

Na Tribuna II, o dinamarquês Borgbjerg diz que se todos os padres do mundo pregassem a paz,

“a guerra seria suprimida; mas é o contrário que se dá. Pode-se duvidar que a Igreja tenha contribuído para suavizar os costumes, pois os povos cristãos dos Bálcãs tratam seus inimigos com a mesma barbárie com que os turcos os tratam. E durante este tempo, a Áustria, há muito cristã, está na primeira fila dos chauvinos”. Francis de Pressensé distingue as guerras “suscitadas pelo princípio das nacionalidades” e as que são provocadas pelas “cobiças egoístas, as sórdidas combinações de certas potências e a estúpida divisão em dois campos hostis desta Europa que, nesta crise, deveria ser una”. O capitalismo que se precave-nha, porque ele tem pela frente uma “força nova e considerável”.

Na Tribuna III fala Nemeč, delegado de Praga, que acentua o direito dos “Bálcãs aos povos balcânicos. E se os povos balcânicos conseguirem jogar os Turcos fora da Europa nós nos esforçaremos em ajudar os camaradas de lá que, valentemente, protestaram contra a guerra”. Na Tribuna IV, os discursos se repetem. A fala de Alexandra Kollontay, entretanto, se restringe em acentuar o papel da mulher, de sua militância ativa, de suas prisões.

O dia 25 é o ponto máximo do Congresso. A atividade gira inteiramente em torno da leitura do Manifesto e das observações dos delegados sobre o texto. A Comissão redatora, escolhida na véspera da instalação do evento, é composta por: Jean Jaurés e Edouard Vaillant, da França; Bebel, da Alemanha; Keir Hardie, Inglaterra; Victor Adler, Áustria; Roubanovic, Rússia e Camille Huysmans, secretário do BSI. A elaboração do documento não é pacífica, mas como diz Georges Haupt, na Introdução, desejou-se “evitar tornar públicas as divergências que subsistem”, pois o Congresso deveria ser, antes de tudo, “uma brilhante demonstração de unidade do movimento socialista contra a guerra, uma harmônica manifestação do poderio da Internacional” (1).

Apesar de a documentação publicada não revelar as posições antagônicas, alguns poucos dados nos revelam que havia discordâncias. É o caso da seção francesa, que votou unanimemente a favor do texto mas, na Declaração final, Vaillant confessa que: “na Comissão que elaborou o Manifesto, todos os membros declararam que o queriam animado do mesmo espírito que animava as resoluções do Congresso Nacional Francês. Havia, nesta resolução, termos que muitos de nós desejavam muito e que não podiam, sem perigo ou inconveniente para algumas seções, ser admitidos neste Manifesto. Mas não foram excluídos nem o pensamento nem a vontade da greve geral e da insurreição com o recurso supremo contra a guerra”. A greve geral é insurrecional, e o maior exemplo disso é a Rússia de 1905, quando são postas em xeque “as intrigas e as tentativas belicosas do czarismo. Mas a linguagem da Internacional não pode ser a de uma seção nacional”. (pp. 96) Outro caso é o de Rosa Luxemburgo, que pede que “seja incluído um pará-

grafo sobre a necessidade de recorrer a meios ativos para prevenir ou terminar com a guerra". (p. 8)

O medo da revolução proletária foi fator essencial para adiar o conflito mundial



Quem lê o Manifesto é Jean Jaurés. O texto afirma que as regras de ação pela paz já estão formuladas pelos congressos de Stuttgart (1907) e Copenhague (1910), que decidiram: se houver ameaça de guerra, a classe operária e seus representantes no Parlamento, com ajuda do BSI, tem o dever de fazer ilimitados esforços para "impedir a guerra por todos os meios que lhe pareça possíveis...". Mais do que nunca, os acontecimentos indicam que é o proletariado quem deve executar a tarefa de barrar a loucura armamentista, que eleva assustadoramente o custo de vida e o mal-estar existentes.

Mas é com alegria que o Congresso constata a "unanimidade dos partidos socialistas e dos sindicatos de todos os países, na guerra à guerra". Em todos os lugares o proletariado se mobilizou contra o imperialismo e cada seção da Internacional se opôs ao governo de plantão, levantando a opinião pública a seu favor. "Assim, afirmou-se uma grandiosa cooperação de operários de todos os países, que muito contribuiu para salvar a paz no mundo, seriamente ameaçada. O medo das classes dirigentes de uma revolução proletária, que seria o resultado de uma guerra universal, foi garantia essencial da paz." O Congresso pede aos partidos socialistas que continuem nesta ação. Diz que os partidos da península balcânica têm uma "tarefa pesada". A Turquia criou nesta região "desordem econômica e política, além de excitar as paixões nacionais, que deviam conduzir necessariamente à revolta e à guerra". Os socialistas devem continuar na sua luta contra as dinastias reinantes e contra a burguesia, e a reivindicar a federação democrática; e também se opôr às antigas inimizades entre sérvios, búlgaros, romenos e gregos, como também a opressão sobre a população dos Bálcãs, incluindo turcos e albaneses.

Em seguida, o Manifesto volta-se para a situação dos socialistas da Áustria, Hungria, Croácia e Eslovênia, Bósnia e Herzegovina, que devem "continuar com toda a força sua oposição enérgica aos ataques da monarquia do Danúbio contra a Sérvia", que tentam transformar em "colônia austríaca", comprometendo os povos da Áustria "e com eles todas as nações da Europa nos mais graves perigos. Os socialistas da Áustria-Hungria devem lutar também, no futuro, para que as facções dos povos eslavos, dominados agora pela casa dos Habsbourgs, obtenham, no interior da própria monarquia austro-húngara, o direito de se governar eles próprios, democraticamen-

te". Atenção particular é dada ao problema albanês, cujo povo merece a autonomia mas, no entanto, não deve se subordinar às ambições austro-húngaras nem às italianas. A Albânia livre e independente deveria fazer parte de uma "federação democrática dos Bálcãs" e é um dever dos socialistas austríacos e italianos combater os seus governos e lutar a favor destes ideais.

É com alegria que o Congresso saúda as "greves de protesto dos operários russos", prova de que o proletariado russo e polonês está se recuperando dos golpes da contrarrevolução czarista. "O Congresso vê nesta ação operária a mais forte garantia contra as criminosas intrigas do czarismo que, depois de ter esmagado com sangue os povos de seu Império, depois de ter infligido inúmeras traições aos povos dos Bálcãs, entregues por ele a seus inimigos, vacila entre o medo das conseqüências que teria uma guerra e o medo de um movimento nacionalista criado por ele próprio". O czarismo mascara suas tentativas de domínio nos Bálcãs dizendo-se "libertador das nações balcânicas", mas, na verdade, o que pretende é reconquistar a sua hegemonia. Cabe aos operários da Rússia, da Finlândia e da Polônia, "usando de sua força", se opor a isso. Pois a Rússia é o berço da reação na Europa e a "Internacional considera que provocar a queda do czarismo é uma das suas principais tarefas". Esta é uma luta internacional, cuja direção cabe aos trabalhadores da França, Alemanha e Inglaterra. Os trabalhadores desses países devem exigir de seus governos que recusem "qualquer socorro à Áustria-Hungria e à Rússia" e se abstenham de toda intromissão nos conflitos balcânicos, mantendo uma "neutralidade absoluta".



A Internacional pede a todos os trabalhadores que se oponham ao imperialismo

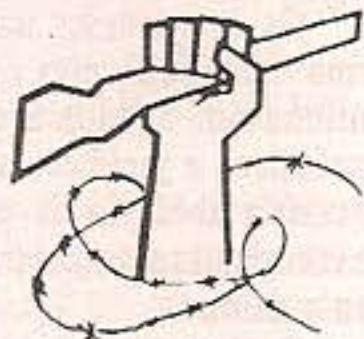
Se houver o colapso militar da Turquia e o abalo do poderio otomano na Ásia Menor, é obrigação dos socialistas da Inglaterra, França e Alemanha se opor "à política de conquista na Ásia Menor, que nos levaria direto a uma guerra universal". O Congresso considera um grande perigo para a paz a "hostilidade artificialmente pendente entre Grã-Bretanha e o Império Alemão" e saúda a classe operária no seu esforço de pôr fim a essa tensão. O melhor meio é um acordo sobre "limitação de armamentos. E o apaziguamento dos antagonismos entre a Alemanha, de um lado, e a França e a Inglaterra, do outro, afastaria o maior obstáculo contra a paz no mundo. Ele abalaria o poderio do czarismo, que explora este antagonismo. Ele tornaria impossível qualquer ataque da Áustria contra a Sérvia, assegurando a paz universal. Por

isso, todos os esforços da Internacional devem se voltar para este fim”.

O Congresso constata que a Internacional “está unida sobre estas idéias essenciais da política exterior. E pede aos trabalhadores que se oponham ao imperialismo capitalista”. Também adverte as “classes dirigentes de todos os países para não aumentar ainda mais, por ações de guerra, a miséria infligida às massas pelo modo de produção capitalista. Os trabalhadores exigem a paz”. Os governos, com perigo para eles próprios, não poderão desencadear a guerra. Devem se lembrar da guerra franco-alemã (1870) e da Comuna (1870-1871), e da guerra russo-japonesa de 1905.

Os governos seriam loucos se não percebessem que “a guerra monstruosa provoca a indignação e a cólera do proletariado de todos os países. Os trabalhadores consideram um crime atirarem-se uns sobre os outros para proveito dos capitalistas ou orgulho das dinastias ou das combinações dos tratados secretos”. A Internacional redobrará seus esforços para prevenir a guerra e encarrega o Bureau Socialista Internacional de seguir, com atenção, os acontecimentos e apela aos operários e socialistas de todos os países para que, “nesta hora decisiva, façam ouvir sua voz”.

A maior parte dos dirigentes socialistas adere ao social patriotismo burguês



Ao terminar a leitura do Manifesto, Jean Jaurés - que também o lê em alemão - defende a posição do Congresso e indica as características do documento: 1) ele define a “política estrangeira, que é comum a todos os países da Internacional”; 2) afirma também que, pela “*enorme diversidade de todas as eventualidades, nossa revolução não prevê um modo especial de ação, mas não exclui nenhuma delas* (grifo meu). Ela dá um aviso aos governos, chama claramente sua atenção para o fato de que eles criaram facilmente uma situação revolucionária, a mais revolucionária que se pode imaginar. Se, verdadeiramente, o crime horrível da guerra mundial for cometido, os proletários estariam unidos no mesmo pensamento, e pelo mesmo sentimento, e os dirigentes devem saber que eles exigiriam dos trabalhadores que sacrificassem não somente sua vida, mas, também, sua consciência”; 3) enfim, a resolução constata “a unidade e o poderio de nossa Seção” (pp 43-45).

Em outras palavras, Jaurés pergunta: o que querem a Áustria-Hungria, a Rússia e a Alemanha? O que existe é a grande confusão e o grande perigo para a paz. O contrário se dá conosco. “Pela primeira vez, este será o significado histórico deste Congresso. Nós não exprimimos unicamente a reprovação, não

fazemos unicamente apelo à energia, mas dizemos claramente e em termos categóricos qual a linha diretriz da política proletária, em todos os países, que nos deve orientar. E o que é mais importante: nós somos unânimes sobre este assunto.”

Na tarde de 25, a seção é dedicada à aprovação do texto. Haase adere ao Manifesto pela delegação alemã; Soukup em nome da social-democracia tcheco-eslovaca da Áustria; Troelstra pela social-democracia da Suécia, da Noruega, da Dinamarca, da Finlândia, da Bélgica, do Luxemburgo, da Suíça e da Holanda; Clara Zetkin em nome das mulheres socialistas de todo o mundo; Vaillant pelos franceses (Partido Socialista); e Agnini pelos espanhóis.

O agradecimento final é do presidente do Congresso e de Bebel, o fundador e chefe da Social Democracia Alemã.

O Congresso de Bâle, como vimos, é o último da série, até 1914, e nele comparece a maioria dos partidos socialistas. Não é o mais importante, mas sua tomada de posição é significativa: é um recuo frente às conclusões mais radicais e revolucionárias do Congresso de Stuttgart. Contudo, em que medida as conclusões de 1907, se aprovadas em 1912, vigorariam no ano de 1914? Como sabemos, a maior parte dos líderes e militantes socialistas aderiu ao social-patriotismo, negando toda filosofia pela qual juraram lutar. O seu pacifismo e antimilitarismo mostrou-se inoperante na prática.

Se esta tornou-se a realidade de grande parte das correntes socialistas, uma pequena minoria, manteve-se coerente com seus ideais de luta revolucionária. Alguns membros da II Internacional realizaram conferências para denunciar e lutar contra a guerra: são os casos da Conferência Internacional de Copenhague (17 e 18/01/1915), Conferência Internacional de Viena (12 e 13/04/1915) de Londres (14/02/1915), de Haya (01 e 02/08/1916) e das reuniões dos partidos nacionais, como do PS francês. A Conferência Socialista de Estocolmo, em 1917, foi a mais importante delas. Esses episódios, no entanto, não fazem parte deste estudo. E sim de outro, que abarque o pós-I Guerra Mundial. ■

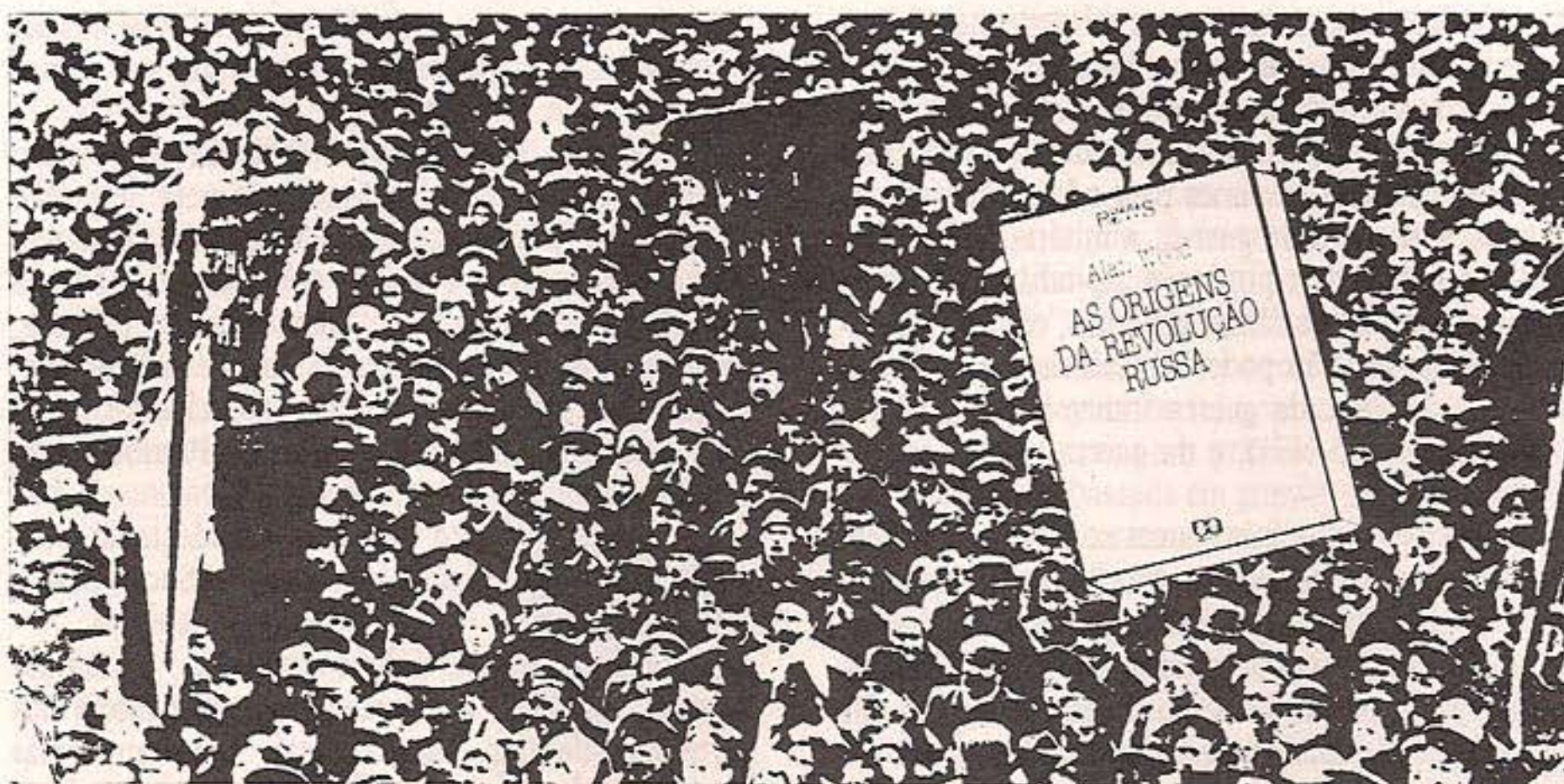
EDGARD CARONE - Historiador, professor da Universidade de São Paulo - USP.

BIBLIOGRAFIA

Congrès Internationale Extraordinaire: Bâle 24-25 novembre 1912. - Conférence Internationale Socialiste de Stockholm, 1917. Introduction de Georges Haupt. Genève, Minkoff Reprint, 1980 (*Histoire de la II Internationale, X-XI, tome 22*). 847 páginas

NOTA

(1) A primeira citação é de Georges Haupt, (pp. 7-8), a segunda de J. Longuet. *Le Mouvement Socialiste International*, 1913, pp.71



As origens da Revolução Russa

Alan Wood - Col. Princípios - Ed. Ática

Este pequeno trabalho de Alan Wood, lançado pela Ática e que faz parte da Coleção *Princípios*, traz um resumo sobre as origens da Revolução Russa.

A intenção do autor é abordar as causas da Revolução e seu exame chega apenas até outubro de 1917. Assim, sua análise não se estende aos acontecimentos pós-revolucionários.

Partindo da emancipação dos servos, em 1861, o autor discute quase sessenta anos de história russa, dividindo o livro em quatro partes: a) *Autocracia e Oposição*, que fala da estrutura do regime czarista antes da Revolução de 17 e das forças a ele contrárias; b) *Reforma e Reação*, tratando da emancipação dos servos, do desejo da Rússia em possuir uma Constituição, do surgimento e da importância do movimento populista e ainda do processo de industrialização russo; c) *Revolução versus Constituição*, narra o aparecimento do marxismo, o acirramento dos protestos sociais e a fase "constitucional" da Rússia (1906-1916); d) *Guerra e Revolução*, sobre o papel da Primeira Guerra Mundial no processo revolucionário e finalmente os movimentos de fevereiro e outubro de 1917.

Constam ainda uma introdução, uma conclusão, um quadro cronológico dos principais acontecimentos, um glossário de termos russos frequentemente utilizados pelo autor e ainda uma rica e extensa indicação bibliográfica, no geral trabalhos recentes, na maior parte, de ingleses.

Alan Wood busca as origens da Revolução a partir da emancipação dos servos em 1861. Esta idéia, em geral aceita pelos estudiosos do assunto, é também compartilhada pelos marxistas-leninistas.

A abolição da servidão na Rússia desencadeia uma série de transformações sociais e marca uma cres-

cente ambigüidade entre as mudanças e o estático regime czarista.

Por sua vez a legislação, que abolia a servidão na Rússia, gerou uma série de descontentamentos sociais que exigiam do czar soluções constitucionais.

Os camponeses não adquiriram a liberdade de forma individual, mas sim, de forma coletiva. Assim continuavam ligados à comuna que exercia poderes econômicos e jurídicos sobre seus membros. Portanto, com a abolição da servidão, os camponeses apenas conseguiram transferir sua submissão: de seu amo, para a comuna.

O autor destaca o papel do populismo revolucionário, organizado pela *intelligentsia* e que via na comuna a possibilidade de destruir o regime czarista e instaurar uma sociedade agrário-socialista.

Outro fator determinante para a Revolução, destacado por Wood, é o grande crescimento da indústria siderúrgica que, desenvolvendo as relações capitalistas trouxe, por um lado, um número cada vez maior de operários insatisfeitos e, por outro, o surgimento de uma classe intermediária rica, ávida por liberdades constitucionais e que ajudaria também a romper as amarras do czarismo. Além desse fenômeno, nos fins do século XIX, irrompe o movimento marxista que irá crescer com o Partido Social Democrata Russo (1898).

Assim sendo, o regime deixando de acompanhar as mudanças sociais, tornou sua explosão inevitável.

Redigida de forma simples e clara, esta obra se destina a estudantes secundaristas, é bastante útil a estudantes universitários ou àqueles que desejam iniciar um estudo sobre a Revolução Russa de 1917, visto que é um resumo bem feito, trazendo as principais opiniões acerca do assunto e ainda possui uma extensa indicação bibliográfica para aqueles que desejam prosseguir este estudo.

Denise Falciorli
Bacharel em História

O cenário do espetáculo

Mantovani, Anna. *Cenografia*, SP, Ática, 96p. (Coleção Princípios, 177)

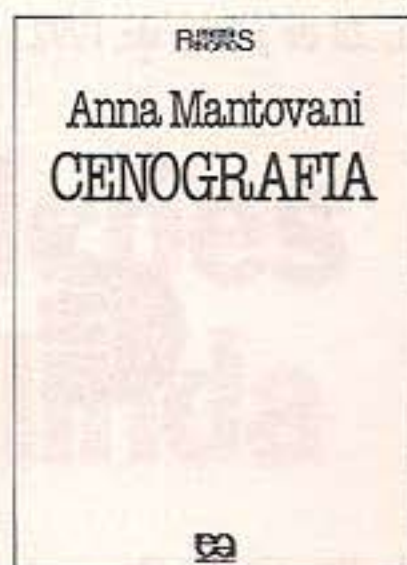
Ultimamente, muitas editoras tiveram a feliz idéia de publicar volumes de introdução às diversas formas do conhecimento. A primeira delas é a coleção Buriti, iniciada em 1964 e de pequena duração temporal. Nos anos 70/80 surge, pela Editora Brasiliense, a coleção Primeiros Passos. O sucesso foi tão grande que outras editoras seguiram seu exemplo.

A Editora Ática, entretanto, na série *Princípios*, iniciou a edição de livros voltados para os mais amplos temas do conhecimento. O livro de Anna Mantovani, *Cenografia*, é exemplo do tratamento amplo da coleção. Na introdução, Anna delimita as partes componentes do seu tema e nos dá exemplos de sua intencionalidade.

Segundo a autora, a cenografia é uma composição e um espaço tridimensional, onde é apresentado o espetáculo teatral e onde existe uma relação entre a cena e o público. A existência do espetáculo teatral, no entanto, exige a presença de profissionais especializados nas mais diversas áreas: "O encenador ou diretor concebe o espetáculo como um todo (a partir do texto dramático a ser encenado ou de outra proposta sem uso do texto), dirige o trabalho dos atores e coordena todo o grupo. Os atores criam as personagens, atuam. O cenógrafo cria a cenografia, acompanha a execução dos cenários pelos cenotécnicos, pintores ou outros profissionais (como, por exemplo, os aderecistas, os que fazem os efeitos especiais, etc.). O figurinista cria os figurinos e acompanha a sua execução pelas costureiras. O iluminador cria e esquematiza a luz. O programador visual cria o catálogo e o cartaz do espetáculo. O sonoplasta cria o som. O coreógrafo - ou outro profissional especializado em expressão corporal - cria e coordena o movimento dos atores em cena. Existe, ainda, uma equipe administrativa e de produção, responsável pela divulgação, pela compra de materiais e objetos necessários, contratos e pagamentos, enfim, que cuida da parte financeira". (p. 5 e 6)

O processo de realização da cenografia surge na Grécia e chega até nossos dias. Há diferenças fundamentais conforme a época: por exemplo, na Grécia, o teatro é um lugar de reunião pública; em Roma, as representações tinham um caráter de classes, os ricos eram separados dos pobres; na Idade Média era realizado em praça pública como um instrumento religioso; no Renascimento surge o que poderíamos denominar de edifício teatral, isto é, o teatro com palco e assentos móveis para o público.

Na época Barroca, século XVI, os italianos dividiam o público segundo seus recursos, em platéia e balcões; na Inglaterra elizabetana incentivou-se a criação de edifícios próprios para a encenação, é o mo-



mento em que Shakespeare escreve suas peças.

É no final do século XVIII, início do XIX, que a cenografia toma novo impulso. Os atores representam o espetáculo de maneira mais realista, pois o teatro era até então encenado de maneira diferente, onde não eram apresentados fatos do cotidiano.

Agora, os atores representavam de forma fiel a época a ser encenada, exigindo assim pesquisa na formação do cenário. A influência dos Meininger é notada, pois existe uma busca de unidade na concepção de cada cena e do espetáculo como um todo, cada elemento deve estar interligado, porque o ator se movimenta no cenário.

Richard Wagner, Antoine, Stanislavsky, Fort e Meyerhold, são alguns nomes que influíram de maneira básica nas concepções de cenografia atingindo o uso de novos textos e parte de técnicas utilizadas pelo teatro. No século XX, as concepções da história literária, como o Futurismo, o Expressionismo, a Vanguarda Russa, a escola de Bauhaus, etc., marcam a sua personalidade na estrutura arquitetônica do teatro, na formulação de textos. Do ponto de vista arquitetônico, passamos do teatro tradicional para o Total Theatre de Gropius e para o teatro em forma de U, "com quatro palcos e a platéia disposta em forma de U, assentos móveis e giratórios para melhor visibilidade". (p.57)

A autora, depois de um longo resumo das formações teatrais, que utilizamos de maneira muito breve, termina seu trabalho com uma visão desse processo no Brasil. Analisa quatro grandes momentos do nosso teatro: Santa Rosa, Teatro Brasileiro de Comédia, Teatro de Arena, Teatro Oficina.

O Santa Rosa assume seu aspecto mais grandioso com a montagem de *Vestido de Noiva*, de Nelson Rodrigues, dirigido por Ziembinski em 1943. O Teatro Brasileiro de Comédia, de 1948, lança "cenários bem acabados e adequados aos dramas encenados". (p.84) O Teatro de Arena foge aos padrões existentes e em 1953 inicia suas atividades com os atores posicionados no centro, rodeados por espectadores. O Teatro Oficina, em 1961, possuía "a platéia nas laterais e no meio delas o lugar teatral" (p. 85). O número de encenações que surge durante as décadas de 50 e 60 são variadas e em grande parte inovadoras no teatro brasileiro.

A obra termina com um vocabulário crítico muito útil ao leitor. A bibliografia é sucinta, mas comentada. Ao final, o texto apresentado é de síntese e bastante claro.

Viviane Mazin
Aluna do curso de Geografia, da USP

Paranavaí, 28 de junho de 1992.

À Editora
Revista Princípios



Prezados Companheiros,

Os temas levantados pela *Princípios*, têm uma abordagem diferenciada de tantas outras publicações. Os artigos da nossa revista buscam a essência dos fatos, à luz da razão científica e concreta, fazendo abordagens do ponto de vista da classe proletária. Estas características exclusivas, fazem da *Princípios* uma revista única no país. Instrumento fundamental para a luta teórica e política, formadora da opinião progres-

sista e revolucionária, guia para a formação do pensamento e para a transformação da sociedade.

Nossa revista se mantém ao longo dos anos e evolui a cada edição. Enfrentou e enfrenta dificuldades, mas vence a todas elas, pois se impõe a cada dia, como depositária das opiniões, idéias e conceitos, que fazem viva e pujante a doutrina socialista.

Não apenas mantê-la, mas alçá-la a grande revista teórica nacional, é um trabalho que nos orgulha e realiza a todos, seja produzindo artigos para a revista, vendendo assinaturas e exemplares, divulgando-a ou ajudando a levá-la aos milhões de leitores. Sejam eles estudantes, mestres, operários, cientistas, camponeses, profissionais liberais, autônomos ou proletários. Enfim, convocando-os e divulgando a todos a boa nova que sabemos: O Socialismo vive.

Edmilson Donizete Botêquio
Paranavaí - PR

•74•

Assine PRINCÍPIOS

A revista que a cada 3 meses debate os grandes temas da atualidade e reafirma que os trabalhadores e o povo só terão vez no socialismo, corrigindo os erros cometidos nas primeiras experiências.

Faça já sua assinatura de PRINCÍPIOS (mês de agosto/setembro) e escolha um livro da relação como brinde.

- Às Portas de Moscou (Alexandre Bek) - 300 págs.
- 30 Anos de Confronto Ideológico (Coletânea) - 300 págs.
- Marx e os Sindicatos (D. Losovski) - 216 págs.
- Estratégia e Tática (Coletânea) - 172 págs.
- Em Defesa do Socialismo Científico (J. Stálin) - 172 págs.
- Problemas Econômicos do Socialismo na URSS (J. Stálin) - 100 págs.
- A Política Revolucionária do PCdoB (Documentos) - 244 págs.

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ Cidade _____
CEP _____ Estado _____ Telefone _____

Assinatura Anual (4 edições) a partir do nº Cr\$ 60.000,00
Assinatura de Apoio (9 edições - 5 passadas e 4 próximas): Cr\$ 100.000,00

Copie os dados acima e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda.
Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - CEP 01320 - São Paulo - Fone: (011) 278-3220.

Números disponíveis: 4, 9, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25.

COMPLEMENTE SEU SALÁRIO:

**Ganhe 30% de comissão vendendo assinaturas da PRINCÍPIOS em sua cidade.
Entre em contato com Divo na Editora Anita Garibaldi (011) 278-3220.**

LANÇAMENTO SURPRESA



O cartunista Fortuna, conhecido pelo traço elegante e contundente que vem desenhando o Brasil de ontem e de hoje, surge com um livro inteiramente escrito do começo ao fim, **Acho tudo muito estranho (já o prof. Reginaldo, não)**. São 128 páginas em que ele explora todos os espaços da linguagem: humor popular e teatro do absurdo, tiradas de almanaque e imaginário de vanguarda.

No final do livro, nova surpresa: quem escreve é o prof. Reginaldo. Enquanto o Fortuna acha tudo muito estranho, o prof. Reginaldo não se cansa de explicar o inexplicável. O efeito é dos mais hilariantes. O livro estará nas livrarias a partir de agosto e é um lançamento da Editora Anita Garibaldi. Preço: Cr\$ 30.000,00

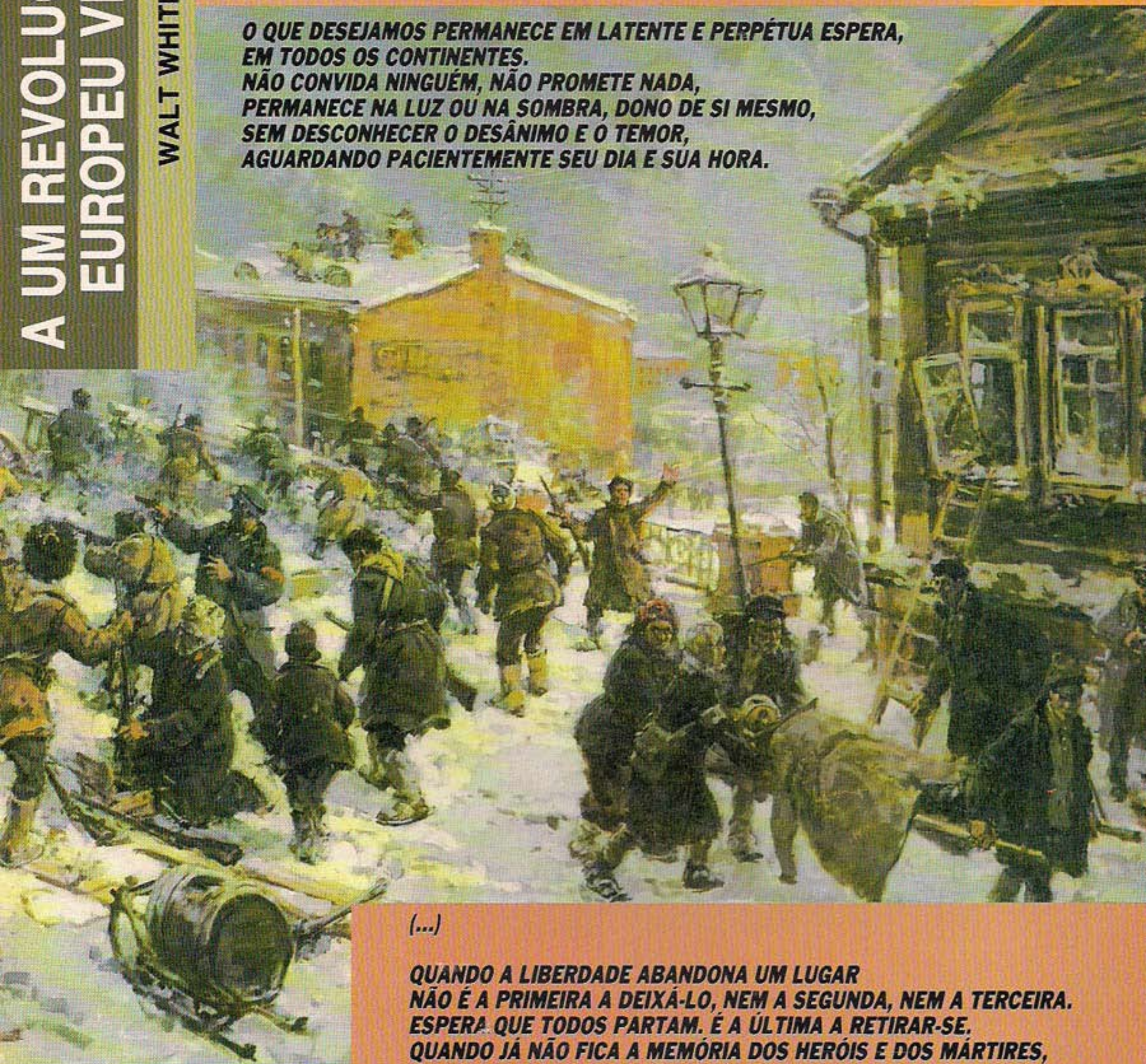
Pedidos com cheque nominal ou vale postal para:
Editora Anita Garibaldi Ltda
Rua dos Bororós, 51 - 1.º andar
CEP 01320 - Fone (011) 278-3220 - São Paulo SP

A UM REVOLUCIONÁRIO EUROPEU VENCIDO

WALT WHITMAN

**CORAGEM, APESAR DE TUDO, MEU IRMÃO OU MINHA IRMÃ!
PERMANECEI SEMPRE NA OBSTINAÇÃO.
A LIBERDADE EXIGE NOSSO ESFORÇO, SUCEDA O QUE SUCEDER.
POUCO VALEM OS QUE SE DEIXAM,
ANTE UMÀ OU DUAS DERROTAS, OU MESMO ANTE MUITAS DERROTAS,
ANTE A INDIFERENÇA OU A INGRATIDÃO DO POVO,
ANTE QUALQUER TRAIÇÃO,
ANTE OS BANDIDOS QUE SE APOSSAM DO PODER,
ANTE OS SOLDADOS, OS CANHÕES, OS CÓDIGOS PENAIS.**

**O QUE DESEJAMOS PERMANECE EM LATENTE E PERPÉTUA ESPERA,
EM TODOS OS CONTINENTES.
NÃO CONVIDA NINGUÉM, NÃO PROMETE NADA,
PERMANECE NA LUZ OU NA SOMBRA, DONO DE SI MESMO,
SEM DESCONHECER O DESÂNIMO E O TEMOR,
AGUARDANDO PACIENTEMENTE SEU DIA E SUA HORA.**



(...)

**QUANDO A LIBERDADE ABANDONA UM LUGAR
NÃO É A PRIMEIRA A DEIXÁ-LO, NEM A SEGUNDA, NEM A TERCEIRA.
ESPERA QUE TODOS PARTAM. É A ÚLTIMA A RETIRAR-SE.
QUANDO JÁ NÃO FICA A MEMÓRIA DOS HERÓIS E DOS MÁRTIRES,
QUANDO TODAS AS VIDAS E TODAS AS ALMAS DE HOMENS E MULHERES
FOREM BANIDAS DE TODAS AS REGIÕES,
SÓ ENTÃO A LIBERDADE OU A IDÉIA DA LIBERDADE
SERÃO EXPULSAS DA TERRA.
E O TRAIADOR DESFRUTARÁ DA PLENITUDE DE SUA VITÓRIA.**

**ÂNIMO, PORTANTO, HOMENS E MULHERES!
NÃO DEVEIS REPOUSAR ANTES QUE TUDO TENHA TERMINADO.**